

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

CARLOS FABRICIO HAVRECHAKI

A SEGREGAÇÃO URBANA EM PONTA GROSSA: O PROGRAMA BOLSA FAMILIA
NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ

PONTA GROSSA
2016

CARLOS FABRICIO HAVRECHAKI

A SEGREGAÇÃO URBANA EM PONTA GROSSA: O PROGRAMA BOLSA FAMILIA
NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ

Dissertação apresentada para a obtenção do título
de Mestre na Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Programa de Pós-Graduação em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. G. Cunha

PONTA GROSSA
2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Havrechaki, Carlos Fabricio

H383 A segregação urbana em Ponta Grossa: o Programa Bolsa Família no território de abrangência do CRAS Cará-Cará/ Carlos Fabricio Havrechaki. Ponta Grossa, 2016. 141f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1.Espaço urbano. 2.Segregação urbana. 3.Políticas de Assistência Social. 4.Programa Bolsa Família. I.Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Gestão do Território. III. T.

CDD: 323.118

TERMO DE APROVAÇÃO

Carlos fabricio havrechaki

“BOLSA FAMÍLIA VERSUS SEGREGAÇÃO URBANA: CONFRONTO DE AÇÕES DO ESTADO”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza
UEPG

Prof. Dr. Lisandro Pezzi Schmidt
UNICENTRO

Ponta Grossa, 13 de julho de 2016.

A todas as quase 10 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil.

A todas as pessoas que de alguma maneira conseguiram/conseguem estudar a vida toda na escola pública e concluir um Doutorado.

Ao Meu Pai, Paulo Havrechaki Filho, e as minhas tias Angela e Clisméri, pelo apoio incondicional durante toda a minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores do Mestrado de Gestão do Território, que direta ou indiretamente, contribuíram na minha formação e na construção deste trabalho.

Ao Professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, que como já havia feito na Monografia, foi um valoroso orientador.

A CAPES e a Fundação Araucária pela concessão da bolsa de demanda social, colaborando significativamente no desenvolvimento desta pesquisa durante os dois anos do Mestrado.

A equipe e a coordenação do CRAS Unidade Cará-Cará, que facilitaram o acesso aos dados e a localização das famílias entrevistadas.

As famílias entrevistadas que tiveram a sensibilidade de me receber em suas casas para tratar de uma temática tão delicada em suas vidas.

Ao Amigo Everton de Deus pela ajuda na confecção dos mapas que integram o meu trabalho!

Ao amigo Fagner Leal de Lara pela ajuda com o Inglês e com as inúmeras trocas de ideias que tivemos em 2015, seja sobre a temática do trabalho, política, galinhas, churrascos, futebol, entre outros assuntos! Muito Obrigado!

A todos os amigos que de alguma maneira contribuíram na construção da minha formação como Professor e Pesquisador em Geografia. O pessoal que dividiu sala de aula comigo nesses oito anos, o pessoal que trabalhou comigo no Parque Estadual de Vila Velha, a galera que trabalhou comigo no CRAS Cará-Cará, a galera do Bar da Tia, a galera dos acampamentos, a rapazeada do futebol de Sábado que esse ano retomamos. Enfim, muita gente querida caminhou comigo durante essa jornada de oito anos de Geografia. Muito Obrigado mesmo!

*“(...) Daria um filme,
Uma negra e uma criança nos braços,
solitária na floresta de concreto e aço.
(...) Família brasileira, dois contra o
mundo, mãe solteira de um promissor
vagabundo. Luz, câmera e ação,
gravando a cena vai: O bastardo, mais um
filho pardo sem pai(...) Nego Drama”
(Racionais Mc's).*

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral, a seguinte questão: Compreender as dificuldades das famílias residentes na área de abrangência do CRAS Cará-Cará no cumprimento das condicionalidades frente a uma cidade segregada. O processo de formação urbana do Município de Ponta Grossa, no que diz respeito a moradia, foi extremamente segregador. Perante este cenário de consolidação de segregação urbana no Município percebemos que as políticas de transferência direta de renda, mais precisamente o Programa Bolsa Família(PBF), “exigem” o cumprimento de uma série de condicionalidades para que as famílias assistidas se mantenham recebendo este benefício, estas condicionalidades estão diretamente ligadas a um desenvolvimento urbano igualitário, pois dependem, basicamente, da existência de escolas, creches e postos de saúde nas localidades em que os beneficiários residem, como estas periferias, de maneira geral, sempre foram/estão defasadas em relação aos equipamentos urbanos, o cumprimento das condicionalidades acaba virando mais uma dificuldade na vida destes indivíduos, que na sua maioria, vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Analisamos a situação de 132 famílias residentes na área de abrangência do CRAS unidade Cará-Cará, unidade a qual é responsável por 37 vilas, cobrindo parte da região Sul do Município. Estas famílias, na qual existiam 169 adolescentes em idade escolar, se encontravam no período entre março de 2013 a maio de 2015, em descumprimento das condicionalidades, todas por evasão escolar. Constatou-se que a inexistência de escolas e creches nos locais de moradia destas pessoas, aliada a oferta de vagas de Ensino Médio apenas no período noturno, são as principais causas da evasão escolar, consequentemente do descumprimento das condicionalidades do PBF.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Segregação Urbana. Políticas de Assistência Social. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This research's purpose is to understand difficulties of families that reside in the area covered by CRAS Cará-Cará, in compliance with conditionalities before a segregated city. The urban formation process of Ponta Grossa, in relation to housing, was extremely segregating. In this consolidated urban segregation scenario, it is noticeable that direct income transfer policies, specifically Bolsa Família program (PBF), require the fulfillment of several conditionalities in order for assisted families to remain receiving the benefit. These requisites are directly connected to an egalitarian urban development, as they depend, basically, on the existence of elementary schools, day care centers and public medical facilities within the area in which beneficiaries inhabit. As these peripheries are, generally, outdated in relation to urban equipment, fulfillment of such conditionalities end up becoming one more difficulty in these individual's lives, who mostly live in either poverty, or extreme poverty. We have analyzed the situation of 132 families that reside in the area covered by CRAS Cará-Cará, which is responsible for 37 neighborhoods, and covers part of the southern region of the city. In these families, there was 169 school age teenagers, between March 2013 and May 2015, in violation of conditionalities, all for school dropout, or truancy. Therefore, the research shows that the absence of schools and day care centers in these families' neighborhoods, plus high school vacancies available only in night time, are the main causes of school dropouts, hence the violation of PBF's conditionalities.

Keywords: Urban space. Urban segregation. Social assistance policies. Bolsa Família Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Etapas de desenvolvimento das cidades segundo Lefebvre.....	28
FIGURA 2 – Localização do Município e da Área Urbana de Ponta Grossa no Estado do Paraná.....	63
FIGURA 3 – Evolução da área urbanizada em Ponta Grossa no período de 1960 à 2008.....	67
FIGURA 4-Distribuição dos loteamentos no espaço urbano de Ponta Grossa, segundo a Legislação vigente e N° de aprovação até o ano de 1993.....	69
FIGURA 5-Distribuição dos empreendimentos de moradia popular, realizados pela PROLAR entre os anos de 1989 à 2015.....	77
FIGURA 6-Área de abrangência do CRAS Cará-Cará em relação ao Perímetro do Município de Ponta Grossa-PR.....	88
FIGURA 7-Bairros/Vilas que compõe a área de abrangência do CRAS Cará-Cará localizados no perímetro urbano de Ponta Grossa-PR.....	89
FIGURA 8-Bairros/Vilas que compõe a área de abrangência do CRAS Cará-Cará localizados no perímetro rural de Ponta Grossa-PR.....	90
FIGURA 9-Escolas mais próximas aos bairros/vilas em que residem as famílias que se encontravam em descumprimento das condicionalidades do PBF.....	97
GRÁFICO 1-Parcelas de matrículas no Ensino Médio correspondentes aos beneficiários do PBF existentes na área de abrangência do CRAS Cará-Cará.....	94
GRÁFICO 2-Total de famílias e adolescentes e total de entrevistas realizadas.....	99
GRÁFICO 3-Divisão de renda das famílias conforme o MDS.....	101
GRÁFICO 4-Papel do benefício do Bolsa Família no orçamento familiar.....	102
GRÁFICO 5-Pontos positivos de cada Bairro/Vila segundo as famílias.....	107
GRÁFICO 6-Pontos negativos de cada Bairro/Vila segundo as famílias.....	108
GRÁFICO 7-Divisão entre adolescentes do sexo masculino e feminino.....	119
GRÁFICO 8-Divisão etária dos adolescentes.....	120
GRÁFICO 9-Equivalência serial dos adolescentes.....	122

GRÁFICO 10-Defasagem serial conforme o número total de ASNCI.....124

GRÁFICO 11-Principais causas da evasão escolar segundo os adolescentes.....126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-Esquema das propostas do Projeto Fome Zero.....	53
QUADRO 2-Empreendimentos construídos pela COHAB-PG.....	71
QUADRO 3-Empreendimentos construídos pela COHAPAR.....	72
QUADRO 4-Empreendimentos construídos pela COHALAR.....	74
QUADRO 5-Número dos empreendimentos realizados pela PROLAR.....	74
QUADRO 6-População total, urbana e rural de Ponta Grossa nos Censos 1991, 2000 e 2010 do IBGE.....	80
QUADRO 7-Perfil econômico das famílias registradas no CADÚnico em Ponta Grossa até Junho de 2015.....	81
QUADRO 8-Disposição dos CRAS de Ponta Grossa e quantidade de Vilas assistidas por cada um deles.....	82
QUADRO 9-Total de famílias cadastradas por faixa de renda.....	84
QUADRO 10-Total de pagamentos e distribuição das variáveis do PBF em Ponta Grossa-PR.....	84
QUADRO 11-Cumprimento das condicionalidades referentes a frequência escolar em Ponta Grossa até Maio de 2015.....	85
QUADRO 12-Número gerais de atendimentos do CRAS Cará-Cará entre Março de 2013 à Maio de 2015.....	91
QUADRO 13-Relação dos dados gerais da evasão escolar entre o CRAS Cará-Cará e os números do Município.....	92
QUADRO 14-Número de escolas e número de matrículas do Ensino Médio existentes na área de abrangência do CRAS Cará-Cará.....	92
QUADRO 15-Número de matrículas de assistidos pelo PBF em relação aos dados gerais da área de abrangência.....	93
QUADRO 16-Classificação de renda das famílias em descumprimento das condicionalidades.....	95
QUADRO 17-Número de dependentes em idade escolar.....	95
QUADRO 18-Distribuição dos locais de moradias das famílias que se encontravam em descumprimento das condicionalidades em relação a localização das escolas existentes na área de abrangência do CRAS Cará-Cará.....	96
QUADRO 19-Número de famílias e adolescentes em cada Vila assistida.....	100
QUADRO 20-Linha de renda das famílias assistidas conforme cada vila.....	101

QUADRO 21-Papel do benefício do Bolsa Família no orçamento família.....	102
QUADRO 22-Pontos positivos de cada Bairro/Vila segundo as famílias.....	107
QUADRO 23-Pontos negativos de cada Bairro/Vila segundo as famílias.....	108
QUADRO 24-Divisão entre adolescentes do sexo masculino e feminino.....	118
QUADRO 25-Divisão etária dos adolescentes.....	119
QUADRO 26-Faixa etária e correspondência nas séries escolares.....	121
QUADRO 27-Índice de ASNCI conforme cada sexo.....	123
QUADRO 28-Principais causas da evasão escolar segundo os adolescentes.....	125

LISTA DE SIGLAS

ASNCI	Adolescentes em Séries não Correspondentes à Idade
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚnico	Cadastro Único
CMEI	Centro Municipal de educação infantil
COHAB-PG	Companhia de Habitação de Ponta Grossa
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CPT	Companhia Ponta grossense de Telecomunicações.
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
COHALAR	Cooperativa Habitacional dos Assalariados
DRU	Desvinculação das Receitas da União
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INOCOOP	Instituto de Orientação as Cooperativas de Habitação
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa Bolsa Família
PFZ	Programa Fome Zero
PLADEI	Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PROLAR	Companhia de Habitação de Ponta Grossa
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SMAS	Secretária Municipal de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO I-A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO SEGREGADO E A NEGAÇÃO À CIDADE.....	25
1.1-Da cidade mercantil à cidade capitalista contemporânea.....	26
1.2-A cidade fragmentada e a negação à vida urbana.....	32
1.3-Segregação socioespacial e planejamento urbano no Brasil.....	38
 CAPÍTULO II-TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CIDADE SEGREGADA: Confronto de ações do Estado.....	44
2.1-Políticas de seguridade social no Brasil entre 1980 a 2003.....	45
2.2-Ações do Ministério de Desenvolvimento Social(MDS) e o Bolsa Família.....	52
2.3-Direito a cidade e as condicionalidades do PBF.....	58
 CAPÍTULO III-SEGREGAÇÃO URBANA EM PONTA GROSSA A PARTIR DAS AÇÕES ESTATAIS DE HABITAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	62
3.1-Formação do Espaço e evolução urbana de Ponta Grossa.....	63
3.1.1-Primeira Etapa – Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná.....	70
3.1.2-Segunda Etapa – Companhia de Habitação de Ponta Grossa – COHAB-PG.....	71
3.1.3-Terceira Etapa – a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e o Instituto de Orientação as Cooperativas de Habitação – INOCOOP.....	72
3.1.4-Quarta Etapa –Cooperativa Habitacional dos Assalariados(COHALAR) e Cooperativas Particulares.....	73
3.2-Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR.....	74
3.3-Programa Bolsa Família, e o descumprimento das condicionalidades em Ponta Grossa-PR.....	79
 CAPÍTULO IV-CRAS CARÁ-CARÁ: famílias negligentes/negligenciadas e os resultados do campo.....	87
4.1-CRAS Unidade Cará-Cará: Números e informações.....	87
4.2-Perfil Socioeconômico e espacial das 132 famílias.....	94

4.3-Famílias: “Para se manterem estudando se faz necessário o direito à cidade!”	98
4.3.1-Primeira etapa: Equipamentos urbanos e condicionalidades, uma íntima relação.....	100
4.3.1.a-Characterização dos onze bairros/vilas: pontos positivos e negativos da infraestrutura urbana destas localidades.....	106
4.3.1.b-Indicadores, conexões e similaridades urbanas entre os onze Bairros/Vilas estudados.....	109
4.3.2-Segunda Etapa: Adolescentes e Evasão Escolar; Sexos Diferentes, Demandas Específicas.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	133
APENDICE I.....	139

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa e debate a relação entre o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família(PBF) e a evasão escolar que ocorreu no período entre Março de 2013 a Março de 2015 na área de abrangência do CRAS Cará-Cará, em Ponta Grossa, Paraná. Como esses dois fatos sociais se inter-relacionam influenciando a vida das pessoas que residem naquela região da cidade, e são assistidas pelo PBF, conseqüentemente afetando a formação urbana do município.

Familiarizados com o carro-chefe da discussão de nosso trabalho daremos início neste debate a partir de uma exposição sobre o processo de urbanização brasileiro até chegarmos a Ponta Grossa, passando também pela análise dos programas sociais existentes no Brasil até chegarmos aos números, informações e análises de nossos recortes espacial, temporal e temático.

O êxodo rural ocorrido no Brasil principalmente a partir da década de 70 e a explosão demográfica iniciada no mesmo período, foram alguns dos principais motivos, que impulsionaram o inchaço das grandes e medias cidades brasileiras. O número de habitantes foi aumentando cada vez mais, com isso, o crescimento dos perímetros urbanos também se multiplicou, gerando disputas e lutas por espaço de moradia nas áreas urbanas do país.

Este aumento significativo dos perímetros urbanos brasileiros, agravou a desigualdade existente no Brasil desde o período de sua colonização, que passou pela exploração e pelo desenvolvimento econômico escravocrata gerando desde aquele período uma parcela populacional sobrevivendo em condições precárias. Estas pessoas que já traziam dificuldades de desenvolvimento desde os tempos de formação do Brasil acabaram indo, em grande parte, morar nas áreas menos valorizadas dos grandes e médios centros urbanos brasileiros. Formaram-se então periferias urbanas, áreas, na maioria das vezes, em situação de degradação urbana, ou ainda, sem nenhuma infraestrutura.

Este processo consolidou a formação de um espaço urbano brasileiro extremamente segregado, o que acarretou numa negação à cidade aos pobres, criando uma espécie de “prisão socioespacial”(PEET, 1972) nestas periferias e áreas degradadas. Acreditamos que o planejamento urbano no Brasil, de forma alguma se desenvolveu de forma desorganizada. As políticas voltadas ao acesso à moradia no país, desde o começo de sua urbanização, sempre tiveram intuito

higienista e segregador. Ou seja, sempre quem pagou mais, pode escolher os melhores lugares da cidade, logo, para a população pobre ou extremamente pobre sempre restaram os lugares mais distantes ou menos estruturados(TANAGINO, 2013).

Com a evolução das políticas sociais e dos direitos civis que ocorreram com instauração da constituição de 1988, o conceito de assistência social a essas pessoas segregadas socioespacialmente, deixou de ser uma ideia de puro assistencialismo, o que ocorria até antes do documento federal, para ser oficialmente uma política de direitos, com isso quem antes era tratado como “coitado” passou a ser tratado como cidadão com direitos legalmente reconhecidos (OLIVEIRA,2010).

Contudo, durante o governo Collor a iniciativa neoliberal passa a ter livre acesso as deliberações políticas em nosso país. Assim o ideário do Consenso de Washington¹¹passa a ser aplicado nos seus rígidos princípios de estabilidade macroeconômicos. As consequências disso foram desastrosas para as políticas de assistência social.

Praticamente todos os avanços conquistados com o documento de 1988 se estagnaram, além disso, aconteceram as negativas as propostas de reforma agrária. Estas duas ações do governo, transformaram a década de 1990 em um caos social. As ações neoliberais invadiram o campo, com iniciativas do agronegócio, o que acabou empurrando grande parte da agricultura familiar as favelas e periferias das grandes cidades brasileiras. As políticas sociais que eram pensadas de forma solidarizada e de bem-estar coletivo, o que transformariam todos em cidadãos de direitos, foram praticamente extintas, com a justificativa que custavam caro demais ao Estado. Porém, mais tarde, as iniciativas sociais se transformariam nas políticas de transferência direta de renda, já que tais iniciativas transformariam o cidadão de direitos em consumidores.(OLIVEIRA, 2010)

1 **Consenso de Washington** é uma conjugação de grandes medidas que se compõe de dez regras básicas. Formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (PEREIRA, 2006, p.47)

Estas políticas de transferência direta de renda evoluíram no Brasil a partir do começo da década de 1990 até 2003, quando se fundem, vários programas menores, como vale-gás e bolsa escola, consolidando assim o Programa Bolsa Família(PBF). Neste meio da segunda década do século XXI, no Brasil, o PBF é um programa essencial à política de assistência social, assistindo 79.280.975 pessoas, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome (MDS), porém, acesso à renda não é direito à cidade ou direito a uma qualidade de vida decente. Além disto, o programa trabalha com uma série de condicionalidades que são exigências que a família beneficiária precisa cumprir para se manter recebendo o benefício. Entretanto, essas condicionalidades estão diretamente ligadas a formação da cidade e ao acesso aos equipamentos urbanos. As famílias precisam manter as crianças em idade escolar com frequência acima de 85% e deve ser realizada a pesagem das crianças entre 0 à 7 anos.

Analizando as condicionalidades, as famílias assistidas estão diretamente dependentes de uma formação urbana qualificada, visto que, se não existir pelo menos escolas e postos de saúde nas vilas/bairros em que residem, como conseguirão se manter dentro do PBF?

O município de Ponta Grossa se formou a partir de uma elite conservadora e retrógrada, visto que a classe social que ditava as ações na cidade, praticamente até metade do século XX, eram os latifundiários. Assim, a cidade se desenvolveu com bases que em geral beneficiaram as classes mais abastadas.

As políticas de acesso à moradia popular no município se iniciaram logo após o golpe militar de 1964, já que os conjuntos habitacionais entregues até antes desta data eram destinados a duas classes de trabalhadores específicas, os militares e os ferroviários, e estas duas vias trabalhistas não eram uma parcela especificamente pobre. O primeiro conjunto habitacional construído com intuito de atender a população realmente carente foi o 31 de março, foram entregues 1000 moradias em 1967(SCHEFFER, 2003). Contudo, a urbanização de Ponta Grossa, na época, ainda caminhava a passos lentos e a área onde foi instalado este primeiro empreendimento de moradia popular era distante do centro ou de áreas de infraestrutura urbana.

A prática de construir os conjuntos habitacionais, direcionados aos mais pobres em áreas distantes do centro da cidade, continuou acontecendo com o passar do tempo e com o aumento do desenvolvimento urbano de Ponta Grossa,

praticamente todos os núcleos populares, ao longo destes 48 anos, foram instalados em áreas periféricas do perímetro urbano do município, com destaque as ações da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR). Podemos observar na figura 5, presente no capítulo 2 desta pesquisa, a periferação dos empreendimentos de moradia popular na cidade, desde o núcleo 31 de março até os últimos conjuntos habitacionais realizados pela PROLAR e que ainda serão entregues em 2016.

O desenvolvimento da infraestrutura urbana nestas áreas não acompanhou a entrega das casas, ou seja, os primeiros moradores sofreram e em alguns casos ainda sofrem, sem escolas, postos de saúde, praças ou acesso ao lazer. Além da dificuldade com a mobilidade urbana, acesso ao trabalho e ao centro de consumo. (SHEFFER, 2003)

A cidade, além desse processo que fortalece o espraiamento do espaço urbano, sofre com áreas de degradação urbana e ocupações irregulares, além disso, Ponta Grossa não é um caso inédito no quadro urbano brasileiro como nos mostra o IBGE:

Em 2010, o país possuía 6.329 aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros) em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Eles concentravam 6,0% da população brasileira (11.425.644 pessoas), distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Vinte regiões metropolitanas concentravam 88,6% desses domicílios, e quase metade (49,8%) dos domicílios de aglomerados estavam na Região Sudeste. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011a, não paginado).

Contudo, ainda existem áreas próximas ao centro ou as áreas infraestruturadas, que se mantêm intactas, desencadeando uma forte especulação imobiliária, conseqüentemente, aumentando o valor de troca da terra urbana, o que acaba empurrando a população carente, que não pode pagar esse aumento do valor dos lotes, a estes núcleos populares mais distantes, que são mais baratos, ou o que resta a estas famílias são as áreas irregulares ou ocupações sem nenhuma infraestrutura.

O processo de formação urbana do Município de Ponta Grossa, no que diz respeito a moradia, foi extremamente segregador. A cidade não foi pensada para todos, as classes que tinham ou ainda tem um maior poder aquisitivo escolheram/escolhem os melhores espaços para viver. Caracterizando assim, uma negação à cidade, aos encontros e conflitos presentes no urbano. (LEFEBVRE, 1999)

Perante este cenário de consolidação de segregação urbana em Ponta Grossa pensamos as políticas de assistência social do MDS, mais precisamente o PBF, estreitamente ligadas as políticas de moradia popular e ao processo de formação urbana do município. Ponta Grossa conta hoje com nove Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), órgão responsável pelo controle e acompanhamento das famílias assistidas pelo programa, ou seja, ao CRAS que as famílias têm que se reportar, em relação ao cumprimento das condicionalidades citadas outrora. Cada CRAS é responsável por uma área de abrangência dividida regionalmente conforme as necessidades da cidade. Esta divisão em Ponta Grossa não segue a divisão regional oficial do Município.

Analisaremos a situação de 132 famílias residentes na área de abrangência do CRAS unidade Cará-Cará, unidade a qual é responsável por 37 vilas, cobrindo parte da região Sul do Município. Estas famílias, na qual existiam 169 adolescentes em idade escolar, se encontravam no período entre março de 2013 a maio de 2015, em descumprimento das condicionalidades, todas por evasão escolar. Com isso, a presente pesquisa tem como **objetivo geral**, a seguinte questão: Compreender as dificuldades das famílias residentes na área de abrangência do CRAS Cará-Cará no cumprimento das condicionalidades frente a uma cidade segregada.

E **objetivos específicos**: 1-Entender a segregação socioespacial como elemento fundamental a negação do direito à cidade no Brasil. 2-Compreender a influência da segregação urbana nas políticas de transferência de renda direta em Ponta Grossa. 3-Analisar a relação entre as políticas de habitação popular e a segregação Urbana em Ponta Grossa. Assim, a presente dissertação está estruturada da seguinte maneira:

O Capítulo I, chamado “A produção do espaço urbano brasileiro segregado e a negação à cidade”. No primeiro momento, dissertamos sobre a evolução urbana, a partir das cidades mercantis até as atuais cidades contemporâneas capitalistas. Em seguida tratamos do processo da negação à cidade e a segregação urbana como influenciadora no fenômeno de “prisão socioespacial”. Por fim, debatemos a questão do planejamento urbano no Brasil. Consideramos que esse processo se desenvolveu no país de forma higienista e elitista. Na maioria dos casos, a população carente foi retirada dos centros urbanos ou áreas mais valorizadas e foi realocada nas áreas periféricas, ou acabou se amontoando nas favelas e guetos.

No Capítulo II, denominado “Transferência de renda e cidade segregada: Confronto de ações do Estado.” Analisamos a evolução das políticas de assistência social no Brasil entre 1980 à 2003, enfatizando as vitórias da constituição de 1988 e lamentando os retrocessos das políticas neoliberais que se alastraram no país na década de 1990. Em seguida, dissertamos sobre as ações do MDS e o PBF no Brasil, como ocorreu a evolução das políticas de transferência de renda no país, até chegarmos a situação atual de quase 80 milhões de assistidos.

Já no Capítulo III, chamado “Segregação Urbana em Ponta Grossa a partir das ações estatais de habitação e o programa bolsa família.” Dissertamos sobre a formação do espaço urbano de Ponta Grossa, desde a sua origem com os tropeiros, passando pela fase do desenvolvimento ferroviário e a evolução industrial. No próximo momento deste capítulo, apresentamos a configuração dos conjuntos de habitações populares no município e a instauração de uma política Estatal segregacionista, enfatizando as ações da PROLAR, visto que, esta Companhia de Habitação está atuando na cidade desde 1989. Concluindo o terceiro capítulo, debatemos o PBF em Ponta Grossa e a questão das condicionalidades e o confronto de ações do Estado.

No capítulo IV, denominado “CRAS CARÁ-CARÁ: famílias negligentes/negligenciadas e os resultados do campo.” apresentaremos aspectos descritivos de nossos recortes, temático e espacial. O capítulo, como os anteriores, se divide em três tópicos. O primeiro, denominado “CRAS Unidade Cará-Cará: Números e informações”, descrevemos as ações do CRAS unidade Cará-Cará, sua área de abrangência, número de famílias assistidas até maio de 2015 e a questão das condicionalidades aplicada nesta unidade em que realizamos nossa pesquisa. No segundo tópico, chamado “Perfil Socioeconômico e espacial das 132 famílias” descrevemos a situação socioeconômica dessas 132 famílias que estavam ameaçadas de perder o benefício do PBF durante o período estudado. No último tópico, o mais importante deste capítulo, intitulado “Famílias: “Para se manterem estudando se faz necessário o direito à cidade!””, mostraremos os resultados do campo onde conseguimos localizar 82 famílias e 142 adolescentes, números que representam 62,1% e 84%, respectivamente, do total de pessoas existentes em nossos recortes temático e espacial.

A proximidade e afinidade, com a equipe gestora do CRAS, desenvolvidas durante um estágio não obrigatório no período entre Março de 2011 a Março de

2013 facilitaram a escolha da temática da presente dissertação. Além disto, meu trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia foi relacionado ao mesmo tema, porém, focalizado nas famílias assistidas pelo PBF que se encontravam em extrema pobreza até o ano de 2013.

A familiarização com a temática e a área de abrangência facilitaram a aplicação da metodologia utilizada. Metodologia esta que se divide em três partes:

1-Construção do arcabouço teórico voltado a dois vieses: o primeiro relacionado ao processo de formação urbano do Brasil, Ponta Grossa e toda a sua carga segregadora e elitista. Já o segundo dava conta da construção teórica direcionada ao histórico das políticas de assistência social brasileiras, enfatizando as conquistas da Constituição de 1988, até chegar as atuais políticas de transferência direta de renda.

Nesta etapa da presente pesquisa se destacam alguns autores que nos ajudaram a nortear a discussão amarrando os dois vieses desejados, são eles: , David Harvey, Henri Lefebvre, Mark, Edward Soja, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Alessandri Carlos, Ermínia Maricato, Arlete Moysés Rodrigues, Flávio Villaça, Karina Dias Tanagino, Eduardo Matarazzo Suplicy, Sandra Maria Scheffer, entre outros.

.2- Levantamento de dados: Nesta etapa metodológica buscou-se os dados brasileiros relacionados a urbanização e principalmente ao PBF, disponibilizados pelo MDS. Em seguida buscamos os dados sobre o município de Ponta Grossa, sua urbanização e o histórico dos números dos empreendimentos de moradia popular na cidade, alguns destes são disponibilizados pela PROLAR. Os dados relacionados ao PBF em Ponta Grossa também foram organizados e disponibilizados via MDS.

Com a construção do arcabouço teórico e os dados nas mãos, a operacionalização da metodologia em termos práticos foi facilitada, com isso, entramos na terceira parte da metodologia.

3-Operacionalização das metodologias aplicadas: Optamos por mudar a recorte temporal de nossa pesquisa, que no projeto inicial era de Março de 2011 a Maio de 2013, para Março de 2013 a Maio de 2015,(A validade do CadÚnico é de dois anos, por isso a similaridade dos meses alterando apenas os anos.) Concluímos que a proximidade de datas com um cadastro mais atual facilitaria a localização das famílias estudadas. Entendemos que localizar as famílias existentes em um cadastro

realizado a quatro anos ia ser muito mais complicado do que achar os beneficiários cadastrados praticamente num período atual.

A partir desta retratação temporal, tivemos acesso à base de dados do CRAS Unidade Cará-Cará, com isso chegamos ao número destas 132 famílias que se encontravam em descumprimento das condicionalidades e corriam o risco do cancelamento do PBF. Essas famílias tinham mais duas particularidades em comum, todas as irregularidades aconteceram devido a evasão escolar. Dentro deste número de famílias existem, segundo o CadÚnico, 315 menores em idade escolar. Destes 315, 169 são adolescentes com idade correspondente ao ensino médio. Porém, aí está o segundo ponto em comum das famílias estudadas, todas elas estavam irregulares em relação ao ensino médio, nenhuma em relação ao ensino fundamental, ou seja, estes 169 estavam fora da escola acarretando o possível cancelamento do benefício do PBF para suas famílias.

Familiarizados com os números citados no paragrafo anterior, fomos em busca destas famílias, como citado outrora, conseguimos localizar 62,1% dos responsáveis familiares e 84% dos adolescentes que se encontravam em descumprimento das condicionalidades do PBF. Aplicamos um questionário semiestruturado contendo questões relacionadas ao papel que o benefício do PBF tem dentro do orçamento familiar destas famílias e voltadas diretamente aos adolescentes, questionando a razão da evasão escolar, este questionário está contido no apêndice I da presente pesquisa.

Utilizamos, o questionário semiestruturado, pois concordamos com Triviños(1987), quando ele expõe tal temática:

a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.
(TRIVIÑOS, 1987, p. 152)

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO SEGREGADO E A NEGAÇÃO À CIDADE

Neste primeiro momento da análise debateremos o processo de formação das cidades. As primeiras manifestações urbanas que surgiam nas cidades mercantis até chegar aos processos urbanos capitalistas globais atuais. Esta análise espacial/temporal é importante para entendermos o fenômeno da segregação espacial urbana no Brasil. Fenômeno esse, que para algumas linhas de pensamentos de estudos urbanos, é fruto da falta de planejamento urbano. Pensamos justamente ao contrário desta ideia, acreditamos que o planejamento urbano executado no Brasil a partir do início do século XX foi pautado na manutenção do sistema capitalista. O valor de troca da terra urbana se sobrepôs ao valor de uso, com isso, a classe pobre, que na maioria dos casos era a classe trabalhadora, não pode adquirir moradias em áreas com melhor infraestrutura, assim, acabou sendo empurrada as periferias ou áreas sem assistência por parte do Estado. Além deste processo, ainda ocorreram ações de planejamento urbano, baseadas na higienização dos espaços centrais das cidades brasileiras, retirando os pobres destas áreas e realocando-os em áreas distantes e precárias.

Todo este processo ocorreu devido ao Estado “facilitar” a manutenção do sistema capitalista na formação das cidades. Com o valor da terra urbana elevada, a cidade passa a não ser para todos, criando assim os segregados socioespaciais, moradores de áreas sem infraestrutura, com uma renda ínfima, e em alguns casos até inexistente.

O planejamento urbano brasileiro não se pautou em uma formação urbana igualitária e sim na manutenção capitalista. Com isso, na maioria das periferias brasileiras não existem equipamentos urbanos para uma qualidade de vida digna.

A discussão citada a cima é organizada neste primeiro capítulo em três momentos: O primeiro tópico chamado “Da cidade mercantil à cidade capitalista contemporânea”, contextualiza o processo histórico/espacial que ocorreu desde as primeiras cidades, que tinham a praça como seu centro de encontros e centro comercial até as cidades capitalistas globais atuais. O segundo tópico, “A cidade fragmentada e a negação à cidade”, trata dos processos espaciais segregadores existentes na cidade capitalista, como sua formação espacial não é neutra e sim cheia de interesses por parte dos agentes produtores do espaço urbano e como

estes agentes se distribuem e se organizam sobre o mesmo. Já o tópico final, traz a tona, o contexto histórico do planejamento urbano no Brasil a partir do século XX e alguns exemplos das ações higienizadoras e elitistas executadas pelo Estado neste período.

Assim, entramos no debate visando a busca pelo direito à cidade garantido a todos os construtores/atores do espaço urbano, independente da classe social.

1.1 Da cidade mercantil à cidade capitalista contemporânea.

Ao longo da História, o pensamento geográfico transformou sua maneira de enxergar o mundo, essa mudança se expressou na evolução do conceito de espaço. No início se considerava apenas a 'simples' localização dos fenômenos sobre a terra como espaço, "mas esse espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana" (Soja 1993, p.101) até chegar a ideia de que toda a reprodução social humana é transformadora e produtora espacial. Desta maneira, o espaço não deve ser compreendido como "vazio e puro, lugar por excelência dos números e proporções" (Lefebvre 2001, p. 29) e sim entendido como espaço social, vivido e criado a partir das ações humanas sobre a superfície terrestre.

O espaço é portanto, "uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modo pelo qual os homens produzem sua existência e a si mesmo." (Carlos, 2001, p. 32) Este processo de produção e reprodução espacial se dá no cotidiano das pessoas e se caracteriza na ação de utilizar e/ou ocupar um determinado lugar num momento específico. (Carlos, 2001, p. 46) As relações sociais como produtoras de espaço, o transformam, portanto, não em um ponto de partida (espaço absoluto) e muito menos, em um ponto de chegada, ou seja, resultado final das relações sociais.

Esta característica dinâmica e não estática, para Lefebvre coloca o espaço como um dos elementos centrais das relações sociais:

"Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercambio. Estaria essencialmente vinculado com as relações(sociais) de produção. (LEFEBVRE, 2001, p. 34)

A partir do momento que se entenda que o espaço e sua organização são um produto social, não podemos considerá-lo como uma estrutura separada das demais estruturas sociais, como as relações sociais de produção por exemplo. “As relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço” afirma Soja (1993 p. 103). O espaço socialmente produzido é onde acontecem e se reproduzem as relações dominantes de produção. Esta reprodução espacializada e ocupada pelo capitalismo se dá de forma “fragmentada em pedaços, homogeneizada em mercadorias distintas, organizadas em posições de controle e ampliada para a escala global” (Soja 1993 p.115).

Esse processo de fragmentação do capitalismo acaba sendo a questão central da sua sobrevivência, desde o seu momento primitivo competitivo da época de Marx até o capitalismo industrial oligopolista global atual. Logo, as relações socioespaciais têm papel fundamental na evolução e sobrevivência capitalista, visto que, o capitalismo acaba criando o processo de desenvolvimento regional desigual que está embasado em desenvolver uma determinada região ou espacialidade em detrimento de outra, criando assim relações socioespaciais de centro e periferia. As relações de centro e periferia produzidas pelo capitalismo acabam espacializando a luta de classes e estes tensionamentos se caracterizam mais claramente no processo histórico de formação dos espaços urbanos.

Seríamos simplistas se analisássemos a cidade apenas como matéria ou ainda apenas como energia. Além destes fatores ela ainda se constitui de vida e inter-relações. “Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias” (LYNCH, 2006: 1). Assim, ao se pensar cidade, qualquer análise retilínea ou pragmática do espaço urbano é rasa. Discutir e analisar cidade, portanto, é considerar materialidade e imaterialidade que se encontram trançadas na constituição do espaço urbano.

Lefebvre (1999) afirma que a partir do século XIV com o surgimento e evolução das cidades mercantis na Europa, começam a evoluir os conceitos essenciais urbanos: forma, função e estrutura. A troca comercial passa a ser uma das ‘funções’ urbanas, visto que, as cidades começam a ser o centro das relações sociais. Com isso, a troca comercial passa a ter um papel central na transformação do uso do espaço urbano, que com o passar do tempo se transforma em um

“território compartimentado em unidades dotadas de valor de troca.”(Cunha, 2008, p. 16)

A arquitetura e as praças e espaços de encontro passam a ser organizados a partir das áreas de comércio e mercados, dando assim ‘forma’ aos primeiros centros urbanos. Por fim, com a centralidade das zonas de comércio evoluindo para uma sociedade mercantil a cidade passa a desenvolver uma ‘estrutura’ baseada nos mercados e na instauração inicial das trocas de mercadorias.

FIGURA 1-ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES SEGUNDO LEFEBVRE

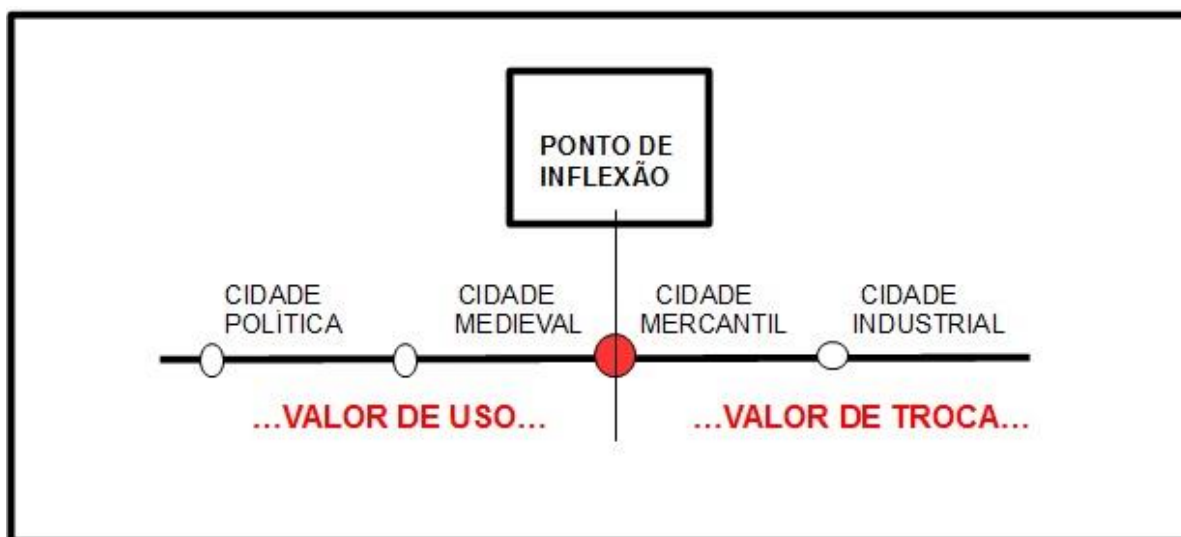


FIGURA 1 – Representação baseada no esquema lefebvriano em que o autor determina as principais etapas de desenvolvimento da cidade ao redor do ponto crítico de inflexão na história da cidade, situado em fins da idade Média e início da Modernidade

Fonte: LEFEBVRE, 2004 p.27

Organização: HAVRECHAKI, C.F. 2016

Essa relação central de comércio e de trocas, consolida a relação entre as cidades criando rotas comerciais e a concentração de riqueza deixa de ser somente na posse de terras e passa a ser também monetária, com isso são criados os primeiros bancos(ARAÚJO, 2012). Esse processo consolidante do comércio acaba levando seus atores, os comerciantes, a um novo patamar na esfera social, neste momento histórico eles passam a ser a ‘burguesia comercial’.

Ainda na evolução da cidade Mercantil, temos um salto das técnicas e das ciências destacando assim a ideia de progresso, que até o século XVI não tinha sido pensada, estes fatos são preponderantes na transformação do espaço urbano daquela época. A partir desta evolução tecnocientífica que se desenvolveu neste período o espaço urbano mercantil sofre mudanças significativas causadas pelo advento de um fenômeno socioeconômico que estava começando a evoluir, a industrialização.

Com toda certeza, a industrialização causou grandes transformações nas práticas sociais da cidade mercantil. O processo de industrialização não levou em conta a organização das cidades ou a ordem social existente nelas. Neste período de conflito Lefebvre (1999) afirma ter ocorrido uma ‘crise gigantesca’ acarretando uma ‘mudança radical’, na ordem das cidades desta época. Araújo (2012) expõe o porque da indústria se desenvolver sem considerar as relações sociais existentes na cidade mercantil e como o processo industrial interferiu tanto na estrutura das cidades deste período:

A indústria, de início, prescindiu da cidade porque seu foco estava nas fontes de energia e/ou de matérias-primas localizadas, geralmente, fora da cidade. Progressivamente, a indústria se aproximou das cidades por conta da abundância de mão de obra, capitais e do próprio mercado. Este simples movimento da indústria em direção a cidade produziu profundas transformações em sua morfologia. (ARAÚJO, 2012, p. 135)

Essas transformações profundas acarretadas pela busca por mão de obra e por capital por parte da indústria puderam ser sentidas, por exemplo, nas festas e costumes tradicionais presentes nas cidades mercantis que aos poucos foram ficando repetitivos e direcionados ao consumo dos produtos produzidos pelas indústrias. Era como se toda cidade estivesse se transformando em uma grande empresa.

A sociedade urbana atual, que segundo Lefebvre (1999 p. 13) “nasce da industrialização”, acabou evoluindo conforme o capitalismo industrial foi se desenvolvendo. Com isso, até as relações campo-cidade são afetadas, se antes, nas cidades mercantis, essas relações eram distantes, neste momento histórico a produção agrícola passa a depender das deliberações industriais, ou seja. passa a ser subordinada a suas exigências. Assim, a vida camponesa e sua produção se integra aos anseios industriais e ao consumo dos produtos desta indústria. “A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói, os resíduos da vida agrária” (Lefebvre, 1999 p. 15).

Assim, o processo de transformação da cidade mercantil para a nova cidade industrial se consolida, causando a dependência do campo para com esta nova cidade e um inchaço nos espaços urbanos, além de colocar as relações de consumo acima das relações de troca. Com isso, a desigualdade se acentua e surgem os primeiros processos de segregação espacial criando áreas de centro e periferia, tanto comerciais quanto de moradia. Esta nova sociedade urbana/industrial passa, neste momento, segundo Araújo (2012) pela seguinte fase:

com a industrialização, a história entrou em uma fase de mundialização na qual sua principal característica é disseminação das relações de produção e da lógica produtivista capitalista (crescimento econômico); destroem-se as particularidades locais em favor de uma homogeneização que viabiliza a constituição de um mercado em nível global (ARAUJO, 2012, p.136).

Com a chegada da supremacia industrial a cidade passava pela fase em que o capitalismo evidenciava a 'burguesia industrial' e foram se criando alguns novos processos nas relações sociais, dois exemplos disto, foram a interdependência do campo com a cidade e a nova divisão social do trabalho. Esses dois processos necessitavam de uma ferramenta de regulação nessa 'nova' cidade, com isso, se deu base para a institucionalização do Estado e a centralização do poder.

As transformações decorrentes da mutação da cidade mercantil em cidade industrial causaram inúmeros sintomas nessa nova sociedade urbana/industrial, como a questão da centralidade do capital, que se encontrava em sua grande parte na cidade, logo, ela possuía papel central em relação ao campo, assim, aparentemente, as oportunidades eram muito mais atraentes tanto para os operários quanto para os novos burgueses industriais. Porém estas oportunidades desde o início não foram para todos principalmente para os operários, que viram a cidade não comportar o número de famílias que agora ali estavam. A oferta de trabalho não supria a procura e os empregos que existiam, na maioria dos casos, o salário era ínfimo. Quanto à questão da moradia, sem trabalho ou com uma remuneração muito baixa, só restava para grande parte das famílias buscar as periferias e os guetos para viver.

Este processo de transformação espacial nas cidades, acarretado pela chegada da indústria, não foi uma ação socioespacial planejada, apesar da legitimação do Estado como regulador socioespacial. Assim dizendo, os burgueses industriais se aproximaram das cidades pelas questões econômicas, não pensando no desenvolvimento ou planejamento urbano e o Estado pouco interveio nestas ações dos novos capitalistas, muito pelo contrário, em muitos casos até facilitou a evolução industrial nas áreas urbanas.

O desenvolvimento dos espaços urbanos foi ocorrendo conforme as necessidades do capitalismo industrial e suas próprias relações de produção se transformaram. Durante o capitalismo concorrencial, a prioridade era essencialmente a reprodução dos meios de produção para que seus produtos chegassem a um número máximo de consumo. Neste momento, uma das características das cidades,

entre outras, era a função de unidades de consumo, ou seja, complementar à produção. Contudo, a reprodução dos meios de produção passa a não suprir aos anseios do modo de produção capitalista que crescia e se intensificava em grande velocidade. O capitalismo passou então a atuar em todo o espaço através da reprodução das relações sociais de produção e assim poderia se manter dominante.

Sem sombra de dúvidas as consequências negativas deste processo de urbanização, que se baseia na sobrevivência do capitalismo, são mais sentidas nas áreas mais carentes da cidade. Nestas espacialidades, além da insuficiência ou inexistência de equipamentos básicos urbanos, como coleta de lixo e tratamento de esgoto, ainda ocorrem mais agravantes, como a especulação imobiliária e sobrevalorização da terra urbana. Estas são algumas características que vão dando forma a cidade, que agora é produto das novas relações necessárias a sobrevivência e reprodução capitalista. (TANAGINO, 2013).

Com isso, as cidades se mantiveram como unidades de consumo, como coloca Tanagino (2013):

O que não quer dizer que as cidades não sejam mais unidades de consumo, muito pelo contrário, elas aglutinaram sim outras funções e características, abrigando agora, ao mesmo tempo, o consumo tanto material quanto imaterial, inclusive o consumo de espaços. (TANAGINO, 2013, p. 25)

Lefebvre (2008) expõem o espaço como “instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”. Com isso, os agentes produtores de espaço, que exercem poder sobre o mesmo, manipulam a configuração espacial conforme suas necessidades e interesses, fragmentando-o, segregando, e criando uma espécie de hierarquia espacial urbana. Estes agentes impõem suas representações espaciais alienantes/alienadas para que se mantenha a ordem e as relações de produção capitalistas.

Harvey (1980, p.139) destaca seis categorias sociais formadoras do espaço urbano capitalista, sendo que cada uma delas “tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca” da moradia. Estas categorias são os usuários de moradias; os corretores de imóveis; os proprietários; os incorporadores e a indústria da construção da moradia; as instituições financeiras; e por fim o Estado.

No Brasil destacamos Corrêa (1989, 2011) que classifica da seguinte maneira: Para o autor existem cinco atores responsáveis pela formação das cidades, seriam eles, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, o Estado, os promotores imobiliários e uma categoria não menos importante porém

marginalizada neste processo, os grupos sociais excluídos. Corrêa destaca o interesse social pelas tensões urbanas, “a terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital” (CORRÊA, 2011, p.47).

Destacamos dois deles: O Estado, pois consideramos como o principal agente produtor do espaço urbano. Visto que, ele está presente na distribuição, produção e gestão dos equipamentos públicos de consumo coletivo, necessários a sociedade urbana. Além disso, o Estado também é responsável pela mediação entre os diferentes interesses dos demais agentes produtores de espaço e as diferentes classes sociais. Também destacaremos os grupos sociais excluídos por acreditarmos que este grupo de atores sociais é capaz de reorganizar o espaço urbano de forma diferente da lógica capitalista de produção.

A partir daqui, discutiremos como acontece a organização dos espaços urbanos brasileiros segregados, algumas ações do Estado e a busca pelo direito a cidade e uma melhor condição de vida por parte das famílias pertencentes aos grupos sociais excluídos.

1.2 A cidade fragmentada e a negação à vida urbana

A produção do espaço urbano no Brasil não se dá portanto, com neutralidade e sim de forma política, resultado das ações correlacionadas dos diferentes agentes. Porém, segundo Souza e Rodrigues (2004), o Estado é fundamental no modo de produção capitalista agindo conforme os interesses burgueses mantendo a lógica de produção do mercado funcionando. Com isso, se produz dois tipos de espaço dentro do espaço urbano: O espaço burguês, que em sua maioria é beneficiado pelas ações do Estado e o espaço da classe trabalhadora. Nesta lógica, o espaço urbano se configura e se desenvolve num contexto fragmentado e desigual (TANAGINO, 2013).

Dentro do espaço urbano é nítida e clara a diferença entre estas áreas, ‘o espaço burgues’ e o ‘espaço da classe trabalhadora’. O acesso aos equipamentos urbanos é completamente diferente entre os dois conceitos. Com isso, criam-se áreas de ‘segregação voluntária’ como os condomínios fechados e áreas de ‘segregação induzida’, um exemplo seriam as periferias. De acordo com Villaça (2006, p. 148) “a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros”.

A fragmentação urbana intensifica-se a partir do ponto que o valor de troca (espaços comprados e vendidos, lugares e símbolos, consumo de bens) supera o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano). A cidade, o espaço urbano está cada vez mais fragmentado, dividido, com o intuito de aumentar e fortalecer o lucro dos detentores de terras.

Segundo Tanagino, (2013) o Estado legitima mais um agente produtor do espaço urbano, os especuladores imobiliários:

Destacamos aqui o papel fundamental exercido pela especulação imobiliária no jogo da oferta e procura, fazendo com que aumente o valor de troca destes espaços. Desta forma, o espaço urbano torna-se assim o meio das segregações, onde há a produção de diferentes espaços para as diferentes classes nele presentes. Salientamos ainda que a produção destes espaços obedecem a uma lógica específica, uma hierarquização. (TANAGINO, 2013, p. 27)

O movimento de organização dos espaços urbanos não tem nada de espontâneo e natural, ou ainda inocente. Esta hierarquia dos espaços, abrangendo forma, função e estrutura é produzida pelos interesses de seus agentes, no caso do modo de produção capitalista, o interesse e necessidades das elites. Esta elite que acaba sobrepondo seus interesses na produção do espaço urbano, coloca também suas representações, símbolos, signos e costumes a frente das demais classes sociais. Com isso, as representações do espaço, além de ser um condicionante social, sustentam o controle do tempo e da ordem no espaço urbano. (LEFEBVRE, 2008)

Os espaços na qual as elites se apropriam, geralmente possuem todo acesso aos equipamentos urbanos e de infraestrutura, proporcionando uma qualidade de vida confortável e segura. Porém, mesmo com todo acesso aos benefícios e a uma boa qualidade de vida a burguesia não vive a urbanidade. Isto acontece, segundo Lefebvre (2001, p. 22) porque “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade”. Assim, como foi colocado, as elites, na maioria dos casos, não vivenciam, nem participam destes encontros/confrontos das diferenças existentes no espaço urbano. O grupo que integra a elite vive de forma auto-segregada em condomínios de luxo fechados, além de frequentar espaços de consumo também seletos.

Na contramão deste cenário encontra-se a segregação induzida, como as favelas, periferias, guetos e subúrbios. Na maioria dos casos, estes espaços são

construídos ou se desenvolvem estrategicamente em locais distantes ou sem infraestrutura, isto ocorre devido a supervalorização adquirida pela terra urbana, fato também maximizado pela especulação imobiliária. Com isso, boa parte da classe trabalhadora que não possui um alto poder aquisitivo, acaba não tendo acesso aos espaços privilegiados da cidade.

A classe trabalhadora residente nestas áreas de segregação induzida acaba, também como o grupo anterior (autossegregação), por não viver a urbanidade. Porém, eles não tiveram direito de escolha, ou seja, eles não decidiram não vivê-la, simplesmente não tem direito a essa urbanidade de confrontos e encontros citada acima. Eles foram retirados da vida urbana. Lefebvre (2001, p.102) classifica essas pessoas como “excluídos da cidade, às portas do urbano”. Com isso, enfrentamos uma das maiores contradições do espaço urbano capitalista, pois, ao mesmo tempo que este grupo representa a negação do urbano, ele também se expressa neste espaço.

Esses grupos estão dentro e ao mesmo tempo fora, conectados e ao mesmo tempo desconectados da cidade. Isto é, estas pessoas estão inseridas no espaço urbano, mais não vivem nem compartilham da urbanidade, estão conectadas ao modo de produção capitalista e inclusive contribuem ativamente para a reprodução e manutenção do sistema, porém não compartilham nem desfrutam de seus benefícios, diferente do que ocorre com a classe dos autossegregados ou as elites.

Além disto, os espaços da segregação induzida, espaços estes muito precarizados, na maioria dos casos, são esquecidos ou mesmo ignorados pelas ações do Estado, com isso, a população acaba sentindo a falta de equipamentos urbanos e políticas públicas efetivas para a manutenção destas áreas. Lefebvre (2001) expõe a busca destas classes segregadas e oprimidas pela urbanidade e melhor condição de vida dentro das cidades:

o urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado. (LEFÈBVRE, 2001, p.102).

O processo de segregação socioespacial e econômico das classes pobres no espaço urbano se deu principalmente pela explosão do crescimento das cidades e a aceleração da urbanização. Assim, crescimento e desenvolvimento urbano tomaram direções completamente inversas, já que o crescimento urbano veio acompanhado

de uma grande deterioração da condição de vida destas pessoas. Desde o início da produção das coisas dentro do modo de produção capitalista, a apropriação da técnica e da tecnologia e o uso do espaço são distribuídos e organizados de forma desigual. Não falamos somente ao acesso e apropriação dos meios de produção, colocamos também neste bojo, tudo que é produzido, já que as distribuições de renda e riquezas do trabalho não são igualitárias.

Tanagino, (2013) colabora com a ideia de que o crescimento do capitalismo e consequentemente das cidades não vieram acompanhados com um processo de desenvolvimento do bem social e qualidade de vida para todas as classes sociais:

Podemos dizer que o desenvolvimento técnico e a distribuição de novas tecnologias reconfiguraram e remodelaram as paisagens e as formas de organização territorial vigentes no campo e nas cidades, fazendo com que estas experimentassem um crescimento jamais visto até então. Porém, este crescimento se deu à custa da degradação do urbano e da vida social. (TANAGINO, 2013, p.30)

Essas contradições sociais presentes no espaço urbano decorrentes da evolução do capitalismo criam um impedimento a classe pobre de ter direito à *cidade*, ou seja, além da dificuldade de moradia essas pessoas ainda são privadas muitas vezes do lazer, das festas, rituais, e outras atividades que compõem o ambiente urbano. Com isso, numa tentativa de amenizar estes problemas são criadas alternativas, porém na maioria dos casos estas alternativas são baseadas na homogeneidade, ou seja, na repetição/regulação. Um exemplo disto seriam os conjuntos habitacionais, que são construídos na maioria dos casos distantes do centro e com todas as moradias similares, fugindo completamente das características históricas e arquitetônicas do espaço urbano.

Esta busca pela homogeneidade é muito diferente de igualdade socioespacial, pois como enfatiza Lefébvre (2001 p.145), o espaço homogêneo, não é outro que o 'espaço de morte', pois se trata de um espaço retrógrado e colaborador com a destruição da urbanidade. Com isso, um espaço com características iguais de direitos, não é necessariamente homogêneo. Essa igualdade de direitos permitiria acesso irrestrito aos diferentes espaços da cidade, além do acesso as diferentes urbanidades nela presentes, independente da classe social existente no espaço urbano. O que percebemos no espaço urbano capitalista é uma essência formada pela tríade fragmentação – homogeneização – hierarquização, além de apresentar características de um espaço "selecionado", tudo isso colabora para a construção e desenvolvimento da anticidade.

A anticidade baseia-se na privação do direito à cidade, direitos que deveriam ser colocados de forma igualitária. Observamos este processo ao longo dos últimos tempos, o espaço urbano vem se consolidando como reflexo da lógica de produção capitalista, garantindo a manutenção e sobrevivência do sistema e, concomitantemente, a reprodução do capital. Cada vez mais o valor de troca se sobrepõe sobre o valor de uso.

Conforme a análise marxista, o valor de uso funciona diretamente como forma de existência e realiza-se no processo de consumo. O valor de troca se origina no processo social de aplicação do trabalho necessário as coisas da natureza, para criar coisas materiais (mercadorias) apropriados pelo consumo/uso do ser humano. Esclarecendo estas ideias no contexto da produção capitalista Harvey (1989) nos elucida:

A mercadoria é um valor de uso, mas como mercadoria, ela em si simultaneamente não é valor de uso. Não seria mercadoria se fosse valor de uso para seu possuidor; isto é, meio direto para a satisfação de suas próprias necessidades. Para seu possuidor é, ao contrário, não valor de uso, que é meramente o depositário físico do valor de troca ou simplesmente meio de troca. O valor de uso como ativo portador do valor de troca torna-se meio de troca. A mercadoria é valor de uso para seu possuidor somente na medida em que é valor de troca. [...] A técnica de Marx, aqui, é colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética entre si através da forma que eles assumem na mercadoria. (HARVEY, 1989, p.133)

Santos (1993) acredita que esta sobreposição capitalista nas cidades cria os chamados 'sítios sociais', com isso o valor de troca da terra urbana aumenta cada vez mais, fortalecendo a segregação espacial:

Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e também, uns e outros mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma com as pessoas de maiores recursos buscando alojarem-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. (SANTOS, 1993, p.96)

Com a iminente entrada do capitalismo na formação das cidades atuais, o espaço urbano se tornou um campo de lutas, resistências e contradições como coloca Correa (2002) em sua famosa descrição:

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 1989, p. 10).

Mesmo com todo este processo espacial negativo se mantendo, com a tentativa de homogeneização e planificação do espaço se expandindo e o campo de lutas que o espaço urbano se transformou, o que perduram nos espaços segregados são as representações sociais conectadas a vida social clandestina, longe das ações do Estado. Conexões estas, que não chamamos de clandestinas por estarem ligadas a criminalidades e sim a conectividade de relações sociais que acontecem nesses espaços periféricos da cidade.

As relações com o espaço vivido estão nas favelas e periferias, que como dito antes, o Estado não chega, ou se chega, na maioria das vezes é de maneira ínfima. Nestas áreas o espaço se configura de forma orgânica, o que o torna um tipo de resistência e uma luta pela sobrevivência de seus atores. Com isso, o conflito travado pelos pobres e segregados que buscam amenizar as desigualdades existentes no espaço urbano acaba criando uma nova configuração espacial.

Esta nova configuração não segue, na maioria dos casos, as lógicas globais nem as escalas macromaterializadas, ela se consolida de forma dialética enfatizando as manifestações do lugar. Isto acontece pelo fato de que seus atores são concebidos como agentes construtores/produtores do espaço em que vivem. Com isso, acreditamos neste papel central exercido pelas classes pobres na produção do espaço urbano e destacamos a importância destes grupos sociais excluídos na reconfiguração das cidades atuais.

As estratégias e ações deste grupo de agentes produtores do espaço, no contexto da atual sociedade capitalista são determinantes para a configuração/reconfiguração das cidades tal qual conhecemos.

No tópico seguinte destacaremos o papel das classes sociais oprimidas na formação do espaço urbano brasileiro, enfatizando os tensionamentos e conflitos decorrentes da busca pelo direito a cidade e pelo direito a urbanidade. Direitos estes cerceados pela propriedade privada e a expansão do processo de segregação urbana.

Além disto, abordaremos as ações do Estado Brasileiro como agente produtor/regulador do espaço urbano. Quais estratégias estão sendo colocadas para uma maior igualdade social. Mesmo considerando essas ações ainda ínfimas, elas existem. O Estatuto das Cidades e as políticas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto “Brasil Sem Miséria” que inclui os programas de transferência direta de renda, são

exemplos de estratégias do Estado que buscam erradicar a desigualdade e a segregação socioespacial no Brasil.

1.3-Segregação socioespacial e planejamento urbano no Brasil

Quando relacionamos produção do espaço urbano, segregação socioespacial e planejamento urbano, no Brasil, pensamos de forma diferente, das análises existentes baseadas na justificativa de que a falta de planejamento urbano é a grande vilã causadora do fenômeno da segregação socioespacial.

Acreditamos que o planejamento urbano, que foi, e ainda é implantado no país, foi desenvolvido para atender as necessidades da produção capitalista, ou seja, o planejamento urbano serve para manter a ordem vigente e a sobrevivência do capital. Com isso, ele se tornou uma instituição/implementação do processo de segregação socioespacial. Um exemplo deste fenômeno, que veremos no capítulo três, são os conjuntos habitacionais populares e como eles foram implementados em Ponta Grossa de forma contrária ao princípio de urbanidade, citado anteriormente, e corroborando totalmente ao conceito de anticidade, também citado outrora.

Corrêa (1989, p.60) define a segregação socioespacial como “um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano”. Porém, com o passar das últimas décadas, a segregação se tornou um fenômeno muito mais intenso nos centros urbanos brasileiros, graças ao equipamento, que como dito anteriormente, era para resolver o problema, contudo é seu grande agravante, o planejamento urbano.

O planejamento urbano no país, iniciou sua implementação de forma mais efetiva no começo do século XX, primeiramente nas metrópoles brasileiras de maior destaque como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. As primeiras ações que podemos citar, nestes primórdios do planejamento urbano brasileiro, são principalmente estratégias de renovação urbana e higienização. Estes processos se dão no período entre o início do século e a década de 1950. Tais estratégias se baseavam em sucessivas remoções da população pobre das áreas centrais, com intuito de refuncionalizar as mesmas.

Estas estratégias se amparavam em leis direcionadas ao planejamento, com a ‘justificativa’ da necessidade de uma modernização urbana que buscava uma sociedade moderna racional baseada na rigidez tecnocrática. Contudo, quem se favoreceu com a tentativa de modernização urbana foi o capital imobiliário que

fortaleceu ainda mais o valor de troca sobre o valor de uso social da terra urbana. O primeiro resultado deste quadro, somado ao crescimento do êxodo rural, foi um eminente aumento dos processos de favelização nas grandes cidades do país. Sobre este processo intensificador da favelização e aumento da segregação socioespacial Maricato destaca:

No Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização (MARICATO, 2001, p. 155).

A reforma Pereira Passos que ocorreu no Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906 constituiu um marco no processo também já citado. Se constitui em diversas obras e ações no centro da cidade. Os objetivos da reforma, segundo Souza e Rodrigues (2004), foram três: econômico/funcional; ideológico/simbólico e político/segregacionista. “A reforma foi levada a cabo de modo bastante autoritário, e uma de suas consequências foi o estímulo à favelização e à suburbanização” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.37). Dentro deste conceito de ‘organização/reorganização espacial’ Lefebvre cita a “expulsão” dos incômodos na produção do espaço urbano capitalista:

Nesse processo, uma certa “racionalidade” segregadora, invocada para ordenar o espaço, acaba ratificando a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes, ou mesmo ameaçadores, enfim, os esbulhados de sempre para as periferias desurbanizadas (LEFEBVRE, 2008, p. 10).

São Paulo por sua vez, entre o final do século XIX até meados da década de 1930, apresenta tentativas claras do poder público de eliminar as áreas de moradias pobres e insalubres que existiam no centro da cidade. Estas ações eram orquestradas principalmente pelo legislativo do município.

Outras duas cidades foram inauguradas neste período, se tratando de duas capitais planejadas: Belo Horizonte em 1897 e Goiânia na década de 1930. A capital mineira foi planejada para comportar ‘apenas’ 200 mil habitantes, contudo, residem hoje na cidade mais de 2 milhões de pessoas, boa parte delas morando em áreas irregulares ou grandes favelas.

A partir da década de 1960 entramos em um novo estágio do desenvolvimento urbano no Brasil, porém, não muito longe das estratégias anteriores. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, inaugura-se Brasília, idealizada como cidade modelo, extremamente moderna para a época, e

socialmente justa²². Contudo, Nem os trabalhadores que participaram da construção da cidade, em sua maioria nordestinos, puderam usufruir do moderno projeto urbanístico. Tiveram que se acomodar nas periferias da cidade, pois o valor da terra urbana em Brasília já estava muito acima do poder aquisitivos dos operários. Estas periferias hoje são chamadas de cidades-satélite.

Se iniciando, principalmente, na segunda metade da década de 1950 até o fim da década de 1960, se caracterizou como o período em que as metrópoles mais cresceram, e com isso, as contradições urbanas se intensificaram, aumentando consideravelmente a desigualdade social nas cidades brasileiras. Com o contexto negativo se consolidando, João Goulart em 1963 inclui nas discussões das reformas de base o projeto da reforma urbana, entretanto, logo acontece o golpe militar e as discussões sobre o tema são interrompidas.

Durante o regime militar foi o período em que mais se desenvolveu o planejamento urbano no Brasil, com ênfase nos níveis nacionais e regionais. Logo em 1964, criou-se o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH)³³, instituição federal protagonista na história do desenvolvimento urbano brasileiro. Enquanto a primeira instituição se preocupava com o suporte técnico dos planos diretores, o BNH era uma tentativa de amenizar os ânimos e anseios das classes pobres existentes nas cidades. (Souza e Rodrigues, 2004).

Ainda no regime militar, é criada, em 1973, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)⁴⁴, que fazia parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁵⁵.

O marco de destaque da política urbana ditatorial do regime militar⁶⁶, foram as ações sistemáticas de remoção das áreas de favelas. Segundo Souza e

2 Brasília é o exemplo mais completo de cidade já construído dentro das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne).

3 O BNH era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público. Sua função era realizar operações de crédito e gerir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. Foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.291, o qual o repassou à Caixa Econômica Federal.

4 Na resolução nº 003, de 11 de setembro de 1979, definia-se a PNDU como “o elemento da política nacional de desenvolvimento que diz respeito ao processo de urbanização em suas dimensões inter e intra-urbanas”. Cabe destacar que o termo “planejamento urbano” ainda se confundia neste período com “desenvolvimento urbano”.

5 Plano de governo que tinha como objetivo, além do crescimento econômico do país, a necessidade permanente de integração do território.

Rodrigues(2004) apenas na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1962 à 1974, foram removidas 80 favelas afetando 139.218 pessoas além de destruir 26.193 moradias.

A estratégia da ação tinha os seguintes objetivos: remover as favelas das áreas nobres da cidade, desorganizar e desmobilizar associações de moradores e movimentos sociais, a fim de coibir contestações e protestos, dar fim a sonegação de impostos sobre uso da terra e, por fim, tornar a paisagem urbana do Rio de Janeiro 'mais agradável' (TANAGINO, 2013).

Todos os projetos urbanísticos até aqui citados não solucionaram o problema urbano brasileiro. Tornamos a dizer, ideias de planejamento urbano baseadas na manutenção do sistema capitalista, caminham em direção oposta a um projeto de igualdade social urbana, ou a ideia apresentada por Lefebvre (2001) de direito à cidade.

Com isso concordamos com:

[...] nem o populismo “participacionista” dos anos 50 e do início dos 60, nem o autoritarismo pós-64 poderiam resolver os problemas urbanos, pois qualquer solução implicava transformações econômicas, sociais e políticas de profundidade, que não estavam em seu horizonte (MOISÉS; MARTINEZALIER, 1977, p.49).

Nas décadas seguintes, 1980 e 1990, segundo Tanagino (2013), o antigo planejamento urbano regulatório ditatorial se enfraquece, com isso, principalmente nos anos 1990, começa a vigorar um novo planejamento urbano no Brasil, chamado de mercadófilo.

Esse estilo de planejamento recebeu este nome por ser extremamente amigo do mercado, ou seja, ainda mais simpático e acrítico perante os interesses capitalistas que o planejamento regulatório clássico (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.53).

Num escancarado contexto neoliberal, esse novo projeto de planejamento urbano se interessa por novos empreendimentos geradores de lucro. Com isso, usa estratégias que pressionam o Estado a desenvolver infraestruturas urbanas a seu favor, além de facilitar os incentivos fiscais. Neste momento as cidades competem umas com as outras, em um fenômeno chamado “guerra fiscal”. A ideia vigente

6 “Durante o regime militar, o planejamento urbano foi conservador, porque representou a manutenção da ordem econômica e social vigente no Brasil com todas as suas iniquidades, e autoritário, porque as decisões foram tomadas por um pequeno grupo de pessoas e imposto à população, às vezes na marra, sem consulta ou consentimento prévio. Seu objetivo era ordenar a cidade de forma que a ação dos diferentes tipos de capitais pudesse ser facilitada” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 42).

neste período é “o que é bom para os empresários é bom para a cidade”, através da justificativa que os empreendimentos ‘fortalecem’ a economia, com isso, geram muitos empregos. (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

O planejamento mercadófilo tem enfatizado as chamadas “parcerias público-privado”, ou seja, a cooperação entre o Estado e os empresários particulares. Essas parcerias são estabelecidas visando à criação, execução e gestão de projetos em que, na maioria das vezes, o Estado assume todos os riscos e custos, e o setor privado fica com a gestão e os benefícios (os lucros dos projetos) (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.54).

O planejamento mercadófilo tem como principais características:

as parcerias público-privado (PPP's), o “marketing urbano”, a ênfase em projetos de embelezamento e revitalização e a não distinção clara entre o que é (espaço) público e privado, com uma tendência de privatização daquilo que é público. Assim, [...] de modo muito mais claro que o planejamento regulatório clássico, o planejamento mercadófilo está preocupado em defender os interesses privados, e não o interesse público, coletivo (TANAGINO, 2013, p.40).

No virar do século XXI, a problemática urbana volta a ser protagonista por meio do Estatuto das Cidades⁷⁷, esta lei busca reunir, através de um enfoque holístico, em uma mesma redação, diversas características relativas ao governo democrático da cidade, que passam do equilíbrio ambiental à justiça urbana. (TANAGINO, 2013)

Ainda sobre o Estatuto da Cidade, Maricato afirma:

embora o conteúdo do texto seja fundamental (...) não é suficiente para resolver problemas estruturais de uma sociedade historicamente desigual na qual os direitos, como por exemplo o direito à cidade ou à moradia legal, não são assegurados para a maioria da população (MARICATO, 2010, p.05).

O direito a terra é uma das lutas cruciais na nossa história, o Estatuto da Cidade tratando disto como questão chave, o torna realmente essencial na construção de cidades mais equilibradas e justas. Entretanto, além das dificuldades enfrentadas em sua aplicação, uma única lei ou um único projeto de lei, não resolveram os problemas históricos, estruturais causadores da segregação socioespacial. (TANAGINO, 2013)

Segundo Varella (2012), além da dificuldade de infraestrutura as periferias e favelas ainda sofrem com outros problemas sociais como o agravamento da violência:

A pobreza em que vive a periferia de nossas cidades, o contraste com a opulência dos bem-sucedidos e a certeza de impunidade não são as únicas causas, mas contribuem decisivamente para a disseminação da violência

77 8 Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

urbana, doença que se torna epidêmica quando atinge as classes mais desfavorecidas (VARELLA, 2012, p.137).

Neste contexto histórico problemático o espaço urbano brasileiro se configurou, baseando-se em projetos de planejamento urbano facilitadores do sistema capitalista e catalisadores da desigualdade social. As periferias e áreas sem infraestrutura urbana se multiplicaram pelas grandes e médias cidades do país. Assim, a população ficou a merce de ações do Estado, que raramente acontecem, ou ações autônomas buscando uma reconfiguração espacial para uma melhor qualidade de vida.

No capítulo seguinte destacaremos as ações do Estado Brasileiro de enfrentamento e erradicação da pobreza, dando ênfase ao Programa Bolsa Família (PBF) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), e como estas ações estão diretamente ligadas aos processos de segregação urbana e planejamento urbano no Brasil.

CAPÍTULO II

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CIDADE SEGREGADA: Confronto de ações do Estado.

A transferência direta de renda é uma modalidade de programa social, que consiste no repasse monetário direto, às famílias que se encontram em pobreza e extrema pobreza. Porém, os valores do benefício no Brasil são ínfimos, servindo apenas para a manutenção das necessidades básicas dos assistidos. Este tipo de política chegou ao Brasil no começo dos anos 1990, com respaldo de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional(FMI) e o Banco Mundial. Estas instituições justificavam tais ações no enfrentamento e erradicação da pobreza. Contudo, estas políticas transformam essas famílias em consumidoras, colocando-as no mercado de bens e consumo, mesmo que minimamente, com isso, as políticas sociais de interesse coletivo como a manutenção da infraestrutura das cidades, por exemplo, é deixada de lado.

Outra contradição desse tipo de programa social, são as exigências que os beneficiários precisam cumprir para serem incluídos, ou fazer manutenção do benefício. Essas exigências são chamadas “condicionalidades”, porém essas condicionalidades estão relacionadas a existência de infraestrutura espacial urbana. Isto se dá pela necessidade de se cumprir a frequência escolar, pesagem dos recém-nascidos e o acompanhamento pelos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Contudo, se os bairros/vilas que essas famílias vivem não possuem este mínimo de infraestrutura o cumprimento das condicionalidades fica inviável. Assim, o que se apresenta aqui é um “confronto” de ações do Estado, uma legal e uma velada. A legal é o Programa Bolsa Família(PBF) e a velada é o abandono por parte do Estado em relação as periferias e algumas áreas urbanas, abandono no qual já expusemos no capítulo anterior.

Neste segundo capítulo abordaremos esta discussão, também em três momentos: No primeiro tópico chamado “Políticas de seguridade social no Brasil entre 1980 a 2003” consiste no desenvolvimento histórico das políticas/ações de seguridade social, a partir de 1980, enfatizando a Constituição Federal de 1988, passando pela involução das políticas sociais na década de 1990, onde se

consolidaram as ações neoliberais no Brasil. Fechando a discussão chegamos às políticas de transferência de renda que deram origem ao PBF em 2003.

O segundo tópico chamado “Ações do Ministério de Desenvolvimento Social(MDS) e o Bolsa Família.” trata do que o MDS considera pobreza e extrema pobreza no Brasil e o PBF propriamente dito. Já o tópico final, nomeado “Direito à cidade e as condicionalidades do PBF”, debate as contradições das condicionalidades exigidas pelo PBF e as dificuldades das famílias espacialmente segregadas que o direito à Cidade lhe é negado. Com isso, o confronto de ações do Estado fica exposto.

2.1 – Políticas de seguridade social no Brasil entre 1980 a 2003

Historicamente se desenvolvendo em uma posição periférica capitalista, o Estado brasileiro executou uma série de ações que buscavam políticas de proteção social ao longo do século XX. Como o objetivo deste capítulo é abordar as políticas de transferência de renda, precisamente o Programa Bolsa Família, a ênfase se dará a partir dos anos de 1980, destacando a implementação da Constituição Federal de 1988.

A década de 1980 foi um marco fundamental para a evolução das políticas e direitos sociais em nosso país. Os acontecimentos políticos criados neste período foram altamente positivos para se iniciar à construção de um programa de proteção social estatal, muito mais democrático e amplo, além disso, estas ações contavam com características bem diferentes do que já existia no Brasil (FERREIRA, 2010).

Com a empolgação do fim do regime militar em 1985, a retomada pela busca dos direitos civis e políticos foi amplamente expressiva. Debates congelados em 1964, voltaram à tona. A empolgação e os debates se consolidaram com a instituição da Constituição Federal de 1988.

Os primeiros direitos civis introduzidos no documento de 1988 foram: o direito de habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível, a tortura como crime inafiançável e não-anistiável, juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais. Na questão dos direitos políticos destacam-se: o direito de voto aos analfabetos, alteração da idade para se ter direito ao voto, de 18 anos para 16, flexibilização da organização partidária e liberdade de imprensa. Com essas peculiaridades o documento se

popularizou sob o apelido de “Constituinte Cidadã”, apelido atribuído na época por Ulisses Guimarães.

Não podemos esquecer que no campo, militar, político social e econômico, se mantiveram algumas orientações conservadoras e autoritárias ainda com resquícios do regime militar. Podemos citar como marcos negativos deste período de instauração da Constituição Federal, a derrota das emendas populares sobre a reforma agrária, a função e estrutura das polícias baseadas nas diretrizes e moldes da ditadura, além da prerrogativa do executivo de utilizar medidas provisórias. (FERREIRA, 2010)

Mesmo com estes pontos negativos, os direitos sociais foram os que mais se expandiram com a Constituição. Foram garantidos sob medidas legais direitos nas áreas do trabalho, previdência, educação, saúde e assistência.

No campo da proteção social trabalhista foram acrescidos ao texto:

- Redução da jornada semanal de trabalho de 48 para 44 horas;
- Redução de 06 horas para os turnos de revezamento;
- Fixação de 50% como mínimo de remuneração de horas extraordinárias de trabalho;
- Férias anuais remuneradas com mais 1/3 de salário;
- Extensão do FGTS a todos os trabalhadores;
- Estabilidade dos funcionários públicos, após dois anos de contrato;
- Elevação da idade mínima para se começar a trabalhar de 12 para 14 anos;
- Reconhecimento do direito de greve e da autonomia e liberdade sindical;
- Abono anual de 01 salário-mínimo para trabalhadores com remuneração de até 02 salários-mínimos mensais;
- Ampliação de 90 para 120 dias da licença à gestante;
- Licença paternidade;
- Direitos iguais para trabalhadores urbanos, rurais e domésticos;
- Inclusão do seguro-desemprego como direito dos trabalhadores urbanos e rurais;
- Vinculação da aposentadoria ao salário-mínimo;
- Extensão aos aposentados dos benefícios concedidos aos trabalhadores ativos (PEREIRA, 2007, p. 154).

Na previdência destacaram-se: a extensão dos benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais e domésticos, com flexibilização da contribuição dos

trabalhadores rurais de economia familiar como critério de acesso ao benefício da aposentadoria, bastando a comprovação da atividade de acordo com o tempo de trabalho exigido, além da redução do limite de idade; a inclusão do direito à mulher trabalhadora rural; o reconhecimento do seguro-desemprego; o estabelecimento do piso previdenciário correspondente ao salário-mínimo com base no princípio da irredutibilidade (JACCOUD, 2009, p. 63).

Em relação a educação, a ampliação de direitos se deu na manutenção da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além da universalização e destinação de recursos para o Ensino Fundamental, e a busca pela erradicação do analfabetismo. Por último, mas não menos importante, a transformação das creches em serviço de natureza educacional, com isso, esses espaços deixaram de ser depósitos de crianças (COUTO, 2006, p. 157).

Outro direito que foi reconhecido como serviço universal, foi a saúde, além de direito de todos, tornou-se público, gratuito e de responsabilidade do Estado. Dentro destas medidas acrescidas ao texto, ainda se criou o Sistema Único de Saúde(SUS).(SPOSATI, 2009, p. 13).

A assistência social em relação as constituições anteriores, foi o direito que teve a ampliação mais significativa. Segundo Pereira(2007, p.156) “o que aconteceu foi revolucionário”. O que antes era tratado como favor ou caridade transformou os beneficiários da assistência em protagonistas de direitos civis.

Segundo Boschetti (2006 p.291) a inclusão da assistência como direito no documento de 1988 foi extremamente significativa. Visto que, a transformação do dever moral de ajuda em dever legal de assistência era muito complicada. A autora destaca que a institucionalização política desse direito representou o fim da “travessia do deserto”, já que até a implementação da Constituição a assistência se caracterizava como: [...] um amontoado de ações incoerentes, pulverizadas e fragmentadas, as quais não tinham financiamento previsto e assegurado em lei e, portanto, dependiam das disponibilidades orçamentárias (BOSCHETTI, 2006, p.291)”.

Pereira (2007) resume as mais expressivas transformações na assistência social adicionadas a Constituição de 1988:

[...] maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social, como um contraponto do seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos

patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; adoção de uma concepção de “mínimos sociais” como direito de todos (PEREIRA, 2007, p. 153).

Ainda sobre a “revolução de direitos” que caracterizou a consolidação da assistência social como direito civil amparado na legalidade, Couto (2006) destaca:

“Assim, é possível afirmar que a política de seguridade social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando no exercício da sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresentar, tendo para a cobertura ações contributivas para com a política previdenciária e ações não contributivas para com a política de saúde e de assistência social (COUTO, 2006, p. 159)”.

Assim a Constituição de 1988, junto com o fim do regime militar, foi um dos grandes marcos da década de 1980 em relação à retomada das políticas de seguridade social e dos direitos civis no Brasil. O documento reestabeleceu o acesso universal aos direitos básicos de cidadania. Além de apresentar uma consolidação legal nas ações de assistência social, transformando, o que antes era considerado caridade ou favor em uma ação de responsabilidade do Estado.

A década seguinte ficou marcada por uma série de retrocessos e rupturas em relação aos avanços conquistados e reconhecidos legalmente no final dos anos 1980. Isto ocorreu principalmente pela implementação das políticas de grande orientação neoliberal que tomavam cada vez mais espaço no Brasil, com isso, os movimentos e políticas sociais viram sua evolução quase se estagnar (FERREIRA, 2010).

O Governo brasileiro da época consolidava, logo após a promulgação da Constituição, o acordo com instituições financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essa ação comprometia o país a caminhar conforme as políticas resultantes do “Consenso de Washington”, o que resultaria num marco essencial para a afirmação e ampliação da ideologia neoliberal nos países latino-americanos e no mundo.

O Banco Mundial recomendou algumas diretrizes centrais, com isso, o neoliberalismo se fortaleceu ainda mais no Brasil, foram elas: a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, a privatização do setor público e a redução do Estado (SOARES, 2003, p. 19). Essa manobra tratava das adaptações e ajustes econômicos nos países periféricos com o objetivo de integrá-los de forma

subordinada a mundialização financeira da economia capitalista, sob a hegemonia dos países centrais do neoliberalismo ou, do “capital especulativo parasitário” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999)

Ferreira(2010) expõe como esse conjunto de ações se iniciou na década de 1970 com o intuito de salvar o capitalismo de uma grande crise:

O processo de reestruturação, sustentado na ideologia neoliberal, teve início nos anos de 1970, a partir dos países mais desenvolvidos. Seu propósito era fazer não só os ajustes econômicos, mas também os político-institucionais e sociais considerados por seus idealizadores como necessários para salvar o capitalismo da profunda crise estrutural que enfrentava, consolidando o novo modelo de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro (FERREIRA, 2010, p.49).

Com as fortes investidas neoliberais o Estado de Bem-Estar Social conquistado nos países centrais do capitalismo passou a ser constantemente atacado, isso ocorreu devido ao fortalecimento da lógica da não-intervenção do Estado no social e na economia. O principal argumento usado para promover a falência das políticas sociais foi o alto custo de investimento necessário para mantê-las funcionando, e o resultado disso seriam os déficits fiscais e estimulação do desemprego.(SOARES, 2003, p12 e 20)

As reformas neoliberais chegaram ao Brasil no início dos anos 1990, durante a Gestão Collor, mesmo que na Gestão anterior, de José Sarney, já se esboçasse algumas iniciativas a favor das políticas de manutenção capitalista.

De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), as principais transformações ocorridas durante o Governo Collor que favoreciam as políticas neoliberais foram:

a) nas relações capital/trabalho, desestruturando o mercado de trabalho, aumentando o desemprego, precarizando o trabalho, aumentando a informalidade e enfraquecendo os sindicatos; b) nas relações entre frações do capital, com o financeiro e uma fração do industrial que se financeirizou ocupando o lugar hegemônico, antes ocupado pelo capital industrial; c) na inserção internacional mais dependente, passiva e vulnerável; d) na estrutura e funcionamento do Estado, que com as privatizações e reformas liberais perdeu sua capacidade de investimentos; e) no processo de concentração do sistema financeiro e acentuação do seu caráter parasitário, operando no financiamento da dívida pública (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, p.98).

Nos Governos Fernando Henrique Cardoso(FHC) e Lula a destinação dos orçamentos seguiu a mesma linha que o governo Collor. Ou seja, as políticas reduziram consideravelmente os recursos sociais, incluindo o deficit na manutenção da seguridade social. Essas duas gestões abriram mão do mecanismo de

Desvinculação das Receitas da União(DRU) com o objetivo de produzir superavit primário, transferindo parcelas significativas dos recursos das políticas sociais para o pagamento de juros da dívida pública. No período entre 2002 a 2004 se retirou do Orçamento da seguridade social R\$ 45,2 bilhões que deveriam ser utilizados na saúde, previdência e assistência social(BEHRING, 2006, p. 166).

As recomendações do FMI de natureza neoliberal causaram no Brasil, a partir dos anos 1990, um “desmonte” ou desmantelamento” do sistema de proteção social. Segundo Soares (2003) a tentativa tardia de construção de um Estado de Bem-Estar Social, que se iniciou na década de 1980, foi estagnada com a evolução das políticas capitalistas.

Esse desmonte das políticas sociais, vinculadas ao aumento da pobreza absoluta, além de novas situações de pobreza que se agravavam, devido ao inchaço e falta de estrutura urbana, citadas no capítulo anterior, provocaram no Brasil e nos outros países periféricos do capitalismo um quadro de “barbárie social”(IAMAMOTO, 2007, p. 29) ou, de “desastre social”(SOARES, 2003).

Justificado no argumento da ineficiência das políticas sociais, com isso, podendo reduzir seu orçamento e transferi-lo ao pagamento da dívida pública, o Estado brasileiro viu o agravamento da crise socioespacial e propôs algumas estratégias aconselhadas pelo FMI: a troca das políticas universais fundamentadas na ideia de risco coletivo e da solidariedade por projetos de ações paliativas e focalizadas. Ações mais conhecidas como “Programas de combate à pobreza”.

Esse tipo de intervenção destina os recursos e serviços públicos às camadas populacionais em situação de pobreza relativa ou absoluta. Assim, as camadas em situação de pobreza relativa, que foram as principais afetadas pelos ajustes neoliberais, além de não ter possibilidade nenhuma de acesso à proteção privada no mercado, são qualificados como “excluídos”, “mais necessitados”, ou ainda, “vulneráveis”. A partir disso se enfatizou a discussão sobre “inclusão social” ou integração social”(BEHRING, 2008, p.157); (PASTORINI, 2006, p. 273).

A ampliação descontrolada da população em situação de pobreza relativa, acompanhada de sua extrema pauperização, provoca riscos de revoluções e tensões sociais, que não interessam a manutenção da ordem capitalista. Neste sentido, as políticas de combate a pobreza cumprem a fundamental função de controle das rebeliões sociais, modelando comportamentos políticos, contornando assim, a situação da pobreza.

Segundo Ferreira (2010), além da inclusão social e o combate a pobreza, outra ideia que combate as tensões sociais e maquia o direito a cidadania é a “integração social”:

Outro aspecto presente na lógica desse tipo de política, intimamente ligado ao anterior, está associado à idéia da “integração social” dos pobres e suas famílias, a partir de uma visão do seu acesso ao consumo no mercado, em detrimento da visão dos cidadãos como sujeitos de direitos.(FERREIRA, 2010, p.54)

Outro autor que concorda com a ideia de que se transformou o sujeito de direitos em consumidor é Pastorini(2006):

[...] compensar o não-acesso (ou acesso muito precário) aos bens mínimos necessários para que os pobres possam viver estatisticamente acima da linha de indigência (definida de forma absoluta e, exclusivamente baseada em valores monetários) (PASTORINI, 2006, p. 279)

Para que estes “excluídos” possam ter acesso ao mercado de consumo, o Estado possibilita subsídios monetários, em vez de oferecer as políticas de necessidades coletivas, como ações de infraestrutura urbana ou direito a cidade por exemplo. Estes subsídios monetários, são efetivados através das políticas de transferência direta de renda às famílias, conforme comprovação de pobreza e o cumprimento de algumas exigências(condicionalidades). Os valores transferidos, em geral, são ínfimos. A inclusão/manutenção nos programas é baseada em critérios rigorosos, definidos exclusivamente a partir das chamadas “linhas de pobreza”(FERREIRA, 2010).

Neste panorama, os programas de transferência direta de renda se consolidaram de forma condicionada e focalizada na população em situação de extrema pobreza. Além disto, ganharam destaque nos debates e intervenções das gestões de inúmeros países na década de 1980. Chegam a América Latina nos anos 1990 e 2000 amparados pelo Banco Mundial, BID e FMI. Estes organismos ainda financiavam e prestavam apoio técnico para a manutenção de tais políticas.

No Brasil estas políticas chegaram na década de 1990 e se consolidaram nos primeiros anos de 2000, durante o Governo FHC, culminando no Programa Bolsa Família(PBF), isto no ano de 2003, já no governo Lula. Expandiremos o debate sobre a consolidação e origem dos programas de transferência direta de renda no Brasil, com ênfase no PBF no tópico.

2.2- Ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome(MDS) e o Bolsa Família.

Em mais uma tentativa de amenizar este quadro crítico social, o Estado brasileiro, nos últimos quinze anos, buscou alternativas para combater a desigualdade social. Alternativas que já vinham sendo discutidas desde o início da década de 1990, como as políticas de transferência direta de renda e combate a fome e a miséria. Estas políticas propuseram o acesso aos bens de consumo através do depósito direto nas contas das famílias em situação de risco social. (HAVRECHAKI, 2014)

Quando falamos em políticas públicas de combate a pobreza no Brasil, devemos destacar o Programa Fome Zero (PFZ). Segundo Grossi e Belik (2003) o PFZ surgiu através de uma discussão elaborada pelo Instituto Cidadania de São Paulo em 2001 através de estudos que reuniu técnicos, acadêmicos e operadores de política a partir de três objetivos principais:

- a) Avaliar a situação dos programas de combate à fome no Brasil diante dos compromissos firmados pelo país na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996; b) retomar a mobilização da sociedade em torno do tema de segurança alimentar e; c) envolver governos federal, estaduais, municipais, ONGs e sociedade civil em uma proposta factível para combater a fome. (BELIK e GROSSI, 2003, p.9).

Segundo Peliano (2010), no período de campanha eleitoral, o presidente Lula assumiu o compromisso com a erradicação da fome, quando chegou à presidência, introduziu o Programa Fome Zero (PFZ), objetivando atender esse compromisso.

Era necessário definir critérios para a inclusão das famílias no PFZ. Esta definição, segundo Belik e Grossi (2003) precisava, antes de tudo, especificar estatisticamente o tamanho da população de risco no Brasil, com isso, definir o tamanho e os moldes do programa. A partir disto, as informações foram baseadas no quantitativo de renda dos indivíduos. (HAVRECHAKI, 2014)

A partir de linhas de pobreza regionalizadas pela estimativa do custo das várias cestas de consumo alimentar, estimou-se uma população de 9,3 milhões de famílias em 2001, abrangendo 46 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. A linha de corte adotada foi a de R\$ 71,53 / mês com base no Nordeste. Esses valores correspondiam a aproximadamente US\$ 1 corrente/ capita/ dia.(BELIK e GROSSI, 2003, p.9)

O programa foi dividido em três níveis: as políticas estruturais, as políticas específicas de segurança alimentar e as políticas locais (TAKAGI, 2010), como podemos observar a seguir (Quadro 1).

QUADRO 1: ESQUEMAS DAS PROPOSTAS DO PROJETO FOME ZERO

POLÍTICAS ESTRUTURAIS		
1)Geração de empregos; 2)Previdência Social Universal; 3)Incentivo à Agricultura familiar; 4)Intensificação da Reforma Agrária; 5)Bolsa escola e Renda Mínima.		
POLÍTICAS ESPECÍFICAS		
1)Programa Cupom de Alimentação; 2)Doações de Cestas Básicas Emergências; 3)Manutenção de Estoques de Segurança; 4)Segurança e qualidade dos alimentos; 5)Ampliação do PAT; 6)Combate a desnutrição infantil e materna; 7)Ampliação da Merenda Escolar; 8)Educação para o consumo e Educação alimentar.		
POLÍTICAS ESPECIFICAS ESPACIAIS		
ÁREAS RURAIS	PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES	METRÓPOLES
1)Apoio à agricultura familiar; 2)Apoio a produção para autoconsumo.	1)Banco de alimentos; 2)Parcerias com varejeiros; 3)Modernização dos Equipamentos de Abastecimento; 4)Novo relacionamento com supermercados; 5)Agricultura urbana.	1)Restaurantes populares; 2)Banco de Alimentos; 3)Parcerias com Varejistas; 4)Modernização dos Equipamentos de abastecimento; 5)Novo relacionamento com redes de Supermercados.

Fonte: TAPAJÓS, Luziele.; Rodrigues, Monica; COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Desafios Sociais no Brasil em 2003: da exclusão à cidadania. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org). **Fome Zero: Uma história brasileira Volume I**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, 2010.p.56.

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

Para coordenar as políticas sociais de combate à fome no Brasil e principalmente dirigir o Programa Fome Zero foi criado em janeiro de 2003, primeiro ano de mandato do presidente Lula, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). No ano de 2004 é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a responsabilidade de coordenar as políticas sociais de transferência de renda e combate à fome.

Em janeiro de 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, integrando as ações do Ministério de Assistência Social, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família. O MDS assume também a responsabilidade pelo programa Fome Zero, juntamente com suas atividades fim, de coordenar e gerir o Programa Bolsa Família, as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Inclusão Produtiva. (TAPAJÓS, RODRIGUES e COELHO, 2010, p.49)

As políticas sociais coordenadas pelo MDS têm o objetivo de combater à fome e superar a pobreza, através de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF). Essa pesquisa buscará mais a frente fazer uma análise esmiuçada deste programa, todos os seus condicionantes, condicionalidades e condicionados.

Já em 2011 o MDS lançou o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com objetivo de acabar com a miséria no país até 2014. O plano é subdividido em três eixos, o primeiro voltado a programas de transferência de renda, o segundo procura garantir o acesso a serviços públicos para as famílias que se encontram nas faixas de pobreza e extrema pobreza e o terceiro a inclusão produtiva, que busca oportunidades de trabalhos que garantam uma renda a mais para essas famílias consideradas pobres.

Para incluir as famílias nos seus programas sociais, o MDS adota apenas critérios renda das famílias como citado outrora. Essa classificação de pobreza baseada apenas em números que considera somente a renda per capita das famílias torna-se superficial e até mesmo mascara a realidade. Alguns outros fatores podem ser levados em consideração, pois a definição de pobreza é muito mais ampla e complexa (HAVRECHAKI, 2014).

Quando é adotada somente a questão de renda familiar, levando em conta apenas dados monetários, cria-se um patamar para classificar pobres e extremamente pobres. Essa classificação, considerando uma determinada renda mensal per capita é adotada por alguns órgãos internacionais, como o Banco Mundial, que considera pobre a pessoa com uma renda de até US\$ 1,00 por dia.

De acordo com o Banco Mundial, a linha da pobreza é estabelecida com renda per capita igual ou inferior a US\$ 2,00 dia e a linha de indigência igual ou menor à US\$ 1,00 dia. (...) No Brasil, segundo institutos de pesquisa (IBGE e IPEA), a definição da linha da pobreza equivale a valor menor ou igual a meio salário-mínimo per capita/mês e a linha da indigência a um quarto do salário-mínimo per capita/mês. (WLODARSKI, 2007, p.42)

Contudo, segundo Santos (1978) não tem sentido procurarmos uma definição de pobreza com bases em números e estatísticas, pois para ele há diferentes tipos de pobreza, tanto em nível internacional, como pobrezas específicas de cada país. Atenta a tais definições de pobreza no Brasil Wlodarski (2007, p.39), entende que “de forma mais direta a pobreza é vista como falta de renda, ou seja, pessoas que se situam abaixo da linha da pobreza, que não possuem condições de garantir o suprimento de suas necessidades mais essenciais”.

Na realidade essa definição de linha da pobreza e extrema pobreza considera o valor mínimo suficiente para a existência do indivíduo, ou melhor, para a sobrevivência humana, pois é a renda necessária para o gasto com a própria alimentação. Pensando dessa forma, ignora-se o direito ao acesso a bens e serviços básicos, como saúde, lazer, educação, moradia, entre outros. Mais uma vez a cidadania é pensada baseando-se no capital, na renda do indivíduo, ou seja, na manutenção capitalista. Outra vez lhe é negada o direito a cidade e a urbanidade.

Quanto ao acesso a serviços básicos Grisotti e Gelinski, (2010) entende que não há esforços articulados intersetorialmente para equacionar as diversas facetas da pobreza como deficit habitacionais, falta de creches, serviços de saúde deficientes, carência de água potável e esgoto.

O MDS em seu plano de combate à miséria aponta o acesso a serviços básicos como uma de suas metas para combater a pobreza.

O Brasil Sem Miséria tem como meta levar os serviços públicos – especialmente os de saúde, educação e assistência social - às pessoas e localidades mais pobres do país. Além de garantir o acesso, o objetivo é expandir a oferta e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população que mais precisa. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013, p.30)

Segundo Havrechaki (2014), o MDS se contradiz em suas ideias de enfrentamento a pobreza, quando considera pobre, também os indivíduos que não tem acesso aos equipamentos urbanos, já que seu mapeamento é baseado na renda ou em dados quantitativos:

O MDS quando aponta como um de seus objetivos para eliminação da pobreza no Brasil o acesso aos serviços públicos de qualidade, de certa forma, considera pobre a pessoa que não tem acesso a esses serviços. Entretanto, na hora de mapear as famílias pobres para poder atender esse objetivo, considera como critério os mesmos adotados no cadastro das famílias aos programas sociais, que são somente dados quantitativos. (HAVRECHAKI, 2014 p. 23)

Quando o indivíduo tem acesso a direitos básicos de infraestrutura, na realidade está tendo acesso ao mínimo de dignidade que o Estado tem o dever de lhe oferecer. Porém, essa privação de direitos básicos acaba por afetar os menos favorecidos economicamente, aqueles que se encontram na linha da pobreza e extrema pobreza, o que torna ainda mais precária a condição de vida do pobre.

No Plano Brasil Sem Miséria, o MDS também aponta como um dos seus objetivos a inclusão social, entendendo como o acesso às oportunidades de renda através da inclusão urbana e rural (MDS, 2011). Esse acesso a novas oportunidades

poderá fazer com que o indivíduo pobre, atendido pelos programas de transferências de renda, tenha condições de ter outra forma de renda, abrindo assim a possibilidade de deixar esse estado de pobreza em que se encontra.

A qualificação profissional das famílias consideradas pobres e inclusas nos programas sociais do governo federal faz parte dessa política de inclusão social. Quanto à qualificação profissional das pessoas que se encontram no estado de pobreza e extrema pobreza, o MDS lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego.

Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional para o público de baixa renda. Pagos pelo Governo Federal, os cursos são ministrados por estabelecimentos de qualidade reconhecida, como Institutos Federais e as instituições do Sistema S. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2013, p.15).

A falta de qualificação profissional gera o desemprego, que consequentemente gera ainda mais focos de pobreza. O desemprego pode ser considerado como um dos maiores motivos para a desigualdade social e o aumento da pobreza. Corrêa (2002) aponta o desemprego junto com outros fatores, como delineador da situação social dos grupos excluídos.

O desemprego, além de produzir mais misérias, limita a população carente a apenas certas relações sociais. Wlodarski (2007, p.42) entende que “as novas configurações do trabalho fazem parte da lógica capitalista que não consegue ocupar toda a mão de obra produtiva, ampliando o número de pessoas excluídas do mercado de trabalho e consequentemente das relações sociais”.

Sendo assim, políticas sociais de combate à pobreza, acompanhadas com políticas de inclusão ao mercado de trabalho, podem facilitar a saída das pessoas da situação de pobreza. Porém, Peet (1982), quando pensa as relações de trabalho dentro de um sistema de produção capitalista, alerta para o interesse do modo capitalista em manter a desigualdade social, desta maneira consideramos positivas as mudanças sociais oriundas das políticas públicas de assistência social, contudo, sabemos que apenas essas ações não são suficientes para resolver permanentemente o problema.

Não vale a pena, pois, dedicar energias políticas para defender as políticas que se ocupam somente dos sintomas da desigualdade, sem atacar as suas forças geradoras básicas. Daí a necessidade de uma revolução social e econômica, a derrocada do capitalismo e sua substituição por um método de produção e um gênero de vida que estejam organizados em torno dos princípios de igualdade e justiça social (PEET, 1982, p.256).

Peet encaminha seu pensamento, sobre a organização social do trabalho, na mesma linha de nossas ideias sobre o planejamento urbano, ou seja, não adianta criar alternativas paliativas que tem como carro-chefe a manutenção do modo de produção capitalista. É necessário atacar a real fonte do problema criando estratégias que proporcionem justiça social e igualdade a todas as pessoas.

Com toda essa carga de problemas socioespaciais no país o governo em meados da década de 90 inicia o debate sobre programas de transferência direta de renda, programas estes que já existiam em alguns lugares da Europa, porém em moldes diferentes.

Em 1994 e 1995 são aplicados programas pilotos em Campinas-SP e no Distrito Federal, respectivamente. Em 1996 houve a implantação do Programa de Prestação Continuada (BPC), que atinge idosos e pessoas portadoras de deficiência com renda familiar até um quarto de salário-mínimo, as quais não dispõem de condições de trabalhar. Porém, esta pesquisa não analisará a questão do BPC.

Durante a mesma década o Senador Suplicy era um dos maiores defensores da política de transferência direta, acreditava que todo cidadão residente no Brasil tinha direito a receber uma quantia mensal, para lhe garantir a cidadania, independente da renda.

(...) é a garantia a renda mínima por meio de uma renda básica incondicional. Todas as pessoas residentes no país teriam o direito de receber mensalmente uma quantia igual, digamos, a R\$ 100. Não importa se a pessoa está ou não empregada ou quanto ela consegue obter por qualquer atividade remunerada, aquela quantia lhe será assegurada como um direito à cidadania (SUP LIC Y, 2002, p. 148).

No ano de 1997 foi aprovado o primeiro programa de transferência de renda mínima da União, onde o Estado dava respaldo aos municípios para o repasse dos recursos, além de cobrir com 50% das despesas do Programa. Porém, apenas em 2001, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que a lei nº 10.219/2001, foi aprovada, que dizia respeito a um convênio entre o Governo Federal e os municípios, criando assim o 'bolsa escola', permitindo a inclusão de famílias com renda per capita até 90 reais e que tivessem crianças entre 6 e 15 anos (WLODARSKI, 2007).

Além do Bolsa Escola foram criados mais programas ligados a assistência social e saúde. Todos esses programas foram inseridos na base de dados do cadastro único, também criado em 2001, que tinha como intuito cadastrar todas as famílias brasileiras que se encontravam em estado de extrema pobreza. O Cadastro

Único é utilizado como base de dados até o atual momento dos programas sociais do país.

No primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivemos a unificação de todos esses programas sociais e assim a criação do Bolsa Família. O Bolsa Família tinha como objetivo a transferência direta de renda a famílias que tem renda per capita menor que 100 reais, hoje essa quantia aumentou pra 140 reais per capita.

O programa Bolsa Família trabalha com uma gestão descentralizada e compartilhada entre a União, estados e municípios. Dentro dos municípios a gestão do programa também se descentraliza, sendo executada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS atendem uma área de abrangência referente ao número de famílias cadastradas no cadastro único. (HAVRECHAKI, 2014)

Além da proposta do programa de erradicação da pobreza e combate a miséria, o acesso aos bens de consumo também é um dos objetivos do Bolsa Família. Porém, com a falta de infraestrutura dessas famílias isso acaba se dificultando. O programa acaba por cobrir as necessidades fundamentais da família, como alimentação e vestuário precário.

2.3- Direito a cidade e as condicionalidades do PBF

Na gênese da política pública do Bolsa Família, o indivíduo teria a possibilidade de transformar o seu meio, suas relações socioespaciais, a partir da aquisição desses recursos. Com isso, para que a família consiga se enquadrar ao quadro de beneficiados do programa, ela precisa cumprir uma série de exigências, estas exigências são chamadas de 'condicionalidades sociofamiliares'.

Segundo o MDS(2015), o cumprimento das condicionalidades são fundamentais para o desenvolvimento social familiar e o acompanhamento por parte do CRAS em relação as famílias assistidas pelo programa. As condicionalidades se pautam nos seguintes pilares: Educação e Saúde.

As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (MDS, 2015, acesso em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>).

Todas as crianças entre 6 e 15 anos devem estar matriculadas e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária total. Quanto aos estudantes entre 16 e 17 anos, a frequência exigida é de 75%. Estas são as condicionalidades atreladas ao pilar da educação, que sendo cumpridas garantem a permanência da família no programa.

A presente análise se atentara principalmente a esta condicionalidade, ou melhor ao não cumprimento da mesma, visto que as famílias entrevistadas, residentes na área de abrangência do CRAS CARÁ-CARÁ, recorte espacial de nossa pesquisa, corriam o risco do cancelamento do benefício, devido a evasão escolar. Quanto as características socioespaciais de nosso recorte e a situação socioeconômica das famílias entrevistadas, nos dedicaremos com mais vigor nos capítulos III e IV, respectivamente.

Em relação as questões da saúde, os beneficiários assumem o dever de acompanhar o cartão de vacinação, desenvolvimento e o crescimento dos menores de 7 anos. As mulheres com idade entre 14 e 44 anos também devem fazer o acompanhamento, e caso, estejam gestantes ou nutrízes(lactantes), devem fazer o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e da criança (MDS, 2015).

O Estado deve acompanhar o gerenciamento das condicionalidades, e deve atentar-se aos motivos do descumprimento das mesmas. A partir disto, devem ser pensadas estratégias para acompanhar as famílias em descumprimento, famílias estas consideradas em maior vulnerabilidade social.

As famílias que estão em dificuldades para o cumprimento das condicionalidades devem, além de procurar o gestor municipal do Bolsa Família, procurar o CRAS e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de sua região, caso o município possua mais de um CRAS. O intuito é prestar assistência a família que se encontra em dificuldades e com isso superá-las.

Mesmo com todas as alternativas esgotadas, na tentativa de reverter o quadro de descumprimento, a família pode ter o benefício bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. (MDS, 2015)

A gestão das condicionalidades acontece, por parte do Estado, de forma parecida com a descentralização do programa Bolsa Família. Ou seja, o MDS, pelo menos teoricamente, trabalha de forma horizontal e articulada com os Ministérios da

Educação e da Saúde. Já nas cidades o acompanhamento deve acontecer interligando as áreas de saúde, educação e assistência social.

Os objetivos da gestão das condicionalidades, segundo o MDS, são os seguintes:

- Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa;
- Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis;
- Identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias.

Além destes objetivos, a gestão das condicionalidades trabalha com calendários e prazos acordados pelas áreas envolvidas. Os calendários especificam os períodos em que as cidades devem fazer o acompanhamento das famílias e os registros das informações relativas a cada condicionalidade.(MDS, 2015) O cumprimento das condicionalidades, por parte das famílias, está diretamente ligado a existência dos equipamentos urbanos na cidade, ou melhor nas periferias. Visto que, se no bairro/vila não possuir escola e creche, ou ainda, posto de saúde, a dificuldade em se manter no programa é muito maior.

O desenrolar do Programa Bolsa Família confronta, ao nosso modo de ver, a formação da cidade capitalista. Já que cobra de seus beneficiários ações que dependem dos equipamentos urbanos estatais. A cidade contemporânea capitalista, como citada outrora, é formada a partir da segregação socioespacial. O Estado como um dos agentes produtores do espaço urbano, na atual sociedade capitalista, facilita a formação de áreas com mais infraestrutura em detrimento de outras.

Assim, no espaço urbano brasileiro temos duas ações estatais se confrontando, mesmo que de forma velada. A primeira, uma ação legalizada, o Programa Bolsa Família e as estratégias do MDS no enfrentamento a pobreza. Esta ação se aproxima das famílias espacialmente segregadas e que também se encontram, na maioria dos casos, em extrema pobreza. Para que estas famílias se enquadrem ao benefício e as vantagens das ações do MDS lhe é cobrado o cumprimento de 'tarefas'/condicionalidades. Tarefas estas, que estão diretamente ligadas a uma produção espacial urbana socialmente igual.

Já a segunda ação estatal não acontece de forma legalmente explícita, porém, ela é visualmente explícita. O que queremos dizer é que o Estado, muitas vezes, negligencia o desenvolvimento de infraestruturas em áreas periféricas e favelas existentes nas cidades. Este processo jamais será admitido pelo Estado, porém ele existe, é um processo 'natural' no planejamento urbano brasileiro nos últimos 100 anos, com isso, concordamos com Tanagino (2013):

Nesse jogo de interesses o posicionamento do Estado não se realiza de maneira neutra, suas ações geralmente são voltadas para o interesse de determinadas classes. Assim, [...] o planejamento e a gestão tendem a ser conservadores- isto é, a conservar a ordem econômica e política atual- , uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes (TANAGINO, 2013, pag. 34).

O confronto de ações do Estado está justamente neste fenômeno, e quem sofre as consequências são as classes pobres. Nas periferias e favelas brasileiras residem a grande maioria das famílias assistidas pelo MDS e seus programas de seguridade social. Porém, estes programas exigem destes indivíduos ações que dependem da existência dos equipamentos urbanos nestas áreas.

Com a segregação socioespacial urbana e a negligência do Estado em relação a infraestrutura, as famílias passam a ter dificuldade em cumprir as condicionalidades, dificultando ainda mais sua condição social. O Estado, com o MDS, buscando alternativas de enfrentamento e erradicação da pobreza, acaba sendo atrapalhado por iniciativas, mesmo que não oficiais, do próprio Estado. Isto ocorre devido ao processo de formação das cidades brasileiras se basearem no modo de produção capitalista e a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da terra urbana, com isso a segregação socioespacial se intensifica.

Assim, encerraremos este segundo momento da análise afirmando que o processo de segregação socioespacial urbana e o des/cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família estão completamente interligados. Visto que, para se manter no programa, as famílias necessitam de escolas, creches e no mínimo um posto de saúde, além da existência do CRAS em suas vilas ou bairros. Ou seja, sem um mínimo de infraestrutura urbana, a manutenção dos benefícios, por parte das famílias, se torna muito mais complicada.

CAPÍTULO III

SEGREGAÇÃO URBANA EM PONTA GROSSA A PARTIR DAS AÇÕES ESTATAIS DE HABITAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo abordaremos a formação urbana de Ponta Grossa, desde os pecuaristas que compuseram a primeira elite princesina dando as primeiras características elitistas e conservadoras, até as ações do planejamento urbano higienista e segregador, realizadas, em algumas iniciativas atuais, pelas companhias de habitação da cidade. Além disto, ainda destacaremos como se desenham os números do programa Bolsa Família no município, enfatizando a dificuldade do cumprimento das condicionalidades, visto que as famílias que se encontram em pobreza e extrema pobreza, em sua grande maioria, residem, ou em áreas de degradação urbana, ou nos conjuntos habitacionais populares mais distantes do centro, ou das zonas de infraestrutura urbana, com isso o cumprimento das mesmas é dificultado.

O capítulo está dividido em três tópicos, o primeiro chamado “Formação do Espaço e evolução urbana de Ponta Grossa”, trata do desenvolvimento e evolução do espaço urbano do município, desde a chegada dos tropeiros, passando pela evolução industrial, até as políticas de habitação popular em Ponta Grossa, onde se deram os primeiros passos em relação a higienização do centro de Ponta Grossa. No segundo tópico, chamado “Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR”, destacamos a PROLAR, pois a consideramos a principal empresa de transformação do espaço urbano, no que diz respeito a moradia popular em Ponta Grossa. Atuando desde 1989 até os dias atuais na cidade, ela foi, e ainda é um dos principais agentes urbanos, responsáveis pelo espraiamento do perímetro urbano de Ponta Grossa, já que implementou a maioria de seus núcleos populares em áreas distantes do centro. No terceiro tópico deste capítulo, chamado de “Programa Bolsa Família, e o descumprimento das condicionalidades em Ponta Grossa-PR”, apresentaremos os números do PBF em Ponta Grossa, e a dificuldade do cumprimento das condicionalidades no município, principalmente em relação a evasão escolar, destacando os adolescentes em idade adequada ao ensino Médio.

3.1 – Formação do Espaço e evolução urbana de Ponta Grossa

O município de Ponta Grossa está localizado na mesorregião Centro oriental do estado do Paraná, na região dos Campos Gerais, seu centro urbano está a aproximadamente 120 quilômetros da capital do estado, Curitiba, como podemos observar na figura abaixo:

FIGURA 2-LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA NO ESTADO DO PARANÁ

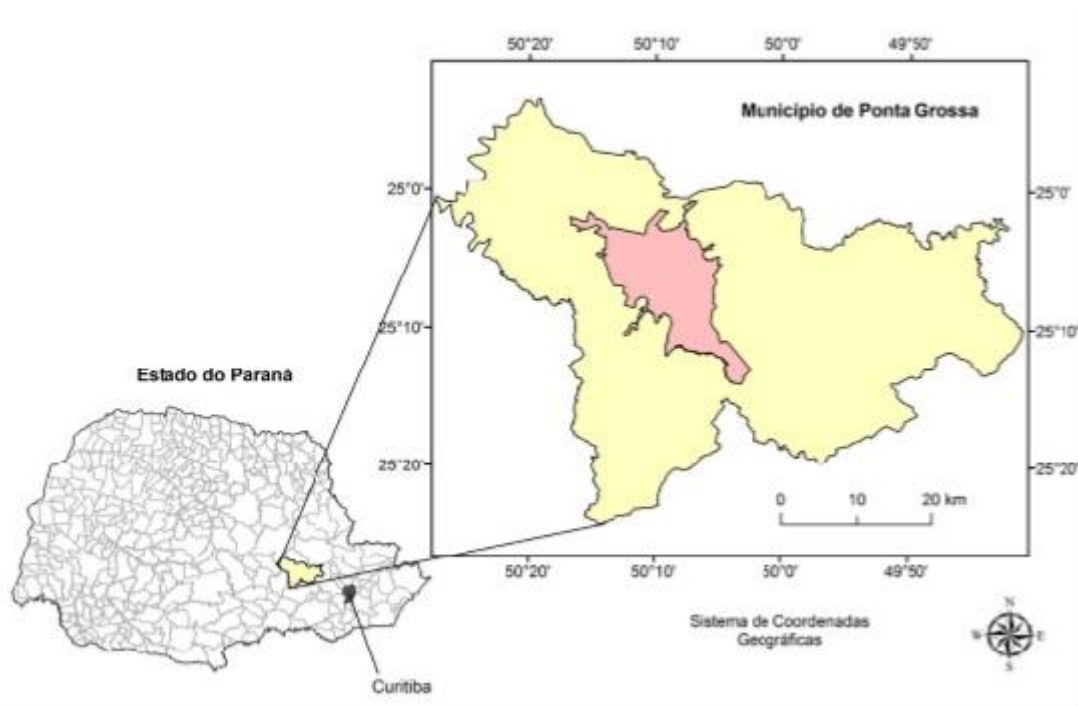


Figura 2: Localização do município e da área urbana de Ponta Grossa no estado do Paraná.
Fonte: IBGE (Divisão municipal do Brasil, 2007); Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (perímetro urbano 2007).

O desenvolvimento econômico e político de Ponta Grossa iniciou-se com a passagem dos tropeiros, que vinham de Viamão-RS levando rebanhos de mulas para vender em Sorocaba no estado de São Paulo. As características da vegetação e as condições climáticas da região favoreciam o cultivo de pastagens, facilitando o desenvolvimento de atividades ligadas a criação de gado. Com isso, os pecuaristas foram adquirindo grandes propriedades de terra e ganhando prestígio social na época, passando a formar a primeira elite de Ponta Grossa. Esta elite, que tinha o poder baseado nos latifúndios e no patriarcado é legitimada quando Ponta Grossa passa da categoria de vila para cidade, em 24 de março de 1862 (SCHEFFER, 2003). Tal poder perseverou até o advento da república em 1889 (DE PAULA, 2001).

No final do século XIX um fato modificou o cenário político da cidade, transferindo o papel de elite dos grandes pecuaristas para os comerciantes e beneficiadores de erva mate e madeira da época. O fato foi a interligação da cidade com a estrada de ferro do Paraná, isto ocorreu em 1894, a ferrovia já ligava Curitiba aos portos de Paranaguá e Antonina. (DE PAULA 2001).

Com o início das obras de construção da ferrovia que ligava o Rio Grande do Sul à São Paulo em 1896, as oportunidades de emprego aumentaram consideravelmente em Ponta Grossa e transformaram a cidade em um grande entrocamento ferroviário (LÖWEN,1990). Com a expansão da estrada de ferro a extração de madeira e de erva mate no interior ganham força, já que a ferrovia facilitou o escoamento.

A consolidação do complexo ferroviário impulsionou a economia da cidade. A ferrovia estimulou o desenvolvimento e a ampliação de várias empresas ligadas ao comércio, serviços e indústrias que vieram atraídos pela conexão com a economia nacional, que a estrada de ferro proporcionava(MONASTIRSKY, 2001). Na década de 1920 a cidade era considerada o centro do Estado e a mais próspera do interior. A criação de empregos ligados as ferrovias era a maior da região. O processo de urbanização era intenso e influenciado pelas ferrovias, os aglomerados de casas foram se desenvolvendo ao redor dos aparatos ferroviários, como oficina de vagões e tratamento de dormentes, mais tarde estes aglomerados se tornariam bairros como Oficinas e Cará-Cará por exemplo.

Monastirsky(1997) destaca a posição privilegiada da cidade e a importância da ferrovia no seu desenvolvimento econômico e político:

A origem da cidade está relacionada com a encruzilhada desses caminhos e uma vegetação formada por campos que proporcionaram à região um excelente ponto de parada – inverno -, para os animais que eram trazidos do Sul do Brasil para abastecer o Sudeste. Assim surge Ponta Grossa, um povoado em função dos caminhos das tropas que agrupa os habitantes dispersos pelas várias fazendas da região (MONASTIRSKY, 1997, p.23).

Junto com o advento da ferrovia a cidade recebeu um considerável número de imigrantes, na sua maioria europeus (poloneses, russos, italianos, ucranianos, etc).Imigrações estas incentivadas ainda no governo Imperial a partir de 1877. O processo migratório fortaleceu a urbanização e deu um novo perfil étnico à cidade (SCHEFFER, 2003).

No campo político, apesar do fortalecimento que o setor industrial recebeu, ainda prevaleciam os grandes latifundiários pecuaristas no poder. No período entre 1891 e 1929 Ponta Grossa teve dez prefeitos e apenas dois não eram fazendeiros (DE PAULA, 2001). Neste momento o município ainda dependia da esfera federal, que ao mesmo tempo levava uma gestão distante da população. Com a revolução de 1930 esta situação de dependência se agravou, pois os prefeitos agora eram escolhidos por interventores federais. A situação só se reverte com a constituição de 1934 e o município passa a ganhar um pouco mais de autonomia, o prefeito e os vereadores eram eleitos através de eleições. Porém, com o golpe de 1937 inicia-se uma nova fase de centralização e autoritarismo e o processo de aproximação entre gestão e população é paralisado (DE PAULA 1993).

Com as decisões locais sendo fortemente influenciadas pelo Estado, a situação só piorou com o golpe de 1964 e a constituição de 1967, as ações eram sempre em favor da oligarquia rural, o que influenciou fortemente a uma mentalidade conservadora que era bem característica no Paraná Tradicional.

O café a partir da década de 1950 passa a ser a principal atividade econômica do estado, porém na década de 1960 é substituído pela produção e exportação de soja, e com ela, veio junto o processo de industrialização e mecanização agrícola. Ponta Grossa na época dispunha de grande estrutura e uma excelente localização para o escoamento o que tornou o município polo de beneficiamento e processo de Soja.

Com a instauração do Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa (PLADEI) em 1969, o número de indústrias na cidade dá um salto considerável e o desenvolvimento econômico do município é pensado a partir da evolução industrial. A localização privilegiada e a nova lei que beneficiava o setor industrial fizeram de Ponta Grossa o maior entrocamento rodoferroviário do Sul do país. Com isso, na década de 1970 cria-se o Distrito Industrial. Na década seguinte os investimentos no setor seguiram a todo vapor, principalmente investindo no setor viário, foram realizadas obras de duplicação e construção de novos viadutos, que facilitavam o acesso à cidade, conseqüentemente também facilitavam o escoamento da produção. (SCHEFFER, 2003)

Com o setor industrial extremamente valorizado a oligarquia rural assume um papel de coadjuvante nas relações de poder do município. Neste momento o protagonismo econômico está nas mãos dos complexos agroindustriais. Mesmo com

esta alternância no poder, Ponta Grossa continuava com um grupo restrito e com um alto poder de renda tomando as decisões, o que deu a cidade um perfil elitista e conservador. Isto influenciou diretamente na formação urbana da cidade já que estes grupos tomavam as decisões em benefício próprio.

A partir de 1920 a cidade começa a expansão urbana impulsionada pela evolução da estrada de ferro. Isto aconteceu seguindo dois eixos, ao Sul, Oficinas e a Leste, Uvaranas, que se consolidaram como os primeiros loteamentos da cidade. Esse processo de crescimento urbano baseado no crescimento da linha férrea se deu até o fim da década de 1940, a partir disso, nas décadas seguintes, 1950 e 1960, ocorreu um aceleração considerável na expansão horizontal do perímetro do município, o que deu início as fortes ações de especulação imobiliária. Neste período o perímetro urbano da cidade sofre um crescimento espalhado, com planejamento ineficaz e as áreas periféricas (principalmente no eixo Norte-sul) ficam muito distantes, configurando, na década de 1970, uma evolução urbana bastante irregular. Com isso, os gastos com infraestrutura e equipamentos urbanos foram além da conta e caracterizaram uma legislação de uso do espaço urbano baseada na especulação imobiliária. (SCHEFFER, 2003)

Na figura 3 podemos observar o crescimento do perímetro urbano a partir de 1960 até 2008, dois anos após a realização do último plano diretor do município. Nota-se o crescimento “tentacular”(NASCIMENTO e MATIAS, 2011, p. 83) e demasiadamente prolongado :

FIGURA 3-EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM PONTA GROSSA NO PERÍODO DE 1960 A 2008

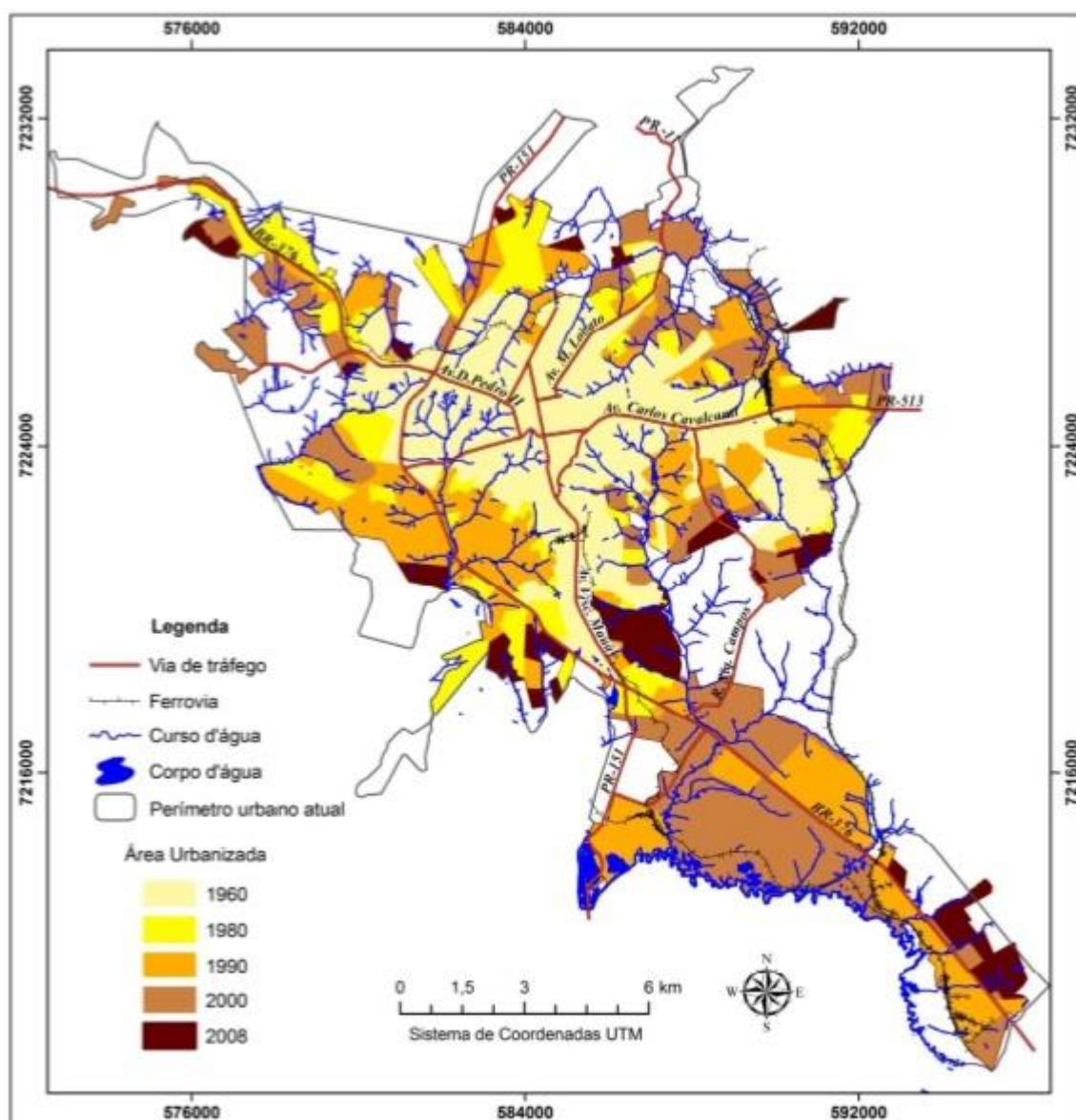


Figura 3: Evolução da área urbanizada em Ponta Grossa no período de 1960 a 2008. Fontes: 1960/1980 – Interpretação de fotografias aéreas (escalas 1:70.000 e 1:25.000, respectivamente); 1990 – Interpretação de imagens do satélite Landsat 5 (resolução espacial de 30 metros); 2000 – Interpretação de imagens do satélite Landsat 7 (resolução espacial de 30 metros); 2008 – Interpretação de imagens do satélite CBERS 2B, sensor CCD (resolução espacial de 20 metros). Organização: NASCIMENTO. E. (2008)

A legislação mais antiga que diz respeito a legalização do perímetro urbano de Ponta Grossa é de 1987. Segundo a pesquisa realizada por De Paula (1993), até 1990 foram alteradas 17 vezes o perímetro urbano do município, em apenas um caso foi realizada uma redução de área. Todas as outras 16 leis foram ações expansionistas, ocorreu especificamente, um aumento territorial de 16 km² a 150 km², ou seja, se expandiu 480% o perímetro urbano. A população urbana da cidade

também deu um salto considerável neste período, cresceu 472%. Porém, apesar de serem números parecidos, o uso do espaço urbano e o crescimento demográfico não se deram de maneira uniforme, essas novas áreas expandidas na maioria dos casos serviram a especulação imobiliária ou como uma espécie de poupança para seus proprietários (LÖWEN 1990, p. 69).

Segundo De Paula (1993) a expansão urbana de Ponta Grossa se deu através da pressão dos grandes proprietários para que a legislação fosse alterada, para que com isso, suas terras, mesmo que distantes do centro, fossem valorizadas. A transformação de áreas rurais em áreas urbanas também foi interessante para o município, pois passou a arrecadar mais com impostos.

Observando o último plano diretor do município, que tem data no ano de 2006, percebe-se que o cenário não se modificou. A cidade continua crescendo de forma espraiada, mais agora em outras regiões. Nos sentidos Noroeste, sudeste e com menor intensidade nos sentidos sudoeste, nordeste, ocorreu um prolongamento periférico. Essa expansão horizontal com periferias bem distantes umas das outras, acabaram desenvolvendo um perímetro urbano com “ocos” ou vazios urbanos em algumas áreas centrais do município.

Até 1930 não existia legislação de uso e ocupação do solo no município, como em várias outras cidades brasileiras. Este tipo de lei só acontece em 1937 com a instauração do Decreto-Lei Federal nº58, o qual buscava-se regulamentar loteamentos, porém não punia novos loteadores que descumprissem essa nova determinação (DE PAULA 1993).

As Leis que diziam respeito a novos loteamentos e uso do solo tiveram significativas alterações, principalmente com o Decreto-lei Federal nº 271 de 1967 e a Lei municipal nº 2839 de 1976. O primeiro definiu “loteamento urbano, zoneamento urbano, e desmembramento. Além disso, tornou mais ativo o papel do município na aprovação ou recusa de projetos de loteamentos em função de seus interesses. (DE PAULA, 1993, p. 92). A segunda só autorizava a implantação de loteamentos com infraestrutura, como rede de esgoto, rede elétrica, acesso à água potável entre outros. Esta última Lei sofreu duas alterações em 1985 e 1990, porém, estas modificações não tocavam na questão do crescimento do perímetro urbano desordenado. (DE PAULA 1993)

Na figura 4 percebe-se a espacialização destas legislações citadas a cima e o impacto causado pelas mesmas no aumento do perímetro urbano de Ponta Grossa.

Como as legislações não foram de encontro com a ideia de compactação urbana, nota-se as periferias bem distantes e sem disciplina espacial.

FIGURA 4-DISTRIBUIÇÃO DOS LOTEAMENTOS NO ESPAÇO URBANO DE PONTA GROSSA, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE E Nº DE APROVAÇÃO ATÉ O ANO DE 1993.

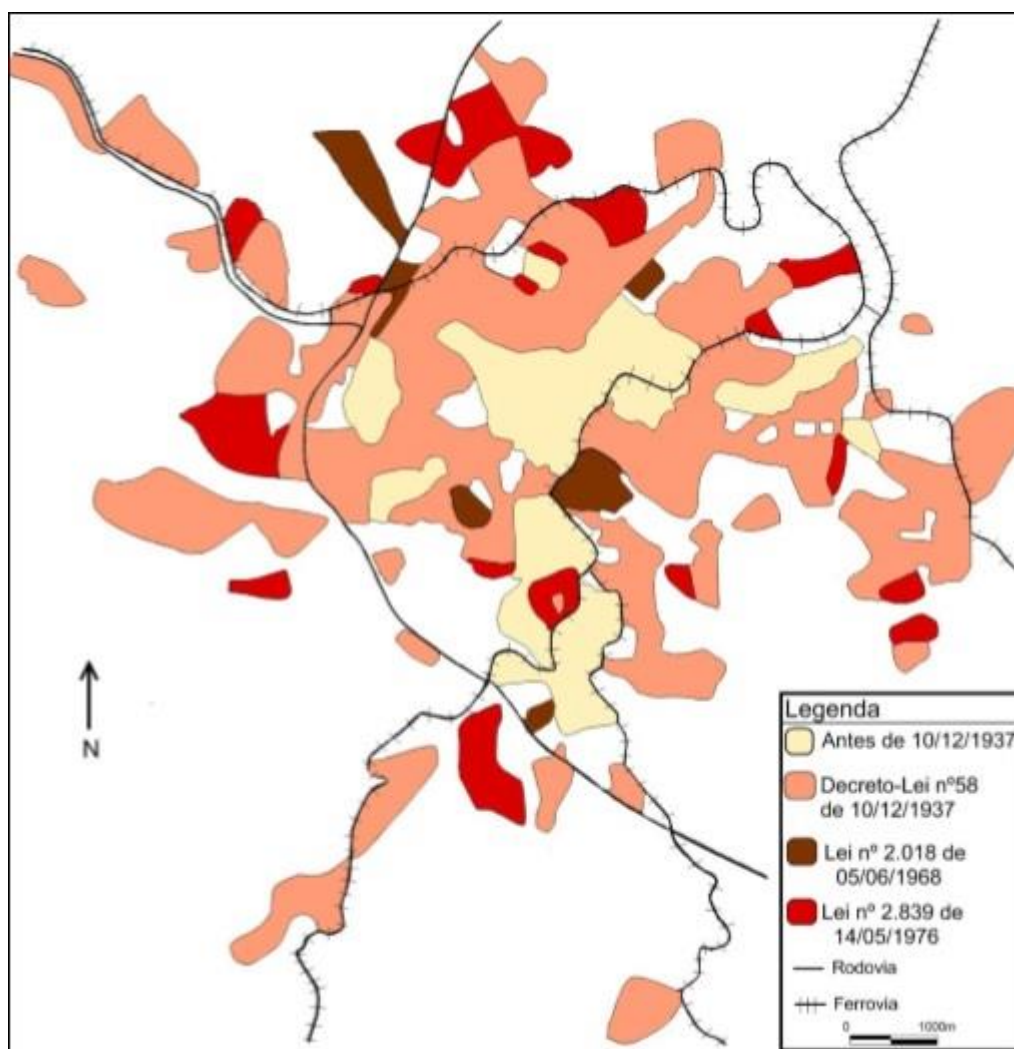


Figura 4-Distribuição dos loteamentos no espaço urbano de Ponta Grossa, segundo a legislação vigente e nº de aprovação.

Fonte: DE PAULA(1993)

Organização: OLIVEIRA A.C.R (2012)

A expansão do perímetro urbano de Ponta Grossa, se desenvolvendo sobre alguns eixos acabou criando pontos extremamente isolados dentro do conjunto urbano da cidade. Com isso, uma das ações que mais se fortaleceu foi a especulação imobiliária, além de criar uma demanda complicada para o município, já que quanto mais o tecido urbano se desenvolve de forma desequilibrada e rarefeita, mais o Estado gasta com obras e infraestrutura e equipamentos urbanos.

A partir da década de 1950, com o crescimento urbano acelerando foi necessário se pensar em projetos de núcleos populares. Cronologicamente, estes projetos aconteceram em 4 etapas em Ponta Grossa. Porém, em nenhuma dessas etapas se pensou em urbana, os projetos foram acontecendo conforme a necessidade do município e em alguns casos conforme a pressão feita por parte dos especuladores fundiários. Para organizar esta reflexão, apresentaremos como foi o projeto das quatro etapas:

3.1.1. Primeira Etapa – Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná

Quem iniciou os projetos de núcleos populares ou conjuntos habitacionais em Ponta Grossa foi Companhia Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná. A verba foi proveniente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos dos Estados do Paraná, a sede da empresa localizava-se na capital do Estado. Em Ponta Grossa, quem representava a Companhia era um funcionário da Prefeitura Municipal, no Departamento de Urbanismo, ele era responsável pela venda dos imóveis e cobrança das prestações, para em seguida realizar o repasse a Caixa (SCHEFFER 2003).

O primeiro empreendimento que a Caixa realizou em Ponta Grossa foi o Conjunto Habitacional Jardim Brasil, na Vila Marina. Foram construídas 100 casas, sob a Lei requerimento nº558 de 19 de Novembro de 1952. Porém, esse projeto não dava para chamar de totalmente popular, já que as moradias eram destinadas aos militares. Este conjunto acabou se tornando transitório pois os militares eram constantemente transferidos às outras localidades do país. Posteriormente esse conjunto habitacional foi repassado para a Companhia de Habitação do Paraná(COHAPAR).

Outro projeto do mesmo período foi a Vila Ferroviária, e demonstra uma das características da cidade que seria a expansão das ferrovias, foi construído na região do Bairro de Oficinas, em 1956, contava com 43 moradias, e atendia os trabalhadores da estrada de ferro.(SCHEFFER 2003)

Esta primeira etapa dos projetos destinados a área habitacional em Ponta Grossa aconteceu no início da década de 1950. Contudo, foram projetos voltados para duas categorias profissionais: os militares e os ferroviários. Categorias essas que neste período se destacavam na sociedade ponta-grossense. Ao centralizar

nestas categorias, esquece-se dos demais trabalhadores. Portanto, foi uma ação fragmentada e voltada a setores que possuíam melhores ordenados.

3.1.2-Segunda Etapa – Companhia de Habitação de Ponta Grossa – COHAB-PG

A COHAB foi instalada pelo poder público na gestão do prefeito Plauto Miró Guimarães entre os anos de 1966 e 1969. Segundo Scheffer (2003) “O primeiro presidente da COHAB-Ponta Grossa, foi o Coronel Teixeira Pinto, coronel do exército, e o engenheiro idealizador do projeto da companhia foi Coronel Anísio Alfredo Leite Calazans. Eram militares os responsáveis pela Companhia.”

Mesmo estando sob a gestão da ditadura, neste momento Ponta Grossa consegue expandir suas obras de urbanização da cidade. Além da COHAB-PG, havia a instalação da CPT – Companhia Pontagrossense de Telecomunicações. Realizou-se também o projeto Alagados, que tinha como objetivo trazer água para as partes altas da cidade.

Com a instalação da COHAB-PG foram construídos os seguintes núcleos populares:

QUADRO 2-EMPREENDEMENTOS CONSTRUIDOS PELA COHAB-PG

Conjuntos Habitacionais	Número de casas	Ano da Entrega
31 de março	1000	1967
Operários do DER	31	1967
Sen, Flávio Carvalho Guimarães	72	1969
Luiz G. Pereira da Cunha	100	1969
Total unidades	1203	

Fonte: Quadro organizada com dados extraídos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Departamento de Urbanismo.

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015).

As obras foram realizadas com recursos federais do Banco Nacional de Habitação (BNH). Em seguida os recursos se reduziram e a COHAB-PG foi vendida para a COHAPAR – regional Ponta Grossa, transferindo estes conjuntos para a sua responsabilidade e administração (SCHEFFER 2003).

Na década de 70 chega a Ponta Grossa a construtora particular Independência de Curitiba, a fim de realizar o projeto solicitado pela prefeitura, de construção do conjunto habitacional Monteiro Lobato. Este projeto era novo na cidade, pois a proposta era de construções verticalizadas na periferia. Estas moradias eram destinadas a famílias de classe médias ascendentes.(LÖWEN SAHR 2001)

3.1.3-Terceira Etapa – a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR – e o Instituto de Orientação as Cooperativas de Habitação – INOCOOP

A partir de 1977 a COHAPAR passa a ser responsável pelos projetos de habitação em Ponta Grossa. A realização de obras teve diferentes fases, entre os anos de 1979 a 1982 surgiram vários conjuntos habitacionais. Porém, após 1982 até 1997 ocorreu um período de grande estagnação retomando algumas obras até o ano de 2002:

QUADRO 3-EMPREENDEIMENTOS CONSTRUÍDOS PELA COHAPAR

Conjuntos Habitacionais	Número de casas	Ano de entrega
Santa Paula I	1467	1979
Santa Paula II	234	1981
Santa Maria	600	1981
Santa Terezinha	492	1981
Santa Luzia	576	1981
Rio Verde	770	1981
David Federman	197	1981
Santa Paula III	200	1982
Bortolo Borsato	353	1982
Jardim Conceição(casas e aptos)	328	1989
Conjunto Pimentel	387	1997
Quero Quero	206	1998
Vila Rural Guaragi	35	1997
Ouro Fino	121	1999
Lagoa Dourada	17	1999
Vila Rural Campos Verdes(Bocaina)	17	2000
Vila Rural Princesa dos Campos(Bocaina)	23	2002
Total unidades	6023	

Fonte: Quadro organizado com dados extraídos da COHAPAR-PG.
Org: HAVRECHAKI C.F. (2015)

Outra empresa que realizou obras no Município, no período de 1979 a 1980 foi a INOCOOP – Instituto de Orientação as Cooperativas de Habitação do Paraná. Estas cooperativas eram companhias subordinadas ao BNH. Foi construído o Conjunto Residencial Rio Verde – Dal Col, na região de Uvaranas, contava com 184 casas. Esse conjunto foi desenvolvido para atender aos ferroviários, pois visava-se a

transferência do complexo ferroviário da região de Oficinas para Uvaranas, porém isso não aconteceu, se manteve o complexo em Oficinas. Portanto, o conjunto que seria destinado para os ferroviários acabou sendo vendido para a demanda com capacidade de pagamento. Com a mudança frequente de planos em Ponta Grossa, o conjunto Dal Col, recebeu moradores de outras profissões, além dos ferroviários, contudo a faixa de renda era a mesma, o que destinou este conjunto habitacional a ser periférico direcionado a classe média. (SCHEFFER 2003).

3.1.4 Quarta Etapa –Cooperativa Habitacional dos Assalariados(COHALAR) e Cooperativas Particulares.

No mandato do Presidente Collor ocorreram alguns financiamentos para a habitação, várias empresas e cooperativas usaram dos mesmos, Silva(1992), destaca porque foi interessante a formação de cooperativas habitacionais:

..o que instigava a formação de uma cooperativa não era o interesse comum pela habitação, de um grupo de pessoas, mas os empreendimentos pré-montados e apresentados pelas construtoras. Longe de expressarem uma resposta adequada à determinada demanda social por habitações, eram projetos que, uma vez elaborados, exigiam uma adaptação da demanda aos mesmos” (SILVA, 1992p.85).

Mesmo sendo uma ação habitacional, as cooperativas buscavam o lucro, com isso, ocorreram várias denúncias de empreendimentos superfaturados e desvios de verbas. Este período foi marcado por inúmeras ações judiciais, as quais deixaram marcas no orçamento federal. Em Ponta Grossa, ocorreram vários empreendimentos voltados a classe popular, nesta época. A Cooperativa Habitacional dos Assalariados(COHALAR) contratou construtoras e realizou duas obras de conjuntos habitacionais convencionais e quatro obras de condomínios fechados sob a forma de apartamentos. A verba foi subsidiada pela gestão federal e administrada pela Caixa Econômica Federal.

QUADRO 4-EMPREENDEIMENTOS CONSTRUIDOS PELA COHALAR:

Conjuntos Habitacionais	Quantidade de unidades	Ano de Entrega
Conj. Habitacional Raul P. Machado	208 aptos	1988
Conj. Habitacional Acácia I	144 aptos	1989
Conj. Habitacional Acácia II	144 aptos	1990
Conj. Habitacional Jd. Baraúna	214 casas	1991
Conj. Habitacional Antares	400 aptos	1994
Conj. Habitacional Cristo Rei III	360 casas	1995
Total de unidades	1470 unidades	

Fonte: Quadro organizado com dados extraídos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Departamento de Urbanismo.
Org: HAVRECHKI C.F. (2015)

Com a COHALAR encerramos aqui a discussão sobre as empresas de empreendimentos de moradia popular em Ponta Grossa até 1995. A seguir dedicaremos um tópico exclusivo sobre as ações da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR), por consideramos essa companhia a principal transformadora do espaço urbano quando pensamos no direito à moradia e direito à cidade em Ponta Grossa.

3.2- Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR

Aqui entramos na mais representativa companhia de projetos de habitação popular do nosso município, a PROLAR, Companhia Habitação de Ponta Grossa. Criada em 13 de Setembro de 1989, contemporânea da Constituição de 1988, foi criada através da lei Municipal nº4298, pelo Prefeito Pedro Wosgrau Filho, existindo e atuando até o presente ano de 2015.

A seguir temos o número total de empreendimentos entregues pela PROLAR entre 1989 à 2015:

QUADRO 5-NUMERO DOS EMPREENDEIMENTOS REALIZADOS PELA PROLAR

RESUMO	
PROGRAMAS HABITACIONAIS	UNIDADES
CONJUNTOS HABITACIONAIS	11.619
CONDOMÍNIOS SOCIAIS	291
LOTEAMENTOS URBANIZADOS	7.150

-LOTEAMENTOS URBANIZADOS-LOTES SOCIAIS	6.296
-LOTEAMENTOS URBANIZADOS-LOTES COMERCIAIS	621
-LOTEAMENTOS URBANIZADOS-LOTES RESIDÊNCIAIS	233
TOTAL DE FAMÍLIAS QUE FORAM E SERÃO BENEFICIADAS COM IMÓVEIS NA PROLAR	19.060

Fonte: Quadro organizada com os dados extraídos da PROLAR.
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Sheffer 2003, aponta o intuito da criação da PROLAR e os objetivos que deveriam ser cumpridos por esta companhia de habitação:

Os programas realizados pela PROLAR durante seu percurso foram Conjuntos Habitacionais, lotes Urbanizados e Condomínios Sociais. O programa de Conjuntos Habitacionais foi o primeiro a ser implantado pela PROLAR, com proveniência recursos federais, porém a renda salarial era determinante para inclusão nos programas. A renda salarial determina qual o espaço que os indivíduos poderão ter acesso (SHEFFER, 2003, p.272).

A PROLAR colocando a renda como fator determinante na escolha dos bairros e terrenos, mantém a política das companhias de habitação anteriores, de que, quem possui um maior poder aquisitivo sempre morará nas melhores áreas da cidade. Nitidamente tomando partido em prol da manutenção capitalista dentro do espaço urbano, ação esta citada no primeiro capítulo.

A relação entre a definição da localização no espaço urbano e a renda salarial, expressa-se nas tensões sociais, políticas e econômicas da cidade. Isto é, a PROLAR, um órgão Estatal, trabalhando de forma velada a favor da manutenção da cidade capitalista. O favorecimento não é apenas à quem detêm o capital, com isso, pode escolher os melhores locais para a moradia, mas também a companhia favorece, em boa parte dos casos, os proprietários de grandes áreas no perímetro urbano, construindo os empreendimentos populares nessas áreas, ou ainda mantendo áreas próximas ao centro em “pousio” social, gerando assim grande especulação imobiliária. Tudo isto, concomitantemente, acaba empurrando a população carente as periferias, tendo acesso apenas aos conjuntos habitacionais, mais precários e distantes das áreas de infraestrutura urbana de Ponta Grossa (SHEFFER, 2003).

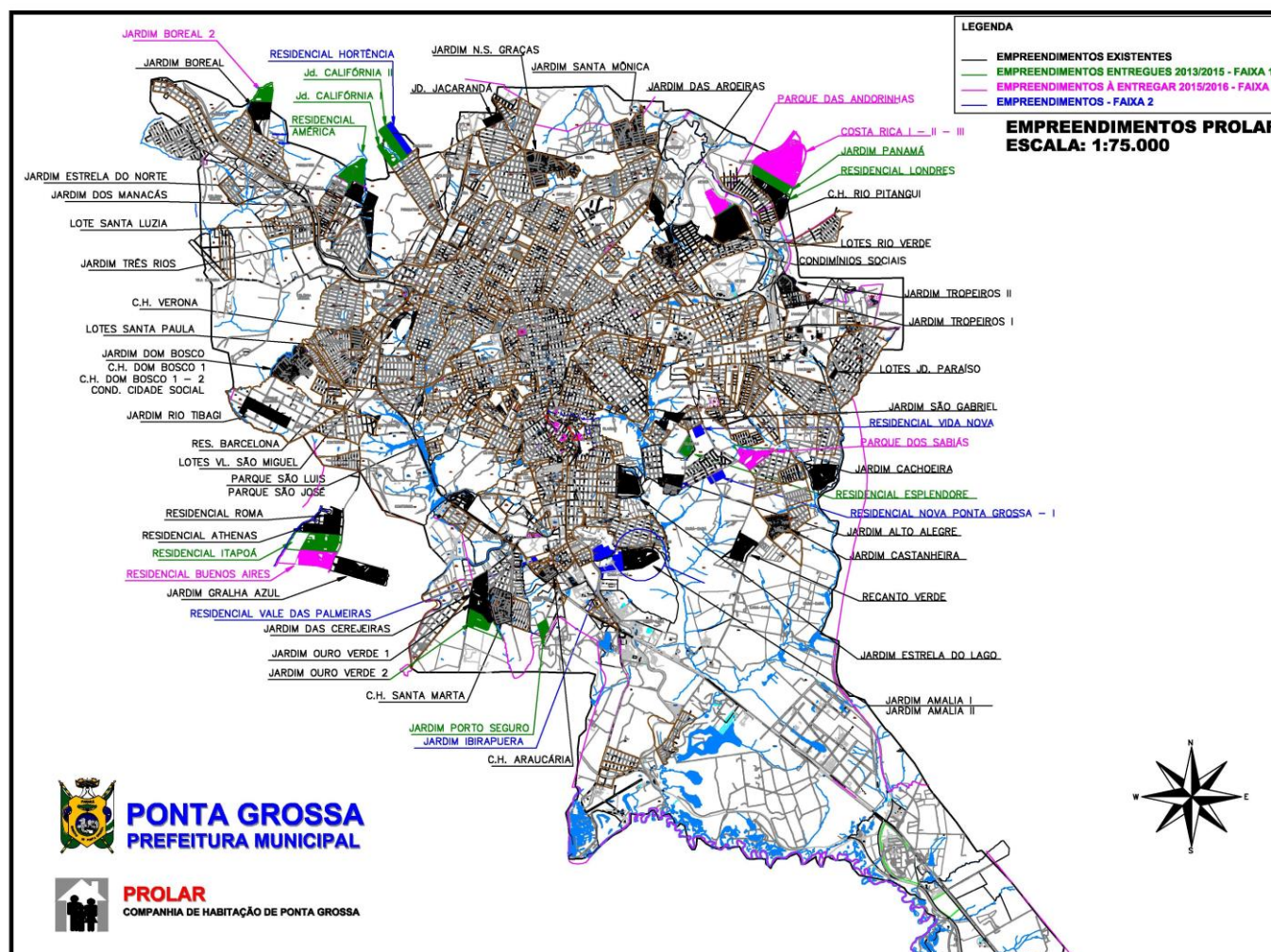
Com a maioria dos empreendimentos habitacionais localizados na periferia da cidade a PROLAR precisou e precisa até hoje desenvolver tanto a infraestrutura de transporte quanto o desenvolvimento dos equipamentos urbanos nestas áreas.

Contudo, este conjunto de ações não acontece paralelamente a entrega das casas dos conjuntos habitacionais. Sheffer (2003) explica porque não existe contemporaneidade entre a entrega das casas e a implementação dos equipamentos urbanos:

“...pois conforme as empresas ou órgãos que administram cada recurso, é necessário uma determinada demanda pelo serviço para que este seja efetivado, o que acarreta maiores dificuldades para as primeiras famílias que se instalam principalmente nos loteamentos, onde devem construir suas casas”(SHEFFER, 2003 p.273).

Outra característica que as ações da PROLAR apresentam é o desenvolvimento horizontal e espraído da cidade. Com praticamente todos os conjuntos habitacionais instalados distantes do centro e na periferia, a companhia acaba obrigando a criação de novos equipamentos urbanos, não aproveitando os já existentes. Além disso, ainda existem os vazios urbanos, citados anteriormente, que acabam se valorizando, aumentando a especulação imobiliária. Na figura 5, a seguir, produzida pela própria PROLAR, pode-se notar onde foram colocados os empreendimentos de moradia popular em Ponta Grossa, nitidamente instalados a margem da centralidade da cidade como podemos observar na figura 5:

Figura 5-Distribuição dos empreendimentos de moradia popular, realizados pela PROLAR entre os anos de 1989 à 2015:



Fonte: PROLAR, <http://prolarpmpg.com.br/documentacao-tecnica>, acesso em 10 de Setembro de 2015

A figura anterior facilita a visualização dos empreendimentos realizados pela PROLAR até o ano de 2015. Familiarizando-nos com a legenda, notamos que os conjuntos habitacionais mais próximos ao centro, em sua maioria, são os de cor azul, que são destinados à quem possui uma renda familiar mais elevada, como diz a resolução da própria PROLAR:

Atualmente a Prolar está trabalhando em parceria com a Caixa com o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. A participação da Prolar neste Programa é a seleção das famílias através dos critérios pré-estabelecidos para o programa e o envio para a análise cadastral e documental da CAIXA.

O Programa Minha Casa Minha Vida é dividido por faixas de renda:

- Faixa 1 – renda de 0 a R\$1.600,00
- Faixa 2- renda de R\$1601,00 a R\$3.275,00
- Faixa 3 – acima de R\$3.275,00 (PROLAR, 2015).

Os empreendimentos na cor verde, destinados a Faixa 1 do Programa “Minha Casa, Minha vida”, faixa esta destinada a população mais carente, em sua maioria estão localizados na periferia da cidade, expondo claramente uma segregação urbana velada sendo executada por um Órgão Estatal, no caso a PROLAR. Esta segregação se dá, quando quem tem um poder aquisitivo maior pode escolher os melhores espaços da cidade para viver.

Os conjuntos populares mais distantes ou com pouca estrutura urbana acabam “sobrando” para a população mais carente, deixando bem claro que a cidade capitalista contemporânea não é para todos, e sim para quem tem dinheiro para pagar (Lefebvre, 2008).

Observando a figura 5, dos empreendimentos da PROLAR, podemos afirmar que em Ponta Grossa o planejamento urbano pensado para a questão da moradia, desde o começo da urbanização, é o planejamento mercadófilo, citado no primeiro capítulo. Planejamento esse que fortalece o processo de segregação socioespacial e a especulação imobiliária.

Nesta conjuntura espacial conservadora e elitista se desenhou o espaço urbano ponta-grossense, onde ao longo da história da formação da cidade, os melhores lugares de moradia, tanto de infraestrutura urbana quanto de proximidade ao centro sempre foram de quem pode pagar mais, empurrando assim os trabalhadores mais pobres as áreas degradadas ou periféricas do município.

O histórico das companhias de habitação, com destaque à PROLAR, em sua maioria, mostram ações higienistas, especulativas e o favorecimento a quem pagava mais.

As políticas de transferência de renda, assistindo as famílias em estado de pobreza e extrema pobreza, estão diretamente ligadas ao processo de formação das cidades, visto que, essas famílias, na maioria dos casos, residem em áreas de degradação urbana ou em estado de “prisão periférica”, ou seja, morando muito longe do centro de serviços ou das áreas de infraestrutura urbana, dificultando assim o cumprimento das condicionalidades, destacando mais uma vez, o confronto de ações do Estado citado no segundo capítulo.

Em Ponta Grossa as famílias assistidas pelo PBF, além da segregação urbana “natural” dentro da cidade contemporânea capitalista, ainda enfrentam as ações dos órgãos responsáveis pela implementação dos programas de moradia populares, como é o caso da PROLAR, que claramente, empurra as famílias mais carentes, a seus núcleos habitacionais mais distantes.

No tópico seguinte destacaremos a expansão populacional da cidade, enfatizando a população carente e segregada, e as dificuldades do cumprimento das condicionalidades do PBF, geradas pela exclusão socioespacial.

3.3-Programa Bolsa Família, e o descumprimento das condicionalidades em Ponta Grossa-PR

A população da cidade, como a expansão do perímetro urbano, principalmente no século XX, teve vários saltos. Em 1940 existiam por volta de 29mil habitantes no espaço urbano de Ponta Grossa. No período entre 1970 e 1991 a ocorreu a mais significativa expansão demográfica do município, chegando a 200 mil habitantes. Entre 1991 e 2010 o crescimento continua e chega a marca de 300 mil pessoas. Atualmente a população estimada de Ponta Grossa, segundo o IBGE é de 337.535 habitantes.

No quadro 6 podemos observar a evolução demográfica de Ponta Grossa entre os anos de 1991 a 2010, segundo os dados do IBGE:

QUADRO 6 – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DE PONTA GROSSA NOS CENSOS 1991, 2000 E 2010 DO IBGE

CENSO	URBANA	RURAL	TOTAL	%URBANA	%RURAL
Ano 1991	221.671	10.033	231.704	95,67	4,33
Ano 2000	266.683	6.933	273.616	97,47	2,53
Ano 2010	304.733	6.878	311.611	97,79	2,21

Fonte: Censo demográfico 1991, 2000 e 2010 IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 18 de Setembro de 2015.

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Ainda segundo o censo de 2010, Ponta Grossa possuía uma população absoluta de 311.611 habitantes, dos quais 6.988 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, segundo a avaliação do MDS, sobreviviam com uma renda per capita abaixo de 70 reais por mês. Este número representava 2,2% da população do município. Dentro deste número 197 pessoas residiam na área rural da cidade e o restante se encontravam no perímetro urbano.

Usando esta análise do MDS como parâmetro, estas pessoas que se encontram em extrema pobreza, passam por um acompanhamento familiar individual para se manterem nos programas de transferência de renda, além disto estas famílias são monitoradas através do cadastro único federal, o CadÚnico:

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. (Brasil, Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no município de Ponta Grossa, 2013a, p.9).

De acordo com os registros do Cadastro Único de Junho de 2015, com folha de pagamento para o mês de Maio, existem 28.589 famílias registradas no Cadastro Único e 11.117 famílias recebendo o benefício do Bolsa Família, em Ponta Grossa. A seguir, no quadro 7 temos o perfil econômico das famílias assistidas que estão registradas no CadÚnico em Ponta grossa:

**QUADRO 7-PERFIL ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS REGISTRADAS NO CadÚnico
EM PONTA GROSSA ATÉ JUNHO DE 2015**

Número de famílias	Renda per capita
6.674	Até 77 reais
6.634	Entre 77 a 154 reais
10.644	Entre 154 reais a meio salário-mínimo
4.637	Acima de meio salário-mínimo.

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no município de Ponta Grossa, 2015
Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2015)

Fora o PBF, o MDS assiste as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em Ponta Grossa, com mais uma política de transferência direta de renda, o Benefício de Prestação Continuada(BPC). Esse tipo de assistência de renda é destinado a famílias que possuem crianças e adolescentes em idade escolar, que tenham alguma deficiência ou algum outro tipo de transtorno que atrapalhe o desenvolvimento intelectual dos mesmos na escola. Além desta situação dos menores, o BPC também atinge idosos ou adultos que não possam trabalhar devido a questões de saúde, perante esta situação deve se apresentar laudo médico comprovando o impedimento laboral. As famílias que comprovem e se enquadram nas exigências do BPC terão direito a um salário-mínimo por mês, como ajuda na renda familiar (HAVRECHAKI, 2014). Porém nos atentaremos na questão do PBF no município.

A gestão do Bolsa Família trabalhando de forma descentralizada utiliza a estratégia de colocar os Centro de Referência de Assistência Social(CRAS) nas áreas onde existem a incidência maior de assistidos pelo PBF e outras ações do MDS.

Em Ponta Grossa existem nove CRAS, cada um deles responsável por uma área de abrangência. Esta divisão foi feita, segundo a coordenação do CRAS unidade do Cará-Cará, baseada pela divisão geográfica da cidade e não pensando nas áreas mais críticas e desiguais do município.(HAVRECHAKI, 2014)

Segundo a Secretária Municipal de Assistência Social(SMAS) cada CRAS é responsável, em sua área de abrangência, em média por vinte e cinco vilas, com exceção das unidades Cará-Cará e Jardim Paraíso que se destacam com um número maior de Vilas/Bairros. O atendimento dos CRAS às famílias, acontece

praticamente de duas formas. A primeira, é através da visita domiciliar, onde a equipe do CRAS se desloca até a residência das famílias e analisa a real situação de cada uma delas. Já a segunda, se dá por livre iniciativa de cada família, ou seja, o próprio responsável familiar procura o CRAS e expõe a equipe, a sua situação ou dificuldade familiar.

Abaixo, no quadro 8, estão os nove CRAS de Ponta Grossa, número de vilas/bairros que cada um assiste e a região geográfica da cidade que cada um é responsável:

QUADRO 8-DISPOSIÇÃO DOS CRAS DE PONTA GROSSA E QUANTIDADE DE VILAS ASSISTIDAS POR CADA UM DELES

UNIDADE	REGIÃO DA CIDADE	NUMERO DE VILAS/BAIRROS
Cará-Cará	Sul	37
Santa Luzia	Norte	23
26 de outubro/Mariana	Centro-Leste	22
Vila XV	Centro-sul	28
Nova Rússia	Centro-norte	17
Jardim Carvalho	Nordeste	16
Vila Izabel	Noroeste	16
Jardim Paraíso	Leste	42
Sabará	Norte-Oeste	19

Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretária Municipal de Assistência Social(SMAS),<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/smas/cras>, acesso em 10 de Setembro de 2015.
Organização:HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Os CRAS mantêm o registro e o acompanhamento das famílias através do CadÚnico, cadastro já citado anteriormente. Havrechaki (2014) expõe como é realizado o CadÚnico e algumas das demais ações realizadas nos CRAS em benefício as famílias assistidas:

Para a realização do Cadastro Único o usuário se desloca ao CRAS para responder um questionário socioeconômico para se registrar no cadastro único. Esse questionário é digitalizado e vai para o banco de dados federal do MDS. Além da realização do Cadastro Único e do acompanhamento familiar o CRAS desenvolve uma série de atividades que são chamadas de fortalecimento de vínculos familiares, como é o caso do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) (HAVRECHAKI,2014 p35).

O Programa Bolsa família, segundo o MDS apresenta algumas variáveis financeiras conforme a situação particular de cada família, o valor mínimo estipulado pago é setenta reais. Dentro dessas variáveis estão:

- Benefício Variável de 0 a 15 anos: R\$ 32,00: Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade. Benefício Variável à Gestante (BVG): R\$ 32,00: Concedido às famílias do PBF que tenham gestantes em sua composição. Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. A identificação da gravidez, necessária para a concessão do BVG às famílias do PBF, é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde e no Sistema de Condicionalidades. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
- Benefício Variável à Nutriz (BVN): R\$ 32,00: Concedido às famílias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. Os benefícios variáveis acima descritos são limitados a 5 (cinco) por família, mas todos os seus integrantes devem ser registrados no Cadastro Único.
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): R\$ 38,00: Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família. O BVJ continua sendo pago regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente.
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP): calculado caso a caso transferido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O BSP independe da composição familiar. (BRASIL,

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
2013c, p.s/p)

Estas variáveis financeiras são estabelecidas conforme as particularidades socioeconômicas de cada família, isto é definido pelas respostas do questionário do CadÚnico. Com isso, temos no quadro 9, o número de famílias beneficiadas, conforme cada faixa de renda em Ponta Grossa, até Junho de 2015 os seguintes dados:

QUADRO 9-TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS POR FAIXA DE RENDA

Variáveis de renda	Nº de famílias	Mês de pagamento
Total de famílias cadastradas	28.589	06/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	6.674	06/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	6.634	06/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário-mínimo	10.644	06/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo	4.637	06/2015

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no município de Ponta Grossa, 2015

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Agora no quadro 10, temos o total financeiro pago as famílias em Ponta Grossa, e os dados dos pagamentos realizado a cada variável citada anteriormente até o mês de agosto de 2015:

QUADRO 10-TOTAL DE PAGAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS DO PBF EM PONTA GROSSA-PR

Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias	1.664.123,00	08/2015
Tipo de Benefícios		
Benefício Básico	7.778	08/2015
Benefícios Variáveis	20.811	08/2015
Benefício Variável Jovem - BVJ	2.608	08/2015
Benefício Variável Nutriz - BVN	289	08/2015
Benefício Variável Gestante - BVG	1.269	08/2015
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	2.041	08/2015

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no município de Ponta Grossa, 2015

Organização: HAVRECHAKI, C.F.(2015)

Em relação as exigências/condicionalidades do PBF, relacionadas a saúde em Ponta Grossa, o município assiste 9.507 famílias que possuem em sua constituição familiar, crianças entre 0 à 7 anos e mulheres entre 14 à 44 anos. Outros números relevantes para esta análise, são os dados das famílias em

descumprimento das condicionalidades, referentes a frequência escolar do PBF em Ponta Grossa. A seguir, temos o quadro 11 trazendo estas informações:

QUADRO 11-CUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES REFERENTES A FREQUÊNCIA ESCOLAR EM PONTA GROSSA ATÉ MAIO DE 2015

Público alvo	Em cumprimento	% em relação ao número do total de assistidos	total
6 à 15 anos	12.363	97,0%	12.745
16 e 17 anos	1.603	78,0%	2.056

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no município de Ponta Grossa, 2015
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Conforme os dados do quadro anterior, notamos que o cumprimento das condicionalidades em Ponta Grossa, é quase que 100% eficaz em relação ao ensino fundamental. Porém, notamos um problema quando analisamos os números dos adolescentes em idade relativa ao ensino médio. Este número é 19% menor que o primeiro dado, representando apenas 78% dos assistidos pelo programa, ou seja, temos 453 adolescentes relativamente fora da escola e com o risco de suas famílias perderem o benefício do PBF.

Estes dados deixam claro que temos em Ponta Grossa um problema em relação as famílias pobres que possuem dependentes em idade escolar relativa ao ensino médio. O programa não consegue atingir com totalidade essa parcela populacional, em relação a esses dados de todo o município, dependeremos de uma análise maior para saber o real motivo.

Em nosso próximo capítulo analisaremos a situação das famílias em descumprimento das condicionalidades que residem na área de abrangência do CRAS Cará-Cará. São 132 famílias e 169 adolescentes, entre o período de março de 2013 a maio de 2015, segundo dados do cadastro geral do próprio CRAS, que se encontram nesta situação, representando 37,31% dos dados totais do município. Mesmo assistindo uma quantidade de Vilas maior que boa parte dos outros CRAS, este número é bem significativo, se pensarmos que a cidade conta com nove unidades e em apenas uma área de abrangência se tenha quase 40% dos adolescentes relativamente fora da escola e com suas famílias correndo o risco de perder o benefício.(SMAS, CRAS CARÁ-CARA-2015)

A conexão entre o tópico anterior, este e o quarto capítulo, acontece quando a grande maioria dos beneficiários do PBF estão no perímetro urbano de Ponta

Grossa e como dito no tópico anterior, sobre a PROLAR, a população mais carente acabou sendo empurrada aos núcleos populares mais distantes da cidade, muitas vezes sem os equipamentos urbanos suficientes, como escolas, postos de saúde ou o próprio CRAS. As famílias que ainda estão esperando para serem realocadas pelas ações de moradia do município se encontram, na maioria dos casos, em áreas de degradação urbana também sem infraestrutura. Logo, essa parcela populacional está sendo privada de viver dignamente a cidade, seus encontros, conflitos e trocas, ou seja, existe uma negação da cidade a estas pessoas.

A grande maioria das famílias assistidas pelo MDS e pelo PBF, são pessoas espacialmente segregadas na cidade, os dados deste tópico mostram que 22% dos adolescentes assistidos pelo PBF não estão conseguindo cumprir as condicionalidades, pensando em Ponta Grossa como um todo, podemos dizer que a segregação urbana é um dos fatores determinantes para o agravamento deste problema. Se não existe escola que ofereça o Ensino Médio nestas periferias, como um adolescente que vive abaixo da linha da pobreza vai se deslocar até o centro para poder concluir esta faixa educacional, cumprindo assim as condicionalidades do Programa?

No próximo capítulo, analisaremos de forma mais aprofundada, a partir de dados empíricos, a situação dos 169 adolescentes que se encontravam em descumprimento das condicionalidades, entre o período de março de 2013 a maio de 2015, na área de abrangência do CRAS Cará-Cará, órgão que assiste a região Sul do município de Ponta Grossa-PR.

CAPÍTULO IV

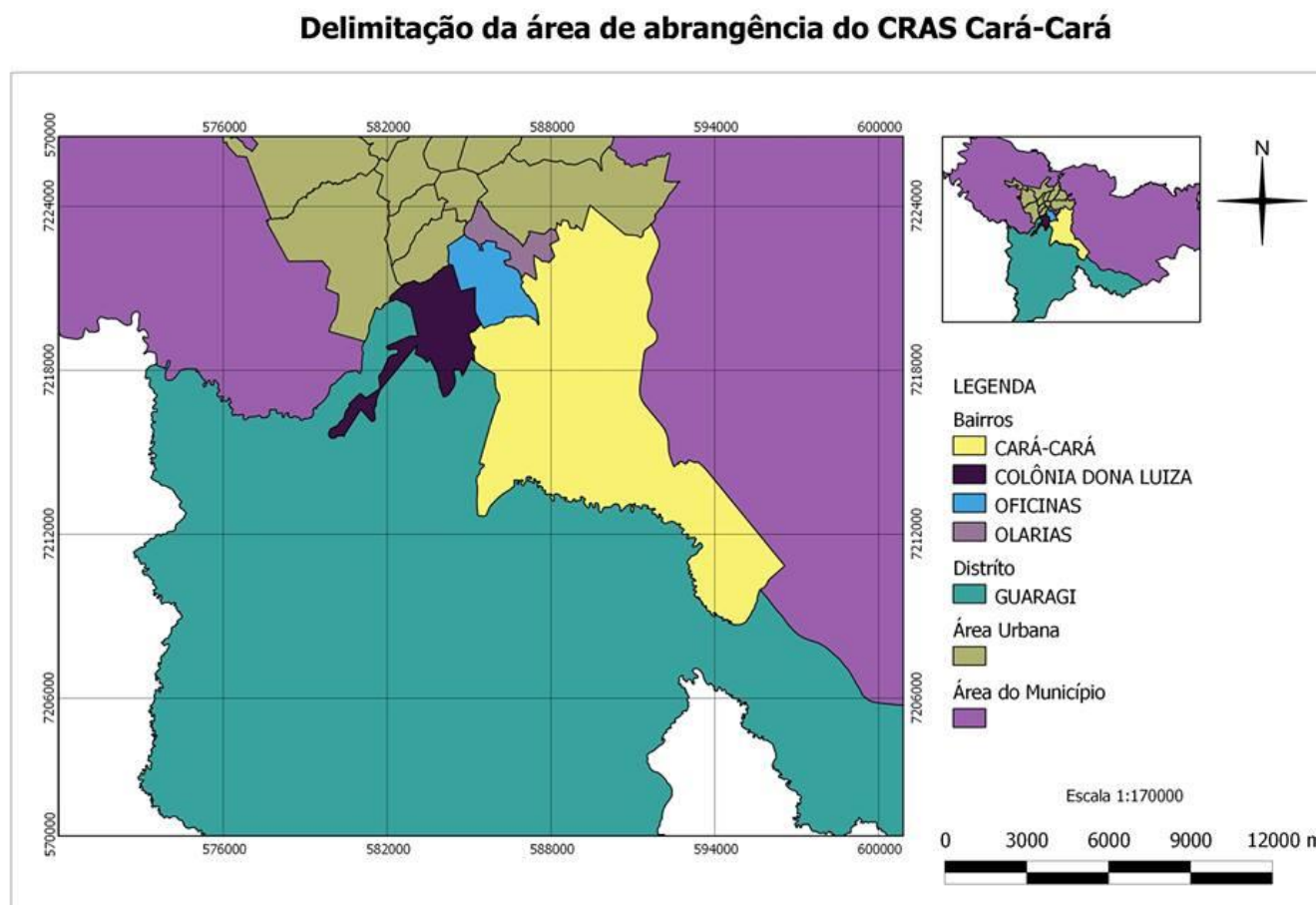
CRAS CARÁ-CARÁ: famílias negligentes/negligenciadas e os resultados do campo

Neste capítulo, apresentaremos aspectos descritivos de nossos recortes temático e espacial. O capítulo, como os anteriores, se divide em três tópicos. O primeiro, denominado “CRAS Unidade Cará-Cará: Números e informações”, descrevemos as ações do CRAS unidade Cará-Cará, sua área de abrangência, número de famílias assistidas até maio de 2015 e a questão das condicionalidades aplicada nesta unidade em que realizamos nossa pesquisa. No segundo tópico, chamado “Perfil Socioeconômico e espacial das 132 famílias” descrevemos a situação socioeconômica dessas 132 famílias que estavam ameaçadas de perder o benefício do PBF durante o período estudado. No último tópico, o mais importante deste capítulo, intitulado “Famílias: “Para se manterem estudando se faz necessário o direito à cidade!””, mostraremos os resultados do campo onde conseguimos localizar 82 famílias e 142 adolescentes, números que representam 62,1% e 84%, respectivamente, do total de pessoas existentes em nossos recortes temático e espacial. Foi aplicado um questionário contendo indagações voltadas a toda a família, referentes ao Programa Bolsa Família e suas condicionalidades e questões voltadas ao acesso aos equipamentos urbanos existentes, ou não, nos Bairros/Vilas em que estas famílias residem. Além disto, o questionário ainda contava com indagações direcionadas aos adolescentes, relacionadas principalmente a evasão escolar e sua perspectiva em relação a continuação ou conclusão dos estudos. O questionário completo aplicado encontra-se em anexo.

4.1-CRAS Unidade Cará-Cará: Números e informações

O CRAS Unidade Cará-Cará, é responsável por uma área de abrangência que hoje assiste 37 Bairros/Vilas, incluindo locais, tanto no perímetro urbano quanto no rural, porém todos localizados na região Sul do município de Ponta Grossa-PR. Nas figuras 6, 7 e 8, ilustradas a seguir, temos as representações espaciais destes locais:

FIGURA 6- ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ EM RELAÇÃO AO PERIMETRO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA



Projeção Universal de Mercator, DATUM Horizontal, SIRGAS 2000 22S

Fonte: Ponta Grossa. Disponível em: <http://geo.pg.pr.gov.br/porta/WEBGIS_SIT>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2016.

Organização:

DEUS,

E.

(2016).

FIGURA 7- BAIRROS/VILAS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO DE PONTA GORSSA-PR

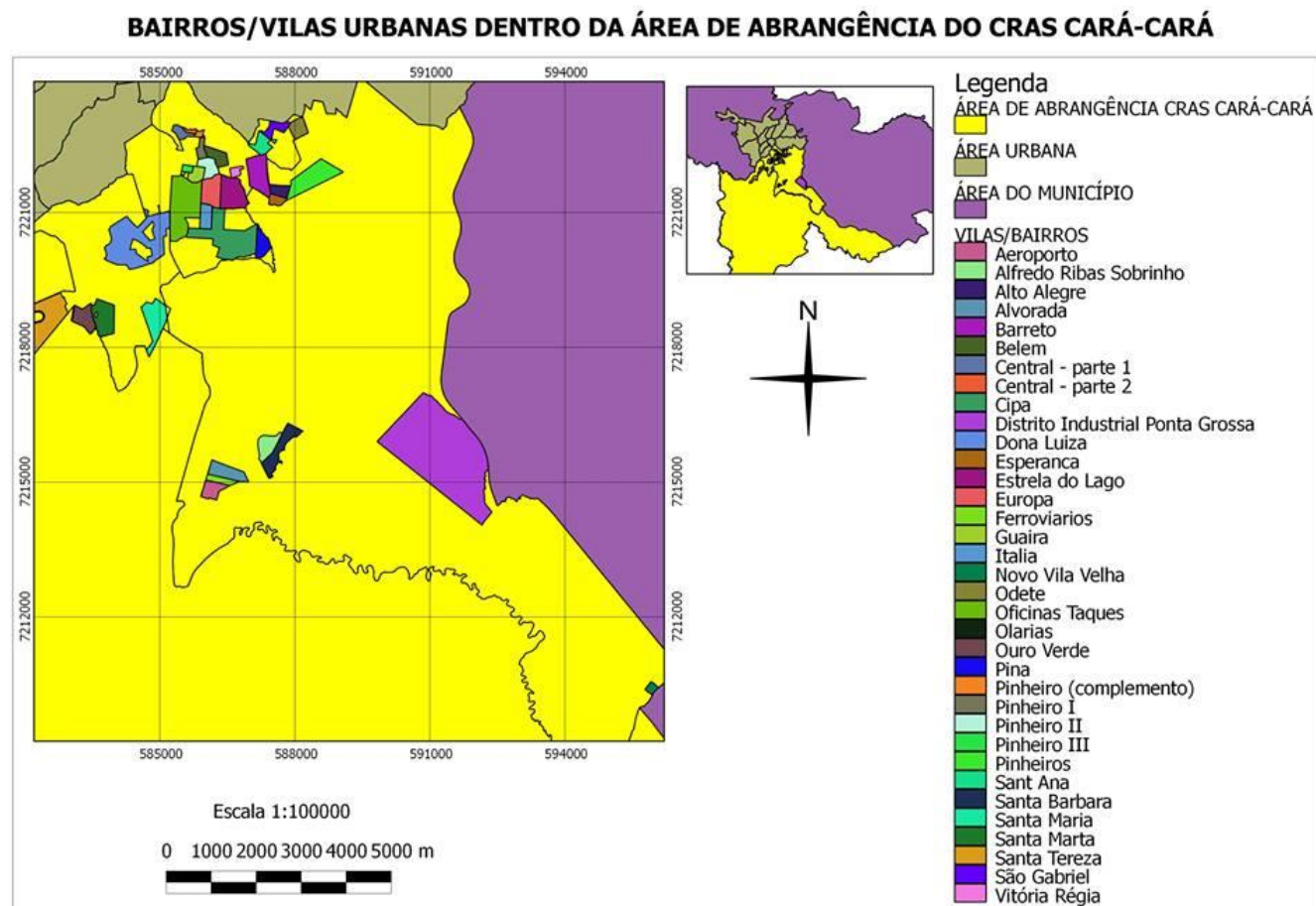
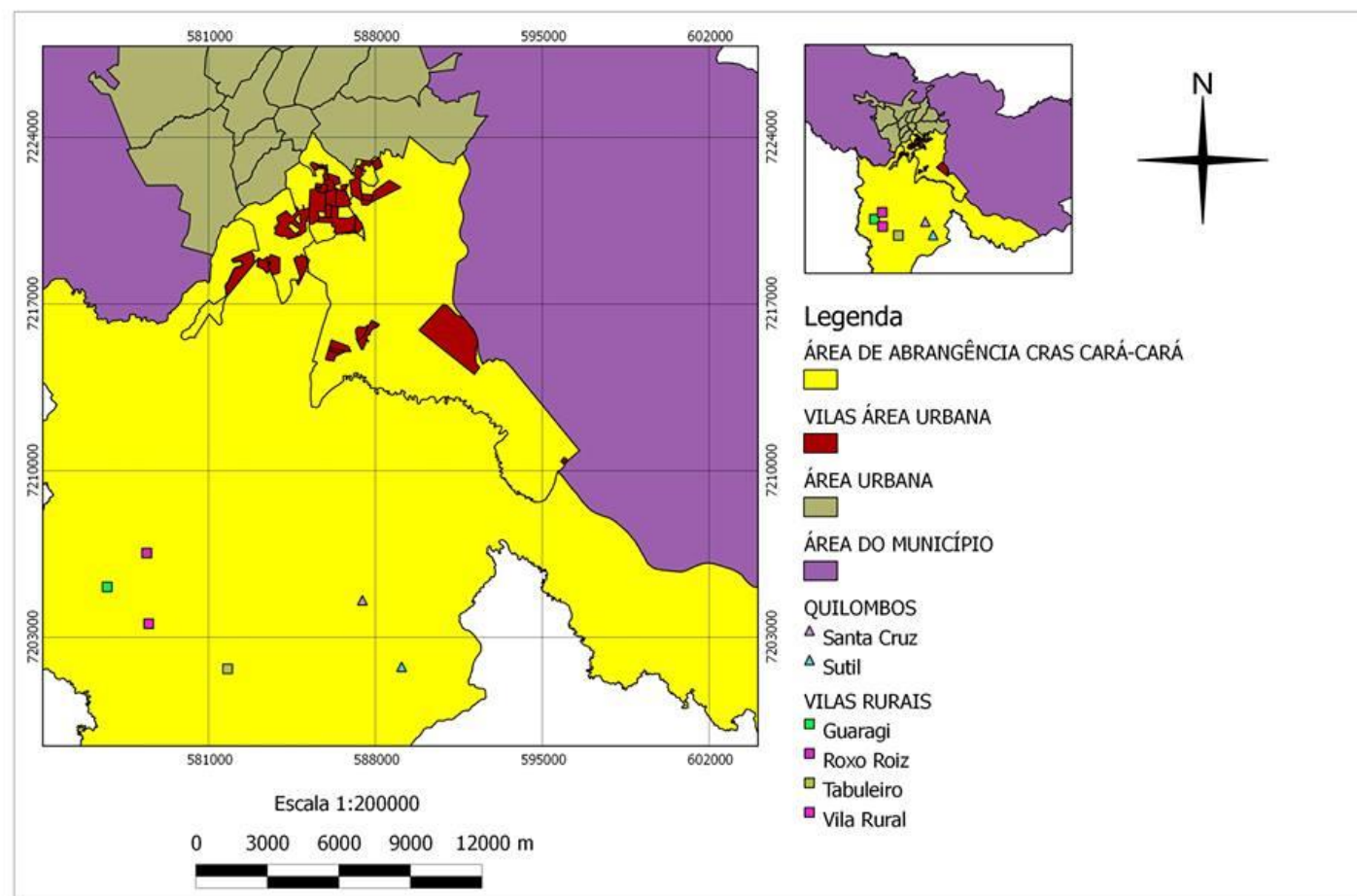


FIGURA 8- BAIRROS/VILAS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ LOCALIZADOS NO PERÍMETRO RURAL DE PONTA GORSSA-PR

BAIRROS/VILAS ATENDIDAS NO PERÍMETRO RURAL DENTRO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ



Fonte: Ponta Grossa. Disponível em: <http://geo.pg.pr.gov.br/porta/WEBGIS_SIT>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2016.
Organização: DEUS, E. (2016).

A unidade contava, no período entre março de 2013 a maio de 2015, período este, que se enquadra a presente análise, com nove profissionais. Sendo duas assistentes sociais, uma delas a coordenadora da unidade, um psicólogo, um assistente administrativo, um educador social, uma cozinheira/auxiliar de serviços gerais e três estagiários.

A sede física deste CRAS estava localizada na Vila Jardim Europa, esta sede não foi implementada conforme uma análise socioespacial da área de abrangência, ela não está no centro e nem perto das áreas mais necessitadas das políticas do MDS. A sede foi instalada no local, conforme disponibilidade da prefeitura em pagar o aluguel deste imóvel (SMAS, 2014).

As atividades do CRAS se dividem em visitas domiciliares e atendimentos na própria sede física. São realizados o preenchimento do questionário socioeconômico do CadÚnico, acompanhamento psicossocial em grupos, atividades de contra turno escolar para os menores, cadastro para o Pronatec (este programa faz parte das ações do MDS e é destinado a capacitação técnica para o mercado de trabalho), também são realizadas atividades do grupo de mulheres como parte integrante do cumprimento das condicionalidades.

No quadro 12 temos os números gerais de beneficiários do MDS assistidos pelo Crás Cará-Cará no período de nosso recorte espacial:

QUADRO 12-NÚMERO GERAIS DE ATENDIMENTOS DO CRAS CARÁ-CARÁ ENTRE MARÇO DE 2013 A MAIO DE 2015

Nº total de famílias no CadÚnico	Nº total de pessoas no CadÚnico	Nº total de famílias recebendo PBF	Nº total de pessoas recebendo BPC	Nº total de famílias em descumprimento das condicionalidades	Nº total de pessoas em descumprimento das condicionalidades	Período
1250 famílias	6543 pessoas	754 famílias	131 pessoas	132 famílias	169 pessoas	03/2015 a 05/2015

Fonte: Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015.
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Analisando os números gerais da unidade vale ressaltar que a quantidade de beneficiários é bem significativa, se levarmos em conta que a equipe conta com apenas nove profissionais e uma área de abrangência extremamente vasta e espraiada.

Outra informação interessante à análise, é que todas as famílias que se encontravam em descumprimento das condicionalidades segundo o MDS, o motivo é o mesmo: Evasão escolar, outra fato comum é que os 169 menores se

encontravam na faixa etária entre 15 à 17 anos, colaborando significativamente para o número municipal de 22% de “inadimplentes” em relação ao descumprimento das condicionalidades. Dentro destas 754 famílias que estavam recebendo neste período, estão cadastrados 432 adolescentes incluindo o número que corria o risco de cancelamento do PBF devido a evasão escolar. Analisando o quadro 13, temos o quanto os números do CRAS Cará-Cará são significativos em relação aos dados gerais municipais, no que diz respeito a evasão escolar e as condicionalidades do PBF:

QUADRO 13-RELAÇÃO DOS DADOS GERAIS DA EVASÃO ESCOLAR ENTRE O CRAS CARÁ-CARÁ E OS NÚMEROS DO MUNICÍPIO

	Número total de adolescentes	Descumprimento	% em relação ao número do total do CRAS	Nº Gerais Municipais	% em relação ao número do total do Município
CRAS Cará-Cará	432 pessoas	169 pessoas	39%	22%	37,3%

Fonte: Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015.
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

Esses dados são bem relevantes, levando em conta que apenas uma área de abrangência é responsável por quase 40% dos casos de descumprimento das condicionalidades por evasão escolar no município. Além disto, os números também alertam que praticamente 40 % dos adolescentes que são assistidos pelo PBF, nesta área de abrangência, estavam relativamente fora da escola e corriam o risco de perder a assistência direta de renda.

Analisando o quadro 14, temos uma constatação interessante em relação as escolas existentes na área de abrangência da unidade estudada, a um número considerável de escolas dentro deste perímetro:

QUADRO 14-NÚMERO DE ESCOLAS E NUMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO EXISTENTES NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ

Nome da escola	Vila/Bairro	Nº/ matrículas E M e EJA
BENTO MOSSURUNGA, C E MTO-EFM	Jardim Europa	95
CEEBJA PROF ODAIR PASQUALINI-EF M	Santa Maria	80
CENTRO EST EDUC PROFIS DE PONTA GROSSA	Colônia Dona Luíza	1071*

COLARES, C E PROF-EF M	Oficinas	316
COLONIA DONA LUIZA, C E-EM	Colônia Dona Luíza	281
JOSE ELIAS DA ROCHA, C E-EF M	Olarias	144
MUNHOZ DA ROCHA, DR-EF M	Guaragi	84
SANTA MARIA, C E-EF M	Santa Maria	111
Total	-	2182

Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná(SEED), <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>, acesso em 10 de Setembro de 2015

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

*O centro Estadual Educacional Profissionalizante de Ponta Grossa é destinado a cursos técnicos acoplados ao ensino médio, por isso oferece um número de vagas consideravelmente maior que as demais escolas, além disto estas vagas também são destinadas a adultos que já concluíram o ensino médio.

Mesmo com um índice relativamente alto comparado ao número geral do município, no que diz respeito a evasão escolar e o cumprimento das condicionalidades, esta área de abrangência possui oito escolas e quase 2200 matrículas no Ensino Médio. Com isso, nos próximos tópicos deste capítulo, destacaremos, conforme as respostas do campo, os motivos desta evasão escolar.

Abaixo, o quadro 15 expõe tanto a quantidade geral de matrículas, quanto o número de matrículas dos indivíduos assistidos pelo PBF. Estes dados equivalem aos adolescentes em idade escolar correspondente ao Ensino Médio matriculados nas escolas da área de abrangência do CRAS Cará-Cará. O gráfico 1 ilustra a parcela representante dos adolescentes que se encontravam em descumprimento das condicionalidades durante o período estudado por nossa pesquisa:

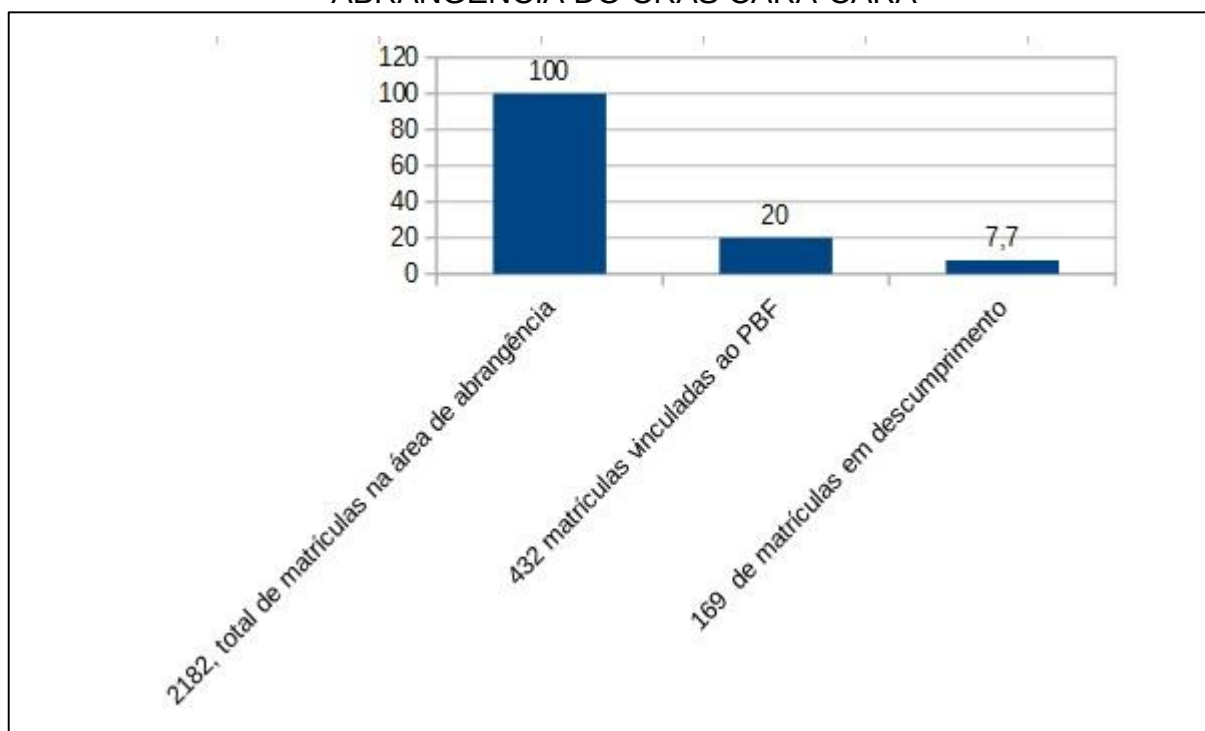
**QUADRO 15-NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ASSISTIDOS PELO PBF EM
RELAÇÃO AOS DADOS GERAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Nº Total de matrículas/área de abrangência	Nº Total de matrículas no PBF	Nº de matrículas em descumprimento
2182	432	169

Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná(SEED), <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>, acesso em 10 de Setembro de 2015 e Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

GRÁFICO 1-PARCELAS DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO
CORRESPONDENTES AOS BENEFICIÁRIOS DO PBF EXISTENTES NA ÁREA DE
ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ



Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná(SEED), <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>, acesso em 10 de Setembro de 2015 e Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

Analisando os dados a cima, notamos que 20% dos alunos matriculados nas escolas, existentes na área de abrangência estudada, são beneficiários do PBF. Esta parcela pode ser ainda maior, se considerarmos que o CEEPP possui ensino profissionalizante e não oferece apenas vagas à adolescentes em idade escolar, mas também a adultos que já concluíram o ensino médio.

No tópico seguinte descreveremos o perfil socioeconômico, segundo as informações do CadÚnico, das 132 famílias que se encontravam ameaçadas do cancelamento do PBF, devido a evasão escolar dos 169 adolescentes, durante o período estudado.

4.2 Perfil Socioeconômico e espacial das 132 famílias

O PBF trabalha com uma gestão descentralizada, utilizando o CadÚnico como base de dados das informações sobre as famílias assistidas. O cadastro único tem validade de dois anos. Os CRAS devem manter o acompanhamento a estas famílias, e as mesmas devem, além de cumprir as condicionalidades, citadas nos capítulos anteriores, tem a obrigação de manter o cadastro atualizado.

No período entre Março de 2013 a Maio de 2015 existiam no cadastro único do CRAS Cará-Cará 132 famílias ameaçadas de perder o benefício do PBF, devido a evasão escolar, como citado anteriormente, todos em idade escolar correspondente ao Ensino Médio.

Usaremos as informações do CadÚnico, registradas na base de dados do CRAS Cará-Cará, para analisar três pontos que são fundamentais a presente pesquisa, são eles: 1-Faixa de renda; 2-Número de dependentes; 3-Vila/bairro de moradia.

Para expor o primeiro ponto, utilizamos a própria classificação do MDS, que divide as famílias beneficiárias em quatro faixas de renda. Seguem os dados no quadro 16:

QUADRO 16- CLASSIFICAÇÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES

Variáveis de renda	Nº de famílias
Linha de renda 1: Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	73
Linha de renda 2: Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	34
Linha de renda 3: Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário-mínimo	16
Linha de renda 4: Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo	9
Total de famílias cadastradas em descumprimento	132

Dados correspondentes à área de abrangência do CRAS Unidade Cará-Cará, no período entre Março de 2013 a Março de 2015.

Fonte: Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015.

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2015)

No quadro 17, temos os dados que dizem respeito ao número de dependentes em idade escolar e a que faixa de ensino esses menores pertencem:

QUADRO 17-NÚMERO DE DEPENDENTES EM IDADE ESCOLAR

Nº de dependentes	Nº de famílias	Ensino Médio	Ensino Fundamental
1 dependente	23	15	8
2 dependentes	34	51	17
3 dependentes	38	30	46
4 ou mais dependentes	37	73	75
Total	132	169	146

Fonte: Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015.

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2015)

Segundo o quadro anterior, as 132 famílias tinham, no período do recorte temporal desta pesquisa, 315 dependentes em idade escolar, ou seja, entre 7 a 17 anos, apresentando uma média geral de dois dependentes por família.

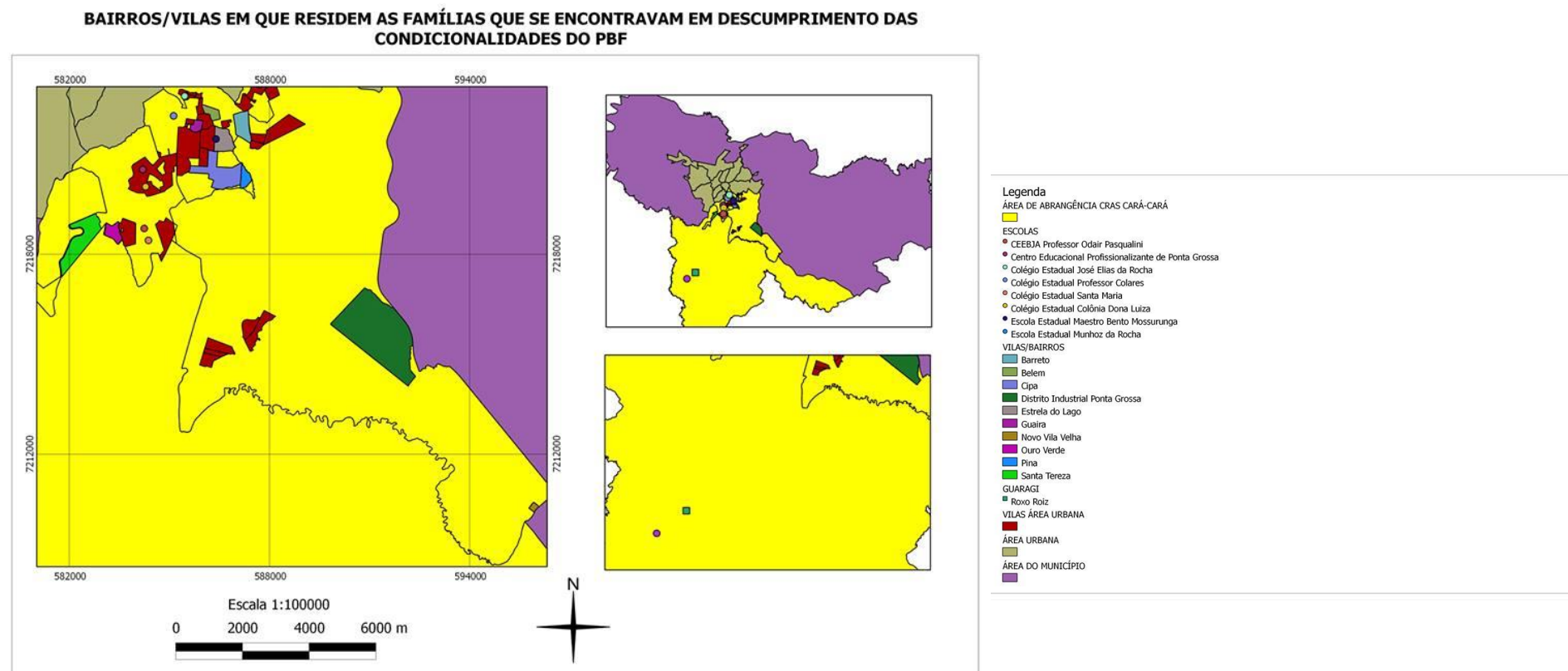
O quadro 18 e a figura 9 são de grande relevância para nossa análise, já que ilustram o local da moradia das famílias “inadimplentes” e quais as escolas que estão localizadas mais próximas a estas pessoas.

QUADRO 18-DISTRIBUIÇÃO DOS LOCAIS DE MORADIAS DAS FAMILIAS QUE SE ENCONTRAVAM EM DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES EM RELAÇÃO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CARÁ-CARÁ

Vilas/Bairros de Moradia	Nº de famílias	Escola mais próxima	Vilas/Bairros das escolas
Distrito Industrial	15	COLARES, C E PROF-EF M	Oficinas
Cipa	22	BENTO MOSSURUNGA, C E MTO-EFM	Jardim Europa
Pina	35	BENTO MOSSURUNGA, C E MTO-EFM	Jardim Europa
Roxo Róis	7	MUNHOZ DA ROCHA, DR-EF M	Guaragi
Vila Belém	8	BENTO MOSSURUNGA, C E MTO-EFM	Jardim Europa
Chácaras Santa Tereza	4	SANTA MARIA, C E-EF M	Santa Maria
Ouro Verde	12	SANTA MARIA, C E-EF M	Santa Maria
Jardim Barreto	9	JOSE ELIAS DA ROCHA, C E-EF M	Olarias
Vila Velha(Vila Jamil)	1	COLARES, C E PROF-EF M	Oficinas
Guaira	6	COLARES, C E PROF-EF M	Oficinas
Estrela do Lago	13	BENTO MOSSURUNGA, C E MTO-EFM	Jardim Europa
Total:	132	-	-

Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná(SEED), <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>, acesso em 10 de Setembro de 2015 e Cadastro de Registro do CRAS Unidade Cará-Cará, pesquisa realizada em 26/06/2015
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2015)

FIGURA 9-ESCOLAS MAIS PRÓXIMAS AOS BAIRROS/VILAS EM QUE RESIDEM AS FAMÍLIAS QUE SE ENCONTRAVAM EM DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PBF



Fonte: Ponta Grossa. Disponível em: <http://geo.pg.pr.gov.br/porta/WEBGIS_SIT>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2016.
Organização: DEUS, E. (2016).

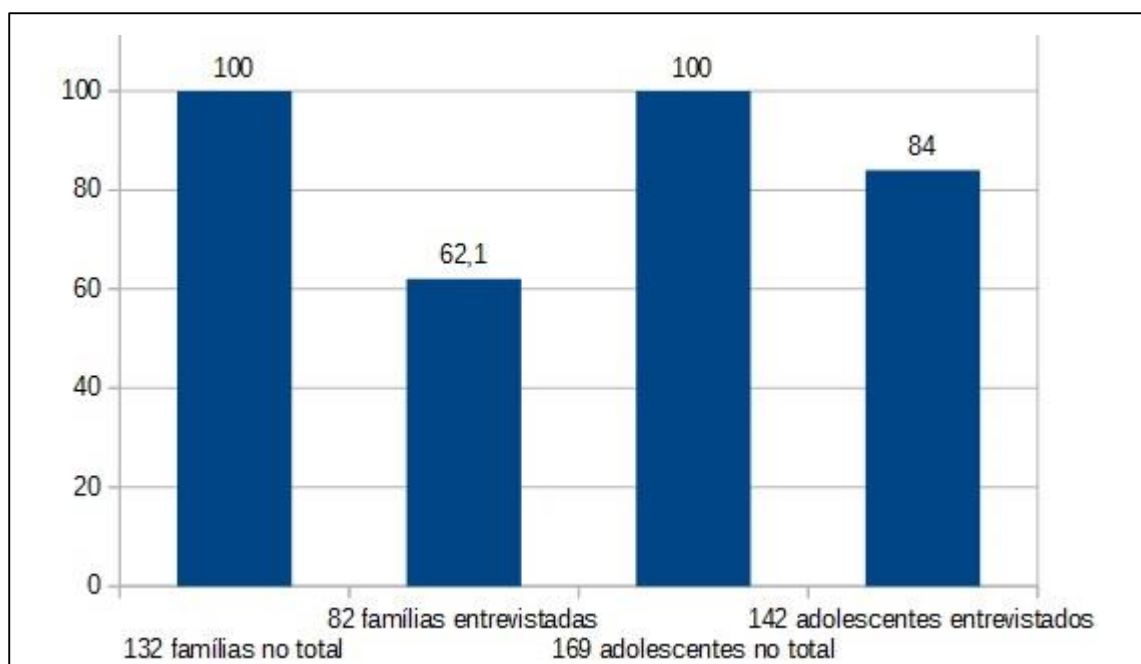
Uma informação presente no quadro 18 e na figura anterior, é a inexistência de escolas com oferta do Ensino Médio em nenhuma dos Bairros/Vilas em que residem as 132 famílias estudadas. Além disto, as duas vilas com maior número de famílias residentes, Vila Pina e Vila Cipa, tem a escola Bento Mossurunga como centro de ensino mais próximo. Fazendo uma conexão com o quadro 14, notamos que esta escola tem uma das menores ofertas de vagas destinadas ao ensino médio, com “apenas” 95 matrículas.

Observando esses números, temos nitidamente uma deficiência de infraestrutura urbana nesta área, ou seja, se não temos escolas nos Bairros/Vilas em que residem estas 132 famílias, a dificuldade no cumprimento das condicionalidades do PBF é muito maior. Além disso, se a escola mais próxima das vilas com maior número de “inadimplentes” tem uma das menores ofertas de vagas, isto se torna outro agravante nesta dificuldade de manutenção das exigências do programa.

4.3-Famílias: “Para se manterem estudando se faz necessário o direito à cidade!”

Tendo afinidade com a equipe responsável por gerir o CRAS Cará-Cará, em Junho de 2015 realizamos um acompanhamento junto a mesma. As atividades se destinaram na localização e advertência das 132 famílias que se encontravam em descumprimento das condicionalidades do PBF, citadas no tópico anterior. Conseguimos encontrar 82 destas famílias para a aplicação do questionário, a quantidade de adolescentes chegou ainda mais perto, dos 169 que se encontravam em situação de evasão escolar, entrevistamos 142 menores.

GRÁFICO 2-TOTAL DE FAMÍLIAS E ADOLESCENTES E TOTAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS



*valores expressos em porcentagem(%)
Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

Os questionamentos se dividem em duas etapas. A primeira, destinada a toda a família, relacionada a importância do PBF no orçamento familiar, além da representatividade de suas condicionalidades. Esta etapa ainda traz indagações sobre o acesso aos equipamentos urbanos existentes, ou não, nos Bairros/Vilas em que estas famílias vivem.

O cumprimento das condicionalidades e a existência de infraestrutura urbana nesses locais, pelo menos escolas, vagas nas escolas e creches, estão intimamente ligados, já que uma família que se enquadra no perfil socioeconômico do PBF tem grandes dificuldades em destinar parte do orçamento familiar a mobilidade urbana ou pagar a um(a) profissional que cuide dos filhos menores.

A segunda etapa do questionário é destinada aos adolescentes, suas dificuldades em se manter estudando, consequentemente manter sua família adequada ao recebimento do PBF.

4.3.1-Primeira etapa: Equipamentos urbanos e condicionalidades, uma íntima relação.

Observando o quadro 19 nos ambientamos com os números gerais existentes nos questionários aplicados, em relação as famílias residentes em cada Bairro/Vila estudados:

QUADRO 19-NÚMERO DE FAMÍLIAS E ADOLESCENTES EM CADA VILA ASSISTIDA:

Vilas	Nº famílias	1 dpt E. M.*	2 dpts E. M.	3 dpts E. M.	4 dpts E. M.	Total de adolcts p/ vila
Pina	15	9	8	6	-	23
Cipa	13	9	4	-	8	21
Guaíra	6	5	2	-	-	7
Jamil	1	1	-	-	-	1
Estrela do Lago	7	2	6	3	4	15
Santa Tereza	4	1	-	3	8	12
Barreto	7	3	6	3	-	12
Belém	5	1	6	3	-	10
Ouro Verde	9	3	8	3	4	18
Industrial	10	8	2	3	-	13
Roxo Roiz	5	2	4	-	4	10
Total	82	44	46	24	28	142

* N° de dependentes na faixa etária correspondente ao Ensino Médio
Organização: HAVRECHAKI, C. F.(2016)

Percebemos nos dados anteriores, que as Vilas Cipa e Pina se destacam em relação ao número de famílias e adolescentes. Como citado outrora, essas duas Vilas tem como estabelecimento de Ensino que oferece o Nível Médio mais próximo, a escola Bento Mossurunga, contudo, como também citado anteriormente, é o estabelecimento que menos vagas neste nível de ensino disponibiliza.

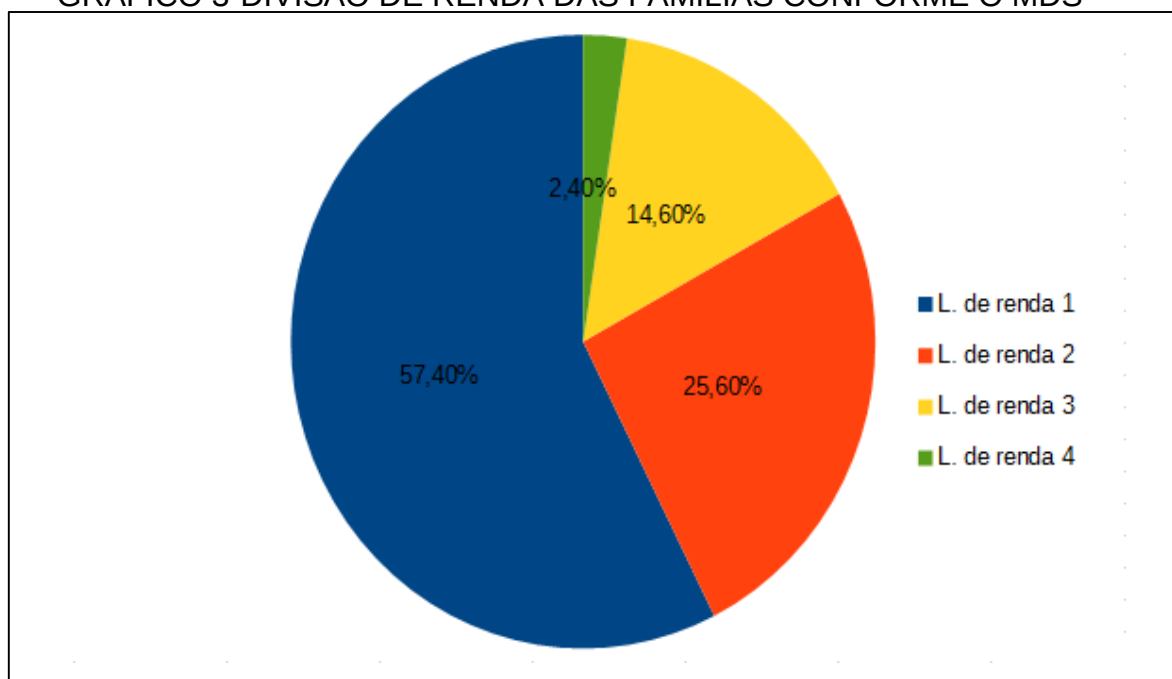
Nos quadros e gráficos seguintes apresentamos a divisão familiar econômica conforme as linhas de renda designadas pelo MDS expostas no quadro 16 e também o papel do PBF no orçamento familiar segundo os próprios entrevistados:

QUADRO 20-LINHA DE RENDA DAS FAMÍLIAS ASSISTIDAS CONFORME CADA VILA

Vilas	Nº famílias	L. de renda 1	L. de renda 2	L. de renda 3	L. de renda 4
Pina	15	13	2	-	-
Cipa	13	9	2	2	
Guaíra	6	4	1	1	-
Jamil	1	-	-	1	-
Estrela do Lago	7	5	1	1	-
Santa Tereza	4	2	1	1	-
Barreto	7	4	2	1	-
Belém	5	3	1	1	-
Ouro Verde	9	4	3	1	1
Industrial	10	1	7	2	-
Roxo Roiz	5	2	1	1	1
Total	82	47	21	12	2

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

GRÁFICO 3-DIVISÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS CONFORME O MDS



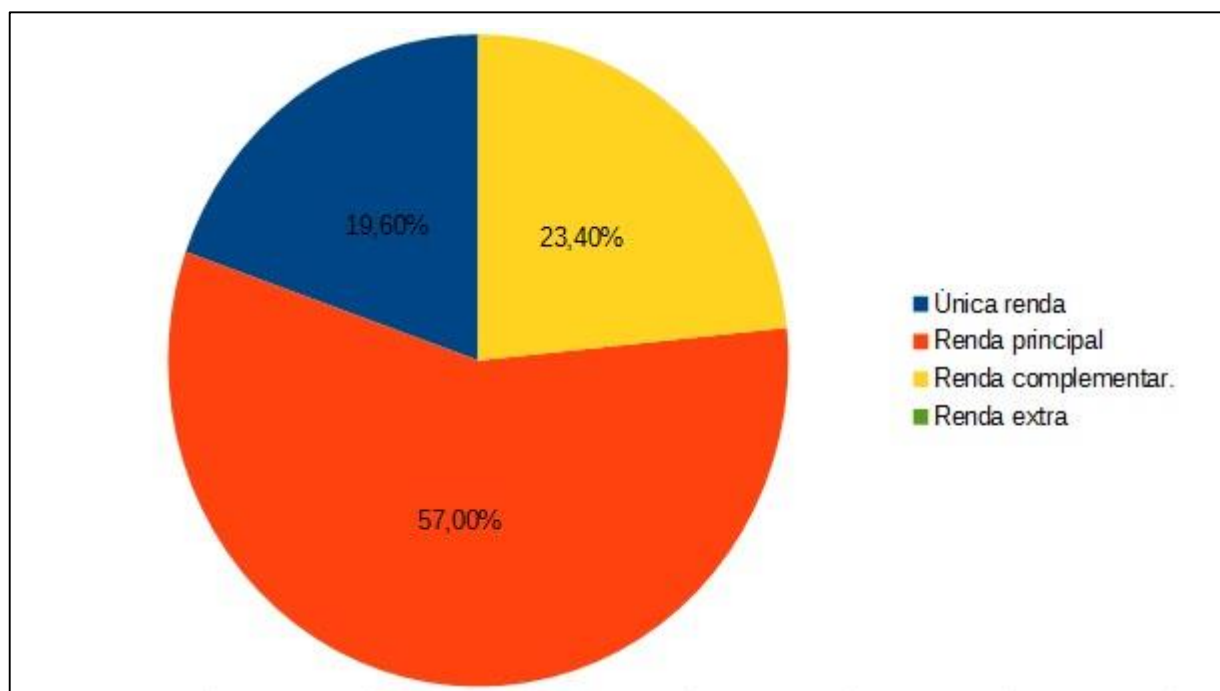
Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

QUADRO 21- PAPEL DO BENEFÍCIO DO BOLSA FAMÍLIA NO ORÇAMENTO FAMILIAR

Vilas	Nº famílias	Única renda	Renda principal	Renda complementar.	Renda extra
Pina	15	7	8	-	-
Cipa	13	3	7	3	-
Guaíra	6	2	3	1	-
Jamil	1	-	-	1	-
Estrela do Lago	7	1	5	1	-
Santa Tereza	4	1	1	2	-
Barreto	7	-	6	1	-
Belém	5	-	3	2	-
Ouro Verde	9	-	7	2	-
Industrial	10	2	5	3	-
Roxo Roiz	5	-	2	3	-
Total	82	16	47	19	0

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

GRÁFICO 4-PAPEL DO BENEFÍCIO DO BOLSA FAMÍLIA NO ORÇAMENTO FAMILIAR



Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

A grande maioria das famílias, 83% delas, para ser mais preciso, se enquadram nas linhas de renda mais baixas do MDS, ou seja, famílias que dispõe de um orçamento mensal de até 154 reais per capita. Em relação ao papel econômico que o PBF ocupa na vida dessas pessoas, o gráfico 2 deixa claro, que para 76,6% delas, este benefício é protagonista, já que o declararam como única ou a principal renda familiar.

Assim o quadro econômico geral destas famílias se apresenta como crítico, tornando o recebimento do benefício, fundamental para uma vida com o mínimo de dignidade e cidadania. Contudo, a manutenção da frequência escolar, consequentemente das condicionalidades do PBF, é um obstáculo para estas famílias residentes nesta área. Os dados dos três últimos quadros nos mostram isso.

Pensando que a grande maioria destas famílias é pobre ou extremamente pobre, a não existência de estabelecimentos de ensino ou vagas no Ensino Médio, próximas a estes Bairros/Vilas os força a usar parte do orçamento familiar com transporte, que apesar de público, não é gratuito, além disto temos uma boa parcela destas famílias com três ou quatro dependentes, precisando deslocar-se de seu bairro de origem em busca de outra escola que lhe ofereça o Ensino Médio. Ou ainda, uma ação mais danosa, porém, para estas pessoas, mais óbvia, abandonar os estudos.

Essa dificuldade de acesso aos equipamentos de infraestrutura urbana, mais precisamente o acesso à educação, acaba criando uma espécie de ‘prisão’ espacial urbana, como coloca Peet (1982):

(...) cujos limites ficam fixados pelas fricções físicas de distância e pela fricção sócioespacial de classe e raça. Cada grupo de idade, classe social, grupo social e sexo tem um “prisma” diário de diferente tamanho onde se movimenta. Para a classe inferior e mais discriminada, o prisma se converte numa prisão, sob o ponto de vista de espaço e recursos (PEET, 1982, p.263).

Esse cerceamento citado pelo autor acima, no caso destas famílias, deixa de ser “apenas” socioespacial e passa a ser também econômico e, principalmente, no caso dos adolescentes, intelectual. Economicamente, caso ocorresse o cancelamento do PBF, existiriam quase 80% destas famílias sem sua fonte de renda mais importante, acarretando em níveis de miséria e fome extremamente agravados.

Em relação aos menores, concordamos com Brandão(2002, p.13), “a

educação é essencial e insubstituível. Dentre todas as práticas culturais da vida humana e da experiência de sociedade como a nossa, dificilmente alguma outra será tão insubstituível quanto à educação”. Com isso, privando-os de frequentar a escola, devido a falta de infraestrutura urbana nestas áreas, seu desenvolvimento intelectual estagna, deixando ainda mais difícil uma futura ascensão social.

As condicionalidades devem ser encaradas como ações de contrapartida positivas para o recebimento do benefício, afinal elas tem a finalidade de fazer o acompanhamento familiar, seja ele em relação a educação das crianças e adolescentes ou nutricional no caso dos menores até quatro anos de idade. (SMAS, 2015)

Em nossa área de estudos, as famílias entrevistadas, quando indagadas sobre a importância do cumprimento das condicionalidades, em sua totalidade declararam considerar fundamental a existência e a manutenção das mesmas. Porém, quando questionamos se achavam essencial a obrigatoriedade de seu cumprimento, 10 das 82 famílias foram contrárias a esta ideia. Porém, estas famílias favoráveis ao cumprimento das condicionalidades se tornar facultativo, são moradores das vilas mais distantes em relação as escolas e o centro da cidade. No caso, o Distrito Industrial, Roxo Roiz e Chácara Santa Tereza, como podemos observar na figura 9. Estas três localidades, além da questão da distância, possuem especificidades em suas características urbanas.

O Distrito Industrial, como o próprio nome já diz, tem um cunho espacial voltado a receber o parque industrial da cidade de Ponta Grossa, praticamente não apresenta características de um bairro destinado a moradias, ou seja, é urbanamente “natural” que o acesso aos equipamentos urbanos neste bairro seja muito mais difícil. Esta área, segundo o último plano diretor da cidade, realizado em 2006, não deveria receber moradores, apenas empreendimentos industriais e comerciais.

Estes tipos de empreendimentos são geradores de emprego, se tornam uma alternativa de vida melhor para famílias de baixa renda, como as analisadas na presente pesquisa. Como essas pessoas, em sua maioria, são pobres ou muito pobres é inviável morar distante de seu trabalho, já que gastos com mobilidade

urbana ocupariam um papel importante no orçamento familiar. Com isso, acabam ocupando áreas, muitas vezes irregulares, porém, perto de seus empregos.

Os Moradores do Distrito Industrial de Ponta Grossa, em especial os assistidos pelo PBF optam pela manutenção de sua fonte de renda, morando perto das alternativas de trabalho que o bairro oferece. Com isso, acabam, muitas vezes, por abdicar do acesso aos equipamentos urbanos, entre eles a educação e a saúde.

O cumprimento das condicionalidades, para estas famílias, figura em segundo plano, já que o bairro não oferece infraestrutura necessária para que o mesmo seja feito. Neste caso, a obrigatoriedade do cumprimento se tornar facultativa seria uma alternativa paliativa, porém, facilitaria a vida destas famílias, como citado anteriormente, gastar com transporte não cabe no bolso. Pensando de uma maneira mais imediatista, este tipo de posicionamento é compreensível, já que são pessoas que se encontram em um quadro econômico extremamente crítico.

Em relação as vilas Roxo Roiz e Chácara Santa Tereza, além de estarem localizadas distantes dos estabelecimentos de ensino e do centro da cidade, elas apresentam características urbanas específicas, diferentes tanto do Distrito Industrial como dos demais Bairros/Vilas presentes em nossa pesquisa. Estas duas vilas apresentam um padrão muito mais próximo ao meio rural, são áreas que abrigam, em sua maioria, atividades econômicas voltadas a agricultura, tanto para o agronegócio quanto atividades da agricultura familiar.

As duas vilas ainda se diferenciam entre elas, apesar das duas apresentarem características rurais, a Chácara Santa Tereza se encontra dentro do perímetro urbano do município e tem como sua principal atividade econômica, a agropecuária. Já a Vila Roxo Roiz se encontra na zona rural de Ponta Grossa, próxima ao distrito do Guaragi, localidade que possui grandes latifúndios de soja (BARRETO, 2010).

Dialogando com Silva e Arnt (2008), entendemos que o acesso ao ensino nas zonas rurais brasileiras, de modo geral, é complicado, existe muita demanda e pouca solução:

Quando se considera toda a trajetória e as dificuldades que muitas vezes estes estudantes e docentes da área rural têm em chegar à sala de aula devida à distância da escola de suas residências, transporte inadequado, estradas em condições inapropriadas para locomoção dos veículos fica evidente que existe uma incoerência com que estabelece a Lei nº 9.394, de 1996 que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional no Artigo

3º inciso I que garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Se compararmos a disponibilidade de acesso da população estudantil camponesa e a urbana aos centros de ensino veremos que os educandos da cidade têm maior acessibilidade, pois estão mais próximos da instituição, contam com estradas melhores e transportes em melhor condição de trafegar. Desta forma a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é diferente (SILVA e ARNT, 2008, p.3).

Mais uma vez a questão do deslocamento para se ter acesso aos estabelecimentos de ensino é um claro problema para as famílias estudadas pela nossa pesquisa. Levando em conta as dificuldades enfrentadas, de modo geral, pela classe camponesa em manter seus filhos estudando, considerar o cumprimento das condicionalidades facultativo melhoraria sua qualidade de vida, já que as necessidades básicas precisam ser sanadas de maneira imediata, não se tem muita perspectiva em realizar planejamentos econômicos familiares a médio e longo prazo.

O sub-tópico seguinte traz os dados de infraestrutura dos bairros/vilas, seus pontos positivos e negativos, segundo as 82 famílias entrevistadas para nossa análise.

4.3.1.a- Caracterização dos onze bairros/vilas: pontos positivos e negativos da infraestrutura urbana destas localidades.

Neste momento da análise, nos interessa saber como os próprios moradores avaliam a infraestrutura urbana dos bairros/vilas em que residem. Utilizaremos sete novos indicadores para realizar esta avaliação, todos eles ligados a existência, ou não, de equipamentos urbanos nestas áreas, são eles: 1)Acesso ao trabalho;2) Acesso ao centro da cidade; 3) Acesso a educação; 4)Acesso a saúde; 5) Existência de saneamento básico; 6) Opções de lazer; 7)Acesso ao CRAS.

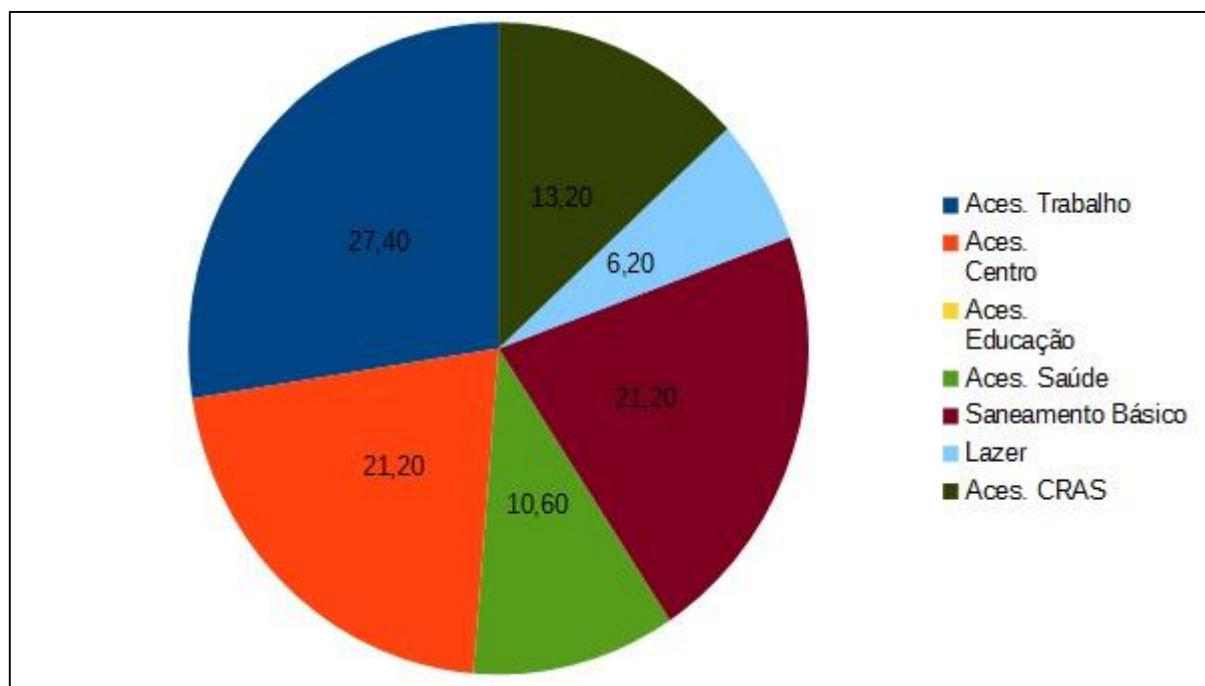
Dividimos em dois momentos esta etapa da entrevista, num primeiro momento questionando os pontos positivos do local de moradia em seguida os pontos negativos, contudo, para as duas etapas foram utilizados os mesmos indicadores citados acima. Assim, dentro das 82 entrevistas encontramos 113 respostas para os pontos positivos e 375 respostas para os pontos negativos em relação a estes locais de moradia. Em seguida, nos quadros 23 e 24 e nos gráficos 6 e 7, temos os dados desta análise:

QUADRO 22- PONTOS POSITIVOS DE CADA BAIRRO/VILA SEGUNDO AS FAMÍLIAS

Vilas	1)Aces. Trabalho	2)Aces. Centro	3)Aces. Educação	4)Aces. Saúde	5)Saneamento Básico	6)Lazer	7)Aces. CRAS	Total de respostas
Pina	-	-	-	-	-	-	3	3
Cipa	5	3	-	-	5	-	3	16
Guaíra	5	6	-	6	5	-	5	27
Jamil	1	-	-	-	1	1	-	3
Estrela do Lago	2	5	-	-	-	-	4	11
Santa Tereza	3	-	-	-	2	2	-	7
Barreto	2	6	-	-	-	-	-	8
Belém	1	2	-	5	-	-	-	8
Ouro Verde	-	1	-	1	9	-	-	11
Industrial	7	1	-	-	2	-	-	10
Roxo Roiz	5	-	-	-	-	4	-	9
Total	31	24	0	12	24	7	15	113

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

GRÁFICO 5-PONTOS POSITIVOS DE CADA BAIRRO/VILA SEGUNDO AS FAMÍLIAS



*valores expressos em porcentagem(%)

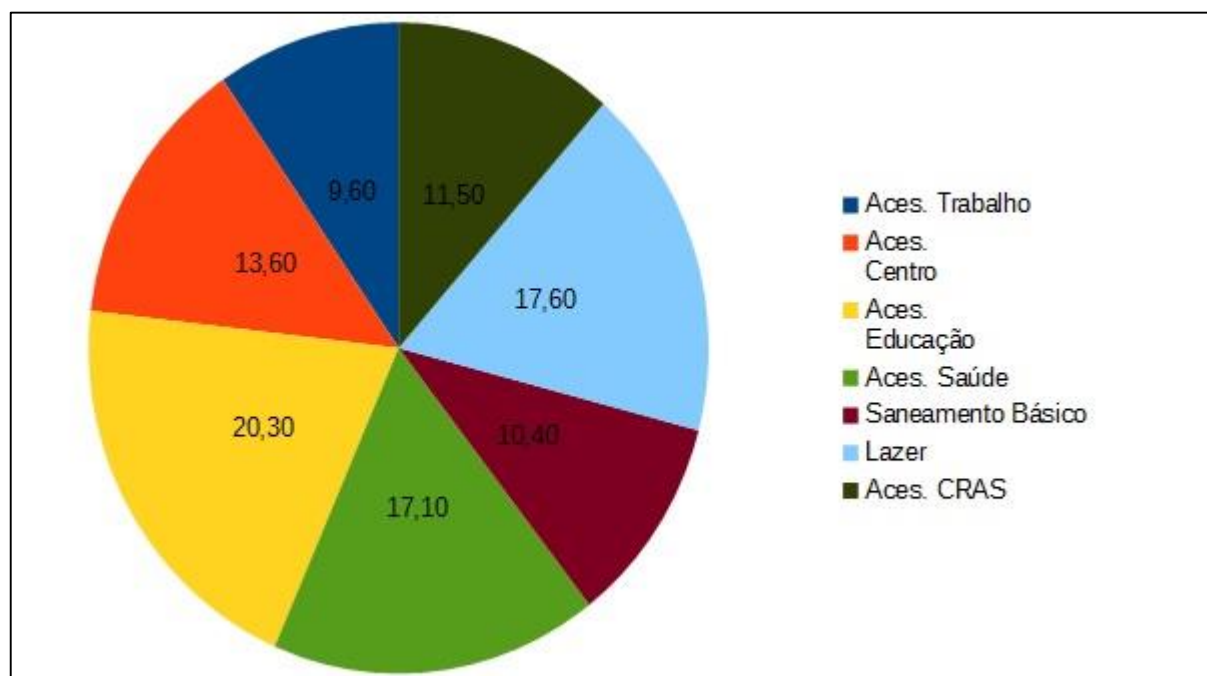
Organização: HAVRECHAKI, C. F.(2016)

QUADRO 23-PONTOS NEGATIVOS DE CADA BAIRRO/VILA SEGUNDO AS FAMÍLIAS

Vilas	1)Aces. Trabalho	2)Aces. Centro	3)Aces. Educação	4)Aces. Saúde	5)Saneamento Básico	6)Lazer	7)Aces. CRAS	Total de respostas
Pina	14	14	14	14	14	14	11	95
Cipa	8	9	13	13	4	12	4	63
Guaíra	-	-	6	-	-	5	-	11
Jamil	-	1	1	1	-	-	1	4
Estrela do Lago	5	2	7	7	6	7	-	34
Santa Tereza	1	4	4	4	1	1	4	19
Barreto	3	-	5	5	7	7	4	31
Belém	-	-	5	-	5	4	-	14
Ouro Verde	5	7	7	6	-	7	6	38
Industrial	-	9	9	9	1	9	8	45
Roxo Roiz	-	5	5	5	1	-	5	21
Total	36	51	76	64	39	66	43	375*

Organização: HAVRECHAKI, C.F. 2016

GRÁFICO 6-PONTOS NEGATIVOS DE CADA BAIRRO/VILA SEGUNDO AS FAMÍLIAS



*valores expressos em porcentagem(%)

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

Em um primeiro olhar, o dado que nos chama atenção é que o número de respostas positivas é praticamente 3,5 vezes menor que o número de respostas

negativas. Evidenciando mais uma vez a existência de problemas urbanos nestes locais. Acreditamos que a discussão dos dados anteriores não deve ser pensada de forma desconectada, os indicadores, de alguma forma, se interligam e são problemas similares a praticamente todos os 11 locais. Assim, o debate seguirá baseado nestas conexões entre os indicadores procurando pontos comuns entre os bairros/vilas, tanto nas respostas positivas quanto nas negativas.

4.3.1.b- Indicadores, conexões e similaridades urbanas entre os onze Bairros/Vilas estudados

Dentre os dados dos pontos positivos dos locais de moradia, destacados pelas famílias, se sobressaem, o acesso ao trabalho(indicador 1), acesso ao centro(indicador 2) e existência de saneamento básico(indicador 5), somados os três, eles apontam 75 respostas, representando quase 70% do número total de apontamentos positivos.

Em relação ao indicador 1, destacamos o Distrito Industrial como o local que mais elogiou o acesso ao trabalho, expressando sete respostas positivas. Como já debatido outrora, este bairro não possui características urbanas voltadas a moradia, porém, ele oferece vagas de trabalho, mesmo que no caso destas famílias, pela falta de capacitação, sejam vagas, muitas vezes em subempregos. Estas pessoas então, não tem possibilidades de escolher seu local de moradia pois necessitam dar preferência a manutenção da renda familiar ocupando estes postos de trabalho.

Com seis respostas positivas, o Jardim Barreto e a Vila Guaíra, foram os locais que mais elogiaram o acesso ao centro(indicador 2). A localização do Jardim Barreto é um dos motivos disso acontecer, pois a Vila está localizada a dois quilômetros do centro da cidade, facilitando assim o seu acesso, até mesmo andando.

A Vila Guaíra não está tão próxima ao centro, localizando-se à aproximadamente quatro quilômetros de distância. Contudo, esta Vila possui uma linha própria de transporte coletivo e segundo dados da Viação Campos Gerais(Empresa responsável pela gestão do transporte coletivo em Ponta Grossa) os horários desta linha funcionam em intervalos de 16 minutos, então o tempo de espera do ônibus é relativamente curto. Mesmo com a situação econômica crítica, algumas das famílias da Vila Guaíra consideraram que o transporte coletivo funciona

razoavelmente bem, logo, de alguma forma, se apresenta perante este quadro uma facilidade em relação ao acesso ao Centro da cidade.

Na questão do saneamento básico, a Vila em destaque é o Jardim Ouro Verde, apresentou nove respostas positivas. O motivo dos elogios são as, relativamente, recentes instalações do sistema de esgoto e asfalto no local. O término das obras, segundo a Prefeitura Municipal, aconteceu no fim do mandato do ex-Prefeito Pedro Wosgrau, em 2012.

Os dados dos pontos positivos ainda nos mostram elogios ao acesso à saúde (indicador 4) em dois locais, nas Vilas Guaíra e Belém. Estes dois pontos têm como referência o Posto de Saúde Dr. Aluizio Grochoski, localizado na Vila Guaíra, que foi ampliado e reinaugurado em abril de 2015. Segundo a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa(PMPG):

O local recebeu uma estrutura moderna, composta por consultório médico, sala de vacinação, curativos, além das salas voltadas para trabalho com grupos de hipertensos, diabéticos, gestantes e idosos. A unidade tem 4780 pacientes cadastrados (PMPG, disponível em <http://www.uapi.net.br/principal/saude>, acesso em 25/02/2016).

Com esta recente ampliação estrutural, dos equipamentos e também no quadro de pessoal, a unidade de saúde na Vila Guaíra se tornou, talvez, uma exceção nos números dos equipamentos urbanos eficientes, existentes na periferia de Ponta Grossa. Realmente ele foi modernizado e atende um número considerável de moradores, facilitando, principalmente, a vida das famílias pobres ou extremamente pobres, inclusive no cumprimento das condicionalidades que dizem respeito à saúde.

Os indicadores 3(acesso a educação), 6(lazer) e 7(acesso ao CRAS), pouco se destacaram nos pontos positivos dos Bairros/Vilas, com isso, daremos mais visibilidade a eles na discussão sobre os pontos negativos de cada local, que se inicia a partir de agora.

Com os pontos negativos, como dito outrora, obtivemos um número muito maior de respostas. Como discutimos desde o primeiro capítulo de nossa análise a periferia tende a “naturalizar” os problemas infraestruturais urbanos e a própria segregação urbana. Assim, não nos surpreendemos com a considerável diferença entre a quantidade de respostas positivas e negativas.

Analisando, agora, os pontos negativos, acreditamos que exista uma grande conexão entre alguns dos indicadores, ou seja, alimentam os mesmos problemas. Pensamos que estes pontos de ligação acontecem da seguinte maneira:

Temos o acesso à saúde(indicador 4) interligado a falta de saneamento básico(indicador 5). Outra conexão entendemos existir entre o acesso ao trabalho(indicador 1), acesso ao centro(indicador 2) e a questão do Lazer(indicador 6).

Com as conexões entre os indicadores bem compreendidas, os dados do quadro 23 e do gráfico 6 mostram as Vilas Pina e Cipa como as recordistas em deficiências urbanas dentre os onze Bairros/Vilas de moradia dos entrevistados. Para a Pina temos 95 respostas,(sendo o local que mais recebeu reclamações em relação aos outros.) e para a Cipa 63, juntos só estes dois locais são responsáveis por 42% das respostas.

Acreditamos que o acesso à educação(indicador 3) é uma das principais questões de nossa análise. Além disto, a discussão deste tema se iniciou no subtópico 4.3.1, quando começamos a expor os problemas das famílias residentes nas Vilas Pina e Cipa em realizar a manutenção da frequência escolar. Contudo, o acesso à educação se torna neste momento da análise, ainda mais importante, pois além destes dois locais acusarem reclamações, este indicador é um ponto negativo comum a todos os onze Bairros/Vilas estudados. O indicador 3 não recebeu nenhuma resposta positiva, foram todas negativas, fato extremamente relevante para a compreensão dos motivos que levam a evasão escolar nesta área.

Um dos motivos que levam a todas essas reclamações, é a inexistência de escolas nestas Vilas, ilustrada na figura 9. A distância em relação aos Bairros/Vilas e a defasagem das vagas de Ensino Médio nestes estabelecimentos de ensino, acabam agravando um dos problemas elencados no quadro 22, no caso, a dificuldade por parte das famílias em manter seus dependentes estudando no período noturno, acarretando num provável processo de evasão escolar.

Outro motivo, também discutido anteriormente, relacionado a educação, é a ausência de CMEIS e a oferta de vagas insuficiente para cobrir a demanda de crianças que existe. As Vilas Pina, Estrela do Lago, Belém, Santa Tereza, Roxo Roiz e o Bairro Distrito Industrial não contam com esse tipo de unidade pública de educação infantil. Assim restam duas alternativas às famílias: Disputar vagas com famílias de outros Bairros/Vilas nos CMEI existentes em outros locais, ou manter os

adolescentes prestando o serviço de “Educador Infantil”, ao qual não estão preparados e ainda se obrigam, em muitos casos presentes em nossa análise, a abandonar a escola para que seus responsáveis familiares possam trabalhar.

Como o acesso à educação(indicador3) foi unanimidade entre os pontos negativos, concluímos que os problemas, anteriormente citados, relacionados a ausência de equipamentos urbanos direcionados a educação(escolas e CMEIS) são um dos motivos da evasão escolar, consequentemente o descumprimento das condicionalidades, protagonizada pelos adolescentes entrevistados em nossa análise.

Os problemas com o acesso à saúde(indicador 4), se repetem, nas Vilas Pina(14 respostas negativas), Cipa(13 respostas negativas) e no Bairro do Distrito Industrial(9 respostas negativas). Contudo, as dificuldades com a saúde pública não são uma exclusividade destes locais, são problemas crônicos brasileiros entranhados, principalmente, nas cidades onde o planejamento urbano, ao longo da história, não funcionou ou simplesmente não existiu, ou seja, em cidades onde o crescimento aconteceu ou acontece de forma desordenada.

A prestação de serviços públicos de saúde, em grande parte, apresenta problemas estruturais, como grandes listas de espera, demora no atendimento, ausência de medicamentos e instrumentos médicos, defasagem no número de funcionários e principalmente, no caso da população pobre ou extremamente pobre, como é a situação em que se encontram as famílias que analisamos, a inexistência de pontos de atendimento (funcionando) dentro ou próximos dos Bairros/Vilas em que estas pessoas residem (CERQUEIRA e FRANCISCO, 2014).

Além da ausência de Posto de Saúde ou atendimento médico nestes locais, também podemos considerar problema sanitário a inexistência de saneamento básico(indicador 5), o que pode acarretar em uma série de endemias. Em entrevista cedida em 2011, os moradores da Vila Pina reclamavam da ausência dos serviços do Estado em relação ao tratamento de esgoto:

“Por causa do terreno, que é instável, não podemos instalar fossas ou desaba tudo. Temos que despejar no arroio aqui perto”,
“[...]nos falaram que não podem instalar esgoto aqui, por morarmos em uma área de risco, mas só moramos aqui por não termos outra opção” (Vera Lúcia de Lima Santos, Moradora, Entrevista cedida ao Portal Comunitário, realizada em 24 de Janeiro de 2011, Disponível em <http://www.portalcomunitario.net.br/news.php?item.1865.92>, acesso em 20 de Fevereiro de 2016).

O desabafo na fala da moradora, exposto na citação anterior, evidencia o processo de segregação urbana existente na Vila Pina. Quando ela diz que só mora ali “por não ter outra opção” ilustra, de forma clara, o conceito teórico de Lefebvre(2001), que traz o valor de troca da terra urbana se sobressaindo perante o valor de uso. Lembrando uma das discussões de nosso primeiro capítulo, mais uma vez ressaltamos, que a cidade se projeta à quem pode pagar os melhores lugares para morar e a população carente acaba “excluída da cidade as portas do urbano”(Lefebvre2001). Quando o Estado negligência a instalação do sistema de Esgoto alegando “que não podem instalar esgoto aqui, por morarmos em uma área de risco” e simplesmente não oferece outra opção para estas pessoas, lhes está “negando” a cidade, perpetuando com os processos de segregação urbana e prisão socioespacial, também debatidos anteriormente. Além da Vila Pina ainda se destacam de forma negativa, em relação ao saneamento básico, as Vilas, Jardim Barreto e Estrela do Lago.

Relembrando os dados presentes nos quadros 20 e 21, entendemos que estas famílias se encontram em uma situação econômica crítica, tendo como prioridades dentro de seu orçamento mensal a manutenção das necessidades mais básicas como alimentação e vestimenta. Como dito anteriormente, até gastos com mobilidade urbana com o objetivo de manter os adolescentes estudando são considerados de segunda ordem. Desta forma existe uma conexão entre os indicadores 1, 2 e 6. Com seus gastos mensais limitados, a busca por emprego em outras áreas da cidade, o acesso ao centro e a busca por alternativas de lazer acaba ficando de lado ou nem acontecendo.

As Vilas Pina e Cipa, como já destacamos, enfrentam sérios problemas de infraestrutura urbana acarretando em uma defasagem, ou ainda a inexistência, de oferta de vagas de emprego formal. Com isso, aliamos a dificuldade destes indivíduos em buscar trabalho em outras áreas da cidade, devido a falta de dinheiro para gastar com transporte coletivo ao fato de não existir, muitas vezes, oportunidades de emprego formal neste local. As consequências desta aliança transformam estas Vilas num foco de subempregados, trabalhadores informais, e o caso mais grave, desempregados. Para os que ainda conseguem alguma forma de serviço, em geral atuam principalmente na construção civil e coleta de material

reciclável, onde, na maioria dos casos, não recebem a remuneração necessária para manterem suas famílias vivendo dignamente.

A caracterização de “trabalho informal” de Silva e Barbosa (2011) se enquadra perfeitamente as oportunidades de emprego existentes na Vila Pina, “onde vigoram baixos salários, longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais”, neste tipo de situação social os indivíduos trabalham, na maioria das vezes, para saciar, apenas, as necessidades mais básicas de sua família. Assim, o ciclo das desigualdades nunca se encerra, pois seus principais atores não evoluem social e economicamente.

A dificuldade de acesso ao centro(indicador 2) caracteriza o processo de negação à cidade se pensarmos que a cidade se encontra e se confronta em seu centro. A centralidade é o ponto do espaço urbano onde seus atores se conhecem, trocam experiências e vivências, ou seja, é no centro onde as relações sociais se consolidam, onde o processo de segregação socioespacial é combatido. O centro torna-se “uma parte integrante e uma particularização da generalização mais contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social, a de que ocupamos uma matriz espacial multiestratificada de locais nodais” (SOJA,1993).

Os problemas com o indicador 2, praticamente, aparecem em todas os bairros/vilas por nós estudados, sejam eles pela distância ou falta de renda para se gastar com transporte coletivo. Esta situação amarrasse também ao acesso ao trabalho, já que por via de regra, o centro oferece mais chances e oportunidades de emprego, independente da área ou faixa de renda, o centro é onde a cidade acontece.

Compreendemos se fazer necessária toda a construção ou evolução dos equipamentos urbanos nestes locais, e especificamente, no caso dos moradores do Distrito Industrial se criem áreas de moradias dignas e seguras próximas aos postos de trabalho que o Bairro oferece, colaborando assim com a manutenção da renda das famílias que ali vivem. Contudo, esse processo construtivo/evolutivo não pode ser cerceador, ou seja, que não tenha como objetivo de se manter as pessoas pobres isoladas na periferia. O acesso ao centro tende acontecer e devem ser criadas alternativas para que isso ocorra. As pessoas pobres ou extremamente pobres tende fazer parte da cidade, vivenciá-la, integrar-se junto aos

questionamentos urbanos, enfim, aproveitar o que a cidade oferece, e o principal espaço dentro da cidade onde tudo isso acontece é centro.

Concordamos com Santos(2008), a distância do centro não é o único problema da periferia, seu acesso deve ser facilitado e tratado pelos demais sujeitos da cidade como “natural”. A periferia deve ser aceita no centro sem constrangimentos ou preconceitos.

(...) a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias e meios de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo, e também a firma, a uma situação periférica (SANTOS, 2008, p. 290-291).

Seguindo a conexão entre os indicadores, chegamos as alternativas de lazer(indicador 6). Este ponto recebeu 66 respostas negativas, ficando em segundo no número de reclamações perdendo apenas para o acesso à educação. A defasagem das alternativas de lazer foram relatadas em nove dos onze locais por nós visitados.

Ao lazer se atribui uma questão mais ampla que simplesmente a construção, ou não, de equipamentos físicos, como praças, quadras, parques, entre outras obras de infraestrutura, que geralmente o Estado realiza para tentar sanar os problemas do lazer na periferia. Segundo Dumozedier (1976):

Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMOZEDIER, 1976, p.26).

A periferia segregada, que de maneira geral segue desconsiderada pelo resto cidade, reage de diferentes formas em busca de alternativas de lazer. A criatividade das pessoas em inventarem artifícios como jogos organizados e campeonatos demonstram que existem iniciativas e indivíduos preocupados e envolvidos com projetos desta natureza.(BARROS, 2004) Nos locais de nossa pesquisa, principalmente no Jardim Ouro Verde existem alternativas criadas pelos próprios moradores, como aulas de capoeira, escolinhas de futebol e vôlei, as duas últimas atividades acontecem em parceria com as atividades do Prójuvem urbano, vinculado as ações do CRAS (SMAS, 2015).

As poucas atividades de lazer que hoje acontecem nestes locais, estão restritas, em sua maioria, a atividades esportivas e destinadas a uma faixa etária de moradores, no caso do Jardim Ouro Verde, apenas a crianças e adolescentes, deixando assim, os demais indivíduos que ali vivem sem alternativas. Ações voltadas ao teatro, acesso à biblioteca pública, ou ainda, um “cine-periferia” por exemplo, nunca aconteceram, justificando assim o grande número de respostas negativas destinadas ao acesso ao lazer.

Fechando a análise dos indicadores, chegamos ao número 7, acesso ao CRAS. Representando 11,5% das respostas negativas, este indicador é de grande relevância à presente pesquisa, pois o acompanhamento das condicionalidades está diretamente ligado a facilidade de acesso ao CRAS. A unidade Cará-Cará, como dito em momentos anteriores de nosso trabalho, é responsável por uma vasta quantidade de Bairros/Vilas, todos eles integrantes de uma área de abrangência espalhada e com diferentes especificidades e características urbanas. Portanto, existe uma dificuldade de se acompanhar todas famílias residentes destes locais, ainda mais, com apenas 9 funcionários trabalhando na unidade.

As respostas negativas em relação ao indicador 7, devido as circunstâncias acima citadas, de certo modo eram previsíveis. Existiu, desde o início, ainda em 2006 durante a instalação da primeira unidade dos CRAS em Ponta Grossa, uma preocupação em descentralizar o atendimento e o acompanhamento das políticas sociais, seguindo as diretrizes nacionais do MDS, que segundo Berro(2003)

a descentralização aparece como exigência estratégica a fim de alcançar o desenvolvimento da justiça social, por meio da implementação de ações em nível local, traduzindo, dessa forma, a ideia de avanço democrático, elemento fundamental da reforma do Estado (BERRO, 2003, p. 67).

A partir deste momento, as Políticas Nacionais de Assistência Social depositam grande importância as questões territoriais devido a consideração que se dá a desigualdade e heterogeneidade sócio-territorial existentes no Brasil. Assim, “ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais” (Brasil, 2004,p.37). Contudo, na prática, isto ainda está longe de se concretizar da forma que o MDS idealizou.

A implantação dos CRAS não aconteceu conectada as políticas de planejamento urbano dos municípios, se deu conforme as prefeituras dispunham de

recursos para locar prédios e contratar servidores para que as unidades funcionassem. Ponta Grossa é um exemplo deste processo, Segundo a SMAS(2015), esta Secretaria conta hoje com aproximadamente 90 funcionários, dando uma média de 10 servidores por unidade dos CRAS. Contudo, existem hoje cadastradas no CadÚnico, referente a Ponta Grossa, quase 35 mil famílias, tendo em média 3.500 para cada CRAS.

Além dos dados acima, a implantação das sedes físicas dos CRAS, como dito outrora, aconteceu conforme a disponibilidade de verbas da prefeitura em locar imóveis em determinados bairros. Assim, o quadro se configurou com poucas unidades dos CRAS para atender um grande número de famílias, e as sedes, na maioria dos casos, estão localizadas em áreas fora dos locais mais necessitados.

De maneira geral, as respostas dos moradores em relação ao local onde vivem são negativas, existem muitas falhas estruturais urbanas nestes onze Bairros/Vilas, com destaque para o acesso à educação que recebeu 76 respostas negativas e nenhuma positiva. Concluindo a análise dos dados deste tópico, afirmamos que uma das razões destas famílias se encontrarem em descumprimento das condicionalidades do PBF é a defasagem dos equipamentos urbanos nestes locais. A cidade não foi pensada para estas pessoas, pois tivemos um número significativo de respostas negativas em quase todos os indicadores, com isso estas áreas desestruturadas atrapalham, ou até mesmo, interrompem o desempenho ou a ascensão social destas famílias, cristalizando assim o desenvolvimento socioeconômico de uma grande parcela de indivíduos.

No tópico seguinte, serão apresentados os dados das entrevistas com os próprios adolescentes, indagamos os principais atores e reais afetados sobre quais os motivos desta evasão escolar que os leva ao descumprimento das condicionalidades do PBF.

4.3.2-Segunda Etapa: Adolescentes e Evasão Escolar; Sexos Diferentes, Demandas Específicas.

Acreditamos que os adolescentes são os protagonistas de nossa análise. Portanto, se fez necessário aplicar parte do questionário especificamente a eles. Buscamos entender os reais motivos da evasão escolar, nesta área, segundo seus principais envolvidos.

Levantamos, junto aos adolescentes, justamente os motivos da existência da evasão escolar. Para esta discussão utilizamos mais uma vez o método dos seis indicadores que previamente tinham sido levantados durante o campo exploratório. Estes novos indicadores são: 1) Distância do estabelecimento de ensino; 2)Disponibilidade de vagas apenas no período noturno; 3)Cuidar dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalham; 4)Desinteresse pela escola; 5)Trabalho dos próprios adolescentes e 6)Violência na escola.

Esta questão será amplamente debatida durante o decorrer deste subtópico. Antes disso, analisaremos alguns outros números como, divisão entre os sexos, média de idade, correspondência serial e índices de reprovação. Estes dados nos mostraram que para se entender a evasão escolar nesta área, é preciso perceber que para as meninas a evasão escolar tem uma série de motivos diferentes que para os meninos. Que mesmo a idade destes menores variando apenas três anos, cada faixa etária possui particularidades. Além disto, os dados do MDS nos diziam apenas, que existiam 169 adolescentes em idade escolar correspondente ao Ensino Médio, descumprindo as condicionalidades do PBF, dos quais conversamos com 142.

Realizando estas entrevistas descobrimos que existe um índice considerável de incorrespondência serial entre os menores, ou seja, a parcela de reprovações é grande e também varia entre os sexos. Este índice de reprovações chamaremos a partir de agora e nos quadros a seguir de ASNCI(Adolescentes em Séries não Correspondentes à Idade).

Na sequência estão os dados equivalentes a divisão entre os sexos, locais de moradia e divisão etária dos adolescentes:

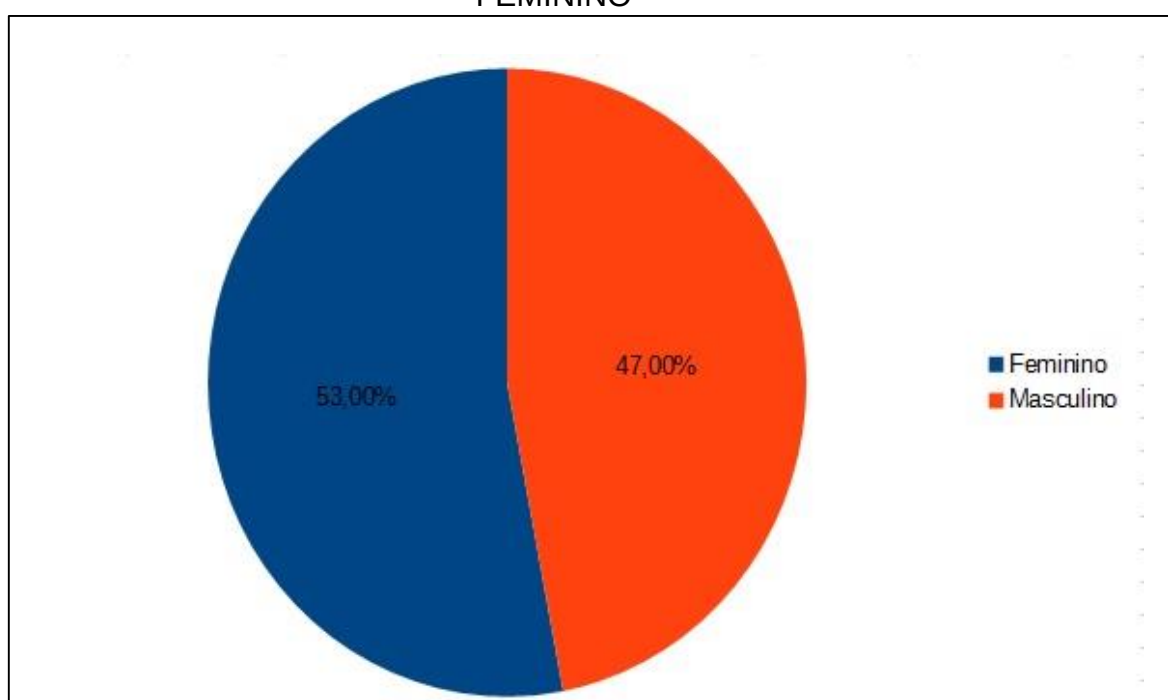
QUADRO 24- DIVISÃO ENTRE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO E FEMININO

Vilas	Feminino	Masculino	Total
Pina	15	8	23
Cipa	7	14	21
Guaíra	4	3	7
Jamil	-	1	1
Estrela do Lago	10	5	15
Santa Tereza	3	9	12

Barreto	7	5	12
Belém	6	4	10
Ouro Verde	11	7	18
Industrial	6	7	13
Roxo Roiz	6	4	10
Total	75	67	142

Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

GRÁFICO 7-DISIVÃO ENTRE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO E FEMININO



Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

O gráfico 7 ilustra um equilíbrio entre meninas e meninos, não apresentando uma grande variação entre os sexos. Entre os locais de moradia, a Vila Pina se destaca por ter praticamente o dobro de mulheres em relação aos homens, já a Vila Cipa apresenta quadro contrário, existem duas vezes mais adolescentes do sexo masculino em relação ao sexo feminino. Os números seguintes apresentam a divisão etária dos menores:

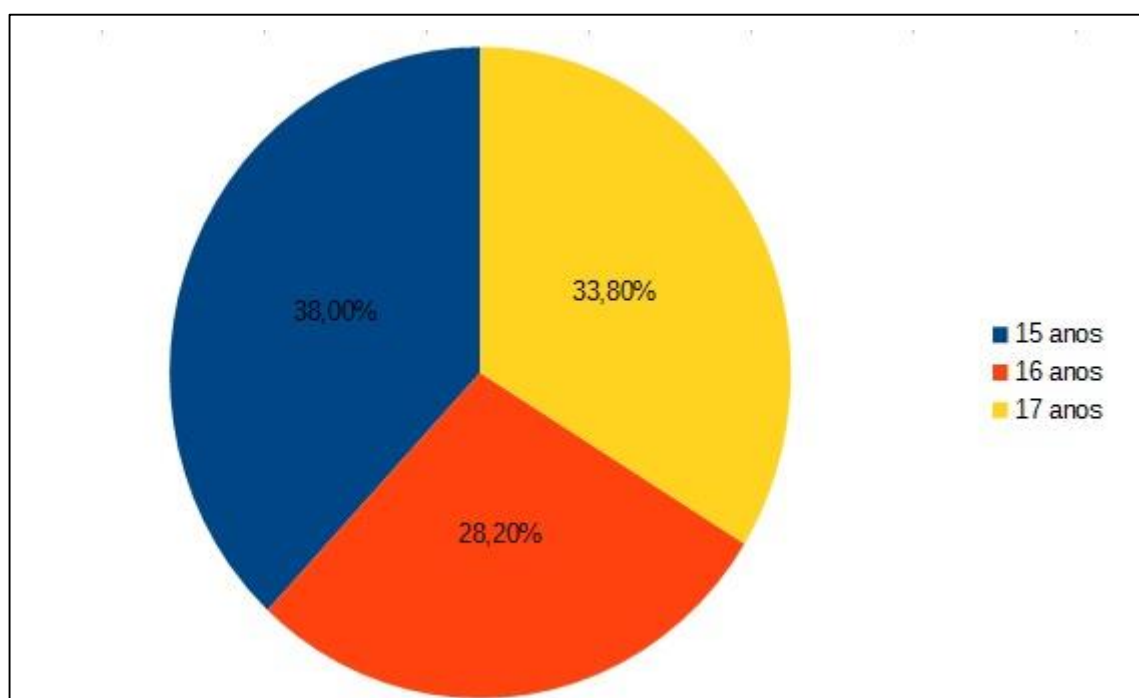
QUADRO 25- DIVISÃO ETÁRIA DOS ADOLESCENTES

Vilas	15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Pina	7	3	5	1	3	4	23

Cipa	4	4	2	5	1	5	21
Guaíra	2	1	-	1	2	1	7
Jamil	-	-	-	1	-	-	1
Estrela do Lago	4	-	4	4	2	1	15
Santa Tereza	1	4	2	1	-	4	12
Barreto	5	1	1	1	1	3	12
Belém	4	-	-	1	2	3	10
Ouro Verde	6	2	2	1	3	4	18
Industrial	1	2	3	2	1	4	13
Roxo Roiz	2	1	3	-	1	3	10
Total	36	18	22	18	16	32	142
Total geral por idade	54		40		48		142

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

GRÁFICO 8-DIVISÃO ETÁRIA DOS ADOLESCENTES



Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

Entre as três idades existentes, as informações são parecidas, destoando um pouco em relação aos 16 anos, que apresentou números menores que as demais idades. Contudo, observando atentamente os dados anteriores, percebemos que a divisão de faixa etária já começa a apresentar algumas características ligadas as especificidades de cada sexo.

Na faixa dos 15 anos existiam o dobro de meninas descumprindo as condicionalidades. Enquanto isso, temos o quadro contrário na faixa dos 17 anos, onde o maior número é o de meninos. Estas características começam a desenhar os diferentes motivos, entre os sexos, para a existência da evasão escolar. No decorrer da análise entenderemos as razões destes dados destoarem para homens e mulheres em faixas etárias diferentes.

Segundo o Ministério da Educação(MEC) o curso do Ensino Médio regular, que não apresenta especificações técnicas, tem duração de três anos e a idade de ingresso é a faixa etária dos 15 anos, não tendo idade limite para sua conclusão(BRASIL, 2013). Assim, a idade ideal para um aluno que percorreu todo o Ensino Fundamental chegando ao 9º ano sem reprovações, seria 14 anos de idade, ingressando no Ensino Médio aos 15, concluindo-o aos 17.

Os dados gerais brasileiros expostos pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014, junto ao IBGE, nos dizem que apenas 50,9 % dos adolescentes na faixa etária entre 15 à 17 estão matriculados em sua série correspondente, ainda segundo a mesma pesquisa, entre as classes mais pobres este número diminui para 32,6%. Porém, a região Sul, apresenta dados um pouco “melhores” em relação a população carente, 57,4% dos adolescentes cursavam a série correspondente a sua idade. (IBGE, PNAD, 2014).

Nas informações seguintes estão os números da equivalência serial, dos 142 adolescentes entrevistados para a nossa análise. Pensando em facilitar a discussão destes dados criamos dois Índices: “Adolescentes em Séries Correspondentes a Idade(ASCI)” e “Adolescentes em Séries Não Correspondentes a Idade(ASNCI)”:

QUADRO 26- FAIXA ETÁRIA E CORRESPONDÊNCIA NAS SÉRIES ESCOLARES

Vilas	15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		Total
	ASCI*	ASNCI*	ASCI	ASNCI	ASCI	ASNCI	
Pina	7	3	5	1	2	5	23
Cipa	2	6	4	3	1	5	21

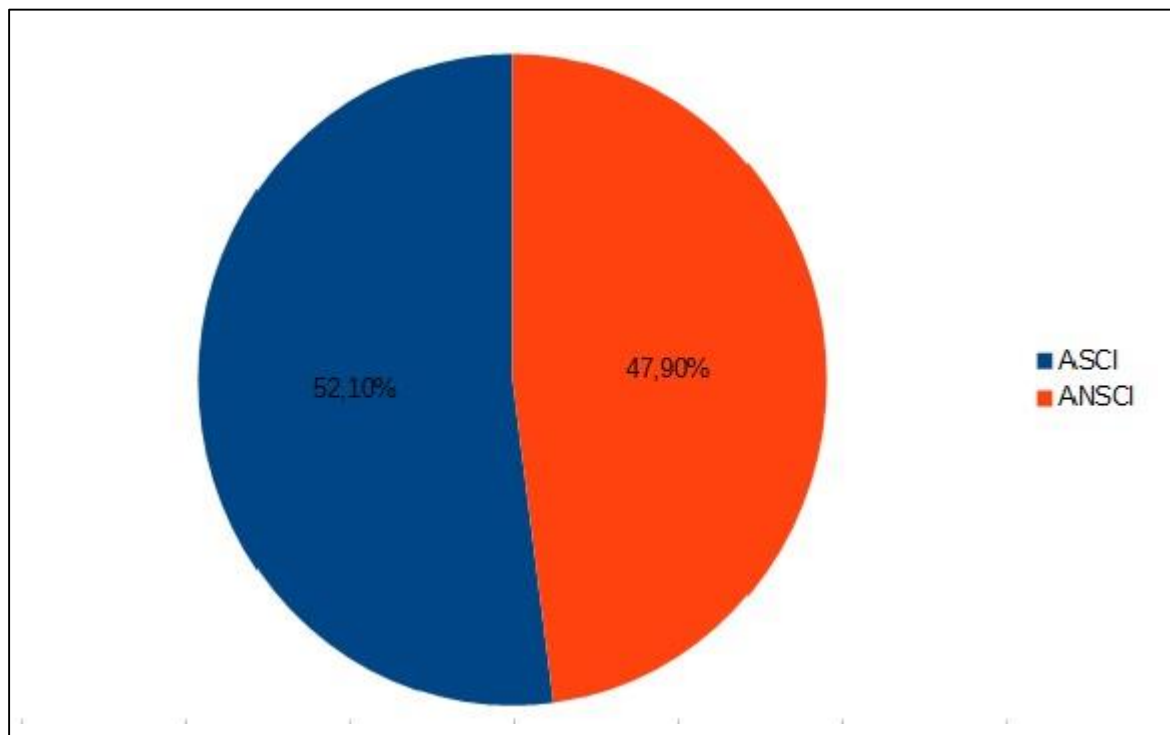
Guaíra	2	1	-	1	1	2	7
Jamil	-	-	1	-	-	-	1
Estrela do Lago	3	1	3	5	1	2	15
Santa Tereza	3	2	2	1	1	3	12
Barreto	3	3	1	1	1	3	12
Belém	4	-	1	-	1	4	10
Ouro Verde	6	2	3	-	2	4	18
Industrial	1	2	3	2	2	3	13
Roxo Roiz	1	2	3	-	3	1	10
Total	33	22	26	14	15	32	142
Total geral por idade	55		40		47		142
Porcentagem	23,2%	15,5%	18,3%	9,9%	10,6%	22,5%	100%

*ASCI: Adolescentes em séries correspondentes à idade.

*ASNCI: Adolescentes em séries não correspondentes à idade.

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

GRÁFICO 9-EQUIVALÊNCIA SERIAL DOS ADOLESCENTES



*ASCI: Adolescentes em séries correspondentes à idade.

*ASNCI: Adolescentes em séries não correspondentes à idade.

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

Os nossos dados de desequilíbrio das séries no caso o índice ASNCI, expostos no gráfico 10, são mais “positivos”, em relação aos dados nacionais, aproximando-se da média da Região Sul. Mesmo assim, estes números assustam pois mostram que quase 50% destes adolescentes estão, de certa forma, “atrasados” e fora da série equivalente a sua idade. Existe uma particularidade nestes quase 50% de ASNCI, os números gerais de reprovações não são construídos equilibradamente entre os sexos, há uma larga vantagem para os adolescentes do sexo masculino, como expressam os dados a seguir:

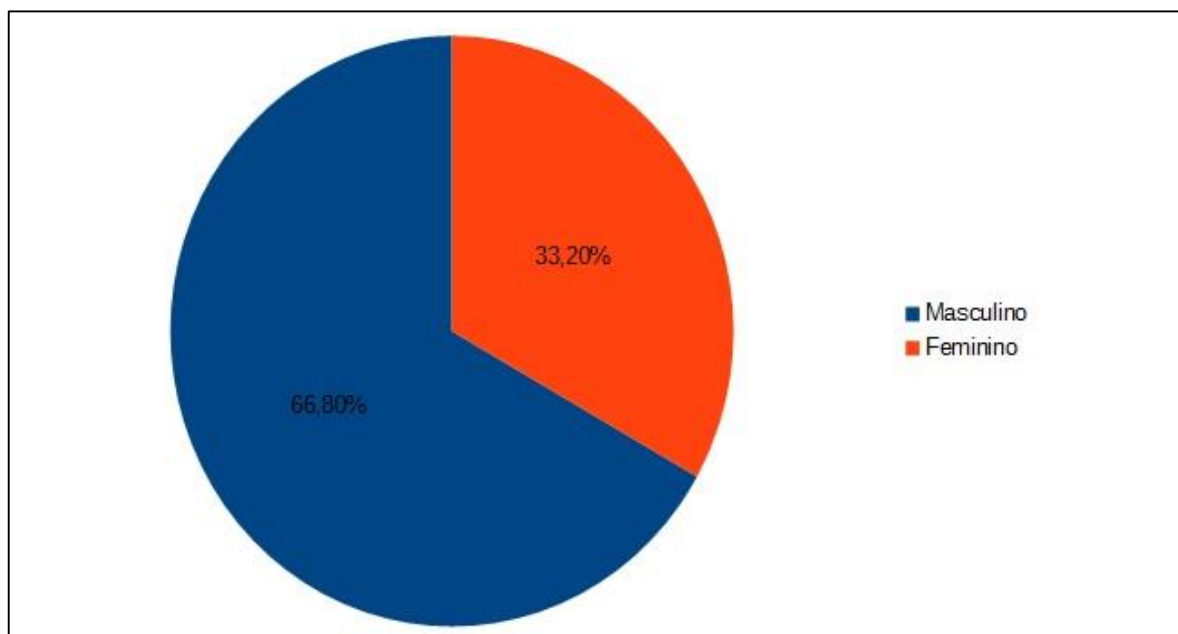
QUADRO 27- ÍNDICE DE ASNCI CONFORME CADA SEXO

Vilas	15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Pina	1	2	-	1	2	3	9
Cipa	2	4	1	2	1	4	14
Guaíra	-	1	-	1	2	-	4
Jamil	-	-	-	-	-	-	-
Estrela do Lago	1	-	2	3	2	-	8
Santa Tereza	-	2	1	-	-	3	6
Barreto	2	1	-	1	1	2	7
Belém	-	-	-	-	1	3	4
Ouro Verde	1	1	-	-	2	2	7
Industrial	-	2	-	2	-	3	7
Roxo Roiz	1	1	-	-	-	1	3
Total	8	14	4	10	11	21	68
Total geral por idade	22		14		32		68
Porcentagem	11,6%	20,3%	5,8%	14,5%	16%	32%	100%

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

Entre os adolescentes entrevistados, quem possui a maior dificuldade em se manter na série educacional correspondente a sua idade, são os meninos. Temos 69 menores em defasagem serial segundo o quadro 28. Porém, conforme o gráfico 10 que corresponde aos números do mesmo quadro, quase 70% destes menores “atrasados”, são os do sexo masculino.

GRÁFICO 10-DEFASAGEM SERIAL CONFORME O NÚMERO TOTAL DE ASNCI



Organização: HAVRECHAKI, C.F. (2016)

A defasagem serial, ou segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas-INEP(2013), distorção idade-série é a parcela de alunos matriculados com mais de 2 anos de atraso escolar. Contudo, os dados são muito diferentes entre a rede particular e a rede pública de ensino. Segundo o INEP(2014), o índice da defasagem serial nas escolas particulares no Brasil era de 12,6%, enquanto que na rede pública esse número triplica, chegando à 54%. Os números do INEP do mesmo ano, ainda nos mostram que os menores do sexo masculino, estudantes da rede pública, apresentam defasagem serial ainda maior no país, representando 60,2%, contra 50,3% do sexo oposto (INEP, 2013, 2014).

As duas informações anteriores são extremamente relevantes e justificáveis. Há um hiato muito grande entre a maioria das escolas privadas e públicas que ofertam Ensino Médio no Brasil. A diferença estatística existente nestes números são o reflexo da má qualidade do Ensino Médio ofertado pelos estabelecimentos públicos. Hoje essa etapa do ensino básico é visto por grande parte alunos da rede pública, principalmente pelos mais carentes, apenas como uma transição para se concluir a educação básica. Na rede particular os alunos são incentivados, mesmo não sendo o ideal(passar no vestibular não deve ser o maior objetivo ao se cursar o Ensino Médio), em ter como objetivo final ingressar em uma universidade pública.(CNE, 2014).

A diferença entre os sexos na defasagem serial se destaca principalmente nas classes mais pobres, como é o caso das famílias de nossa análise. Onde as necessidades básicas são o carro-chefe do orçamento familiar, com isso, qualquer tipo de complemento de renda se faz necessário. Como citado outrora, a grande maioria dos adolescentes que se envolvem em algum tipo de trabalho remunerado são os meninos. Como a conclusão dos estudos, no caso o Ensino Médio, é um projeto que dura pelo menos três anos, acaba ficando em segundo plano. No decorrer do debate dos quadros e gráficos seguintes nos aprofundaremos nesta distinção de números entre os sexos, relacionados a defasagem serial e a evasão escolar existente na área de abrangência do CRAS Cará-Cará.

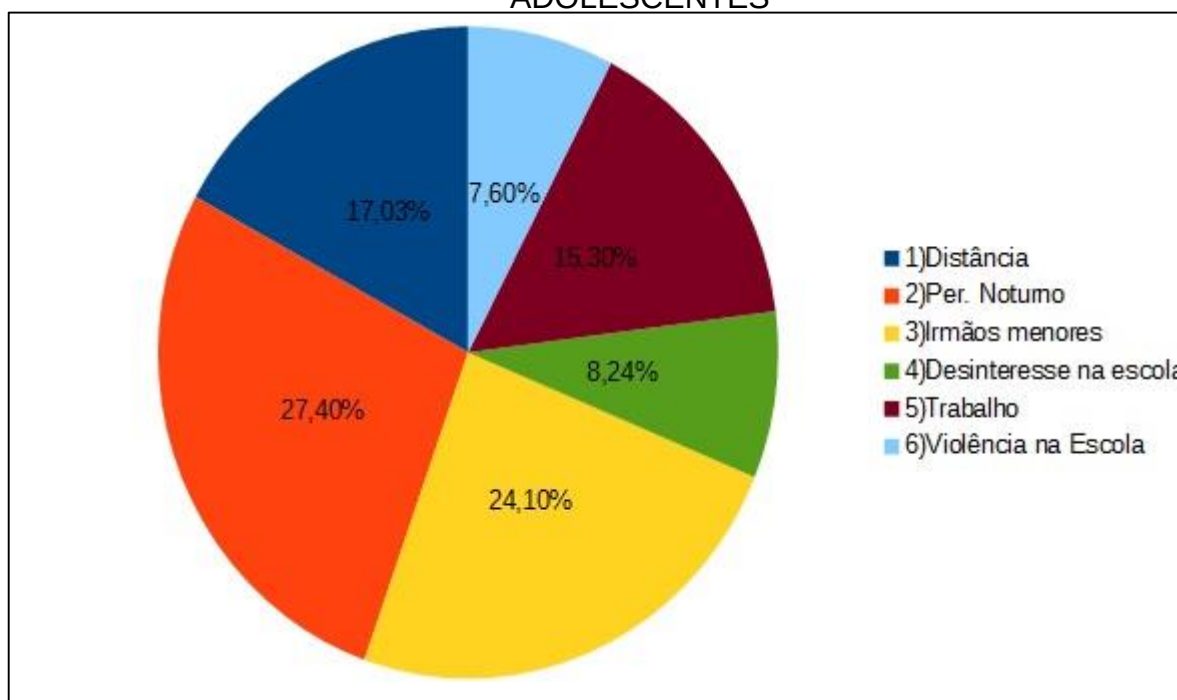
Na sequência dos dados temos os motivos da evasão escolar segundo os próprios adolescentes. Lembrando que utilizamos o mesmo método dos indicadores usado nas questões referentes a infraestrutura dos Bairros/Vilas.

QUADRO 28-PRINCIPAIS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR SEGUNDO OS ADOLESCENTES

Vilas	1)Distância	2)Per. Noturno	3)Irmãos menores	4)Desinteresse na escolar	5)Trabalho	6)Violência na Escola	Total de respostas
Pina	12	12	10	3	4	3	44
Cipa	1	3	7	5	5	4	25
Guaíra	2	4	3	2	1	-	12
Jamil	1	2	-	-	-	-	3
Estrela do Lago	-	3	5	3	-	-	11
Santa Tereza	2	2	2	-	3	-	9
Barreto	1	5	2	-	3	1	12
Belém	1	4	3	-	3	-	11
Ouro Verde	-	8	6	-	4	5	23
Industrial	7	3	5	2	3	1	21
Roxo Roiz	4	4	1	-	2	-	11
Total	31	50	44	15	28	14	182

Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

GRÁFICO 11-PRINCIPAIS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR SEGUNDO OS ADOLESCENTES



Organização: HAVRECHAKI, C. F. (2016)

Os dois indicadores que mais se destacam, os números 2 e 3, denunciam deficiências urbanas diferentes. A oferta de vagas de Ensino Médio noturno no Brasil, de modo geral, ainda é um problema, e na periferia estas dificuldades se expandem. Este indicador se alia a questão da distância(indicador 1) e a questão do trabalho(indicador 5).

Como ilustramos na figura 9, a inexistência de escolas nestas onze localidades acaba empurrando os adolescentes a estudar em colégios distantes, este fator para quem só pode estudar a noite se torna uma dificuldade, pois o fato das famílias não poderem gastar com mobilidade urbana tende a obrigar os menores a se deslocar a pé, porém, como estes bairros/vilas são locais de periferia da cidade, o índice de violência é maior, o que causa uma insegurança nos responsáveis familiares, acarretando em uma rejeição as vagas oferecidas no período noturno.

Na escola pública brasileira, o ensino médio noturno ainda enfrenta um índice de evasão considerável. Segundo o último o Censo Escolar, realizado em 2014, do Ministério da Educação(MEC), 17, 5% dos alunos abandonam a escola, este número é praticamente 17 vezes maior que o índice de evasão dos estabelecimentos de ensino particulares(BRASIL, 2014). As famílias pobres ou extremamente pobres

residentes das periferias, com problemas parecidos com os citados anteriormente, deslocamento e falta de segurança, colaboram significativamente com a manutenção deste índice de evasão escolar no período noturno.

O indicador 5 de nossa pesquisa, trabalho, também caminha intimamente ligado com o indicador educação noturna. O fato destas famílias não apresentarem um quadro econômico estável, muitas vezes, obriga os adolescentes a buscar mais uma fonte de renda, no caso destes Beneficiários do PBF, subempregos, principalmente na área da construção civil.

O aluno matriculado no período noturno, na sua grande maioria, já está engajado em trabalho assalariado durante o dia, quase sempre em turno de oito horas. O estudo à noite parece representar um prolongamento da jornada de trabalho, por mais quatro a cinco horas, tanto para o aluno, como, muitas vezes, para o professor. E o trabalho precoce desses alunos decorre da necessidade de sobrevivência das famílias das classes trabalhadoras no momento social que atravessamos (CARVALHO, 1994,p.12).

Mesmo Carvalho tendo realizado esta análise a mais de 20 anos, consideramos que sua contribuição é relevante e atual. Pensando nestes adolescentes que pela condição econômica familiar ainda recorre, muitas vezes, a busca por mais uma alternativa de renda, a qual fará sua família ter uma condição de vida um pouco mais digna. Consideramos que trabalhar ou não, para estes menores não é uma questão de escolha, e sim, uma questão de necessidade. Vemos uma urgência de transformação, não neste comportamento destes adolescentes, e sim, uma transformação social e nas políticas de acesso ao ensino.

Tal transformação advém das dinâmicas da própria sociedade, que tem na escola um reflexo. À medida que as demandas sociais vão surgindo, novas exigências são postas à escola e em especial ao ensino noturno, que tem um quadro de jovens estudantes inseridos no mercado de trabalho sem a devida qualificação, e com jornada de oito ou mais horas diárias, que lá estão por extrema necessidade de sobrevivência (GONDO, 2009, p.9).

Outro indicador com dados relevantes, o número 3,(Cuidar dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalham) também está diretamente ligado a falta de infraestrutura urbana nestes Bairros/Vilas. Corresponde a falta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil(CMEI) ou a inexistência deste órgão público nestas localidades. Como os responsáveis familiares precisam trabalhar e também não dispõem de renda para pagar um(a) profissional que tome conta das crianças menores, quem acaba ficando com essa responsabilidade são os adolescentes.

Este fato acaba gerando problemas imediatos a estas famílias, pois além das crianças menores não estarem no CMEI recebendo cuidados e educação de

profissionais capacitados que lá se encontram, estão sendo monitorados por outros menores com nenhuma experiência e segurança para exercer tal função. Outro problema, os adolescentes, por essa necessidade acabam abandonando a escola, travando seu desenvolvimento intelectual. Com a evasão escolar, a família que já passa por dificuldades financeiras, corre o risco de seu benefício do PBF ser cancelado pois as condicionalidades não estão sendo cumpridas.

As consequências do indicador número 3 decorrem dos problemas urbanos existentes em uma cidade segregada, onde quem detém um poder aquisitivo maior, escolhe os lugares com melhor infraestrutura para viver(VILAÇA, 2006). Neste caso, a ascensão social destas famílias assistidas pelo PBF que dependem da existência do CMEI e principalmente a chance de uma futura melhora na vida dos adolescentes estão comprometidas.

Os outros dois indicadores os números 4 e 6,(desinteresse na escola e violência na escola, respectivamente), somam uma parcela menor dentro dos pontos levantados, quase 16% das respostas, contudo, estes números não devem ser desprezados. São questões relevantes considerando que em muitos casos os dois indicadores se inter-relacionam. O fato dos adolescentes sofrerem com qualquer tipo de violência na escola, muitas vezes, pode levar ao desinteresse pelo processo de ensino.

O ambiente escolar carrega vários tipos de violência que acabam pesando sobre o cotidiano das crianças e adolescentes matriculados na escola pública. Em geral, a escola assume um papel de neutralidade, universalidade e valores próprios. Essa posição, por parte da escola, acentua e dissemina valores estranhos aos vividos por crianças e jovens pobres, que acabam vendo seus hábitos e até o jeito de falar serem reprovados. Inferiorizando os alunos pobres, a escola lhes ensina que o papel que lhes cabe é o papel do fracassado. Quando a evasão escolar acontece, motivada pelos mecanismos escusos da escola, estes alunos migram para outro ciclo: o subemprego, citado anteriormente, as casas de ressocialização para menores infratores e posteriormente, em alguns casos, até os presídios. (BORGES, 2014)

Analisando este momento das entrevistas do campo, usando os adolescentes como fonte para a resolução da questão da evasão escolar, o que os leva ao descumprimento das condicionalidades, e a um possível cancelamento do benefício do PBF. Pensamos que estaríamos analisando de forma rasa se colocássemos

como solução para a evasão escolar a simples oferta de mais vagas nos períodos diurnos. A segregação urbana continuará existindo para estas famílias já que as escolas continuaram distantes e fora dos Bairros/Vilas em que residem, e os adolescentes que trabalham continuaram precisando estudar no período noturno. Não existindo CMEIS, estes jovens e outros mais no futuro, continuaram tendo que cuidar de seus irmãos menores.

O PBF e suas condicionalidades são completamente dependentes de uma formação do espaço urbano igualitário, pois seus beneficiários necessitam da existência de equipamentos urbanos nas vilas/bairros em que residam.

Os resultados das entrevistas com os adolescentes deixa claro que estas pessoas estão vivendo a negação à cidade, o problema estrutural destas famílias, além da questão econômica crítica, já que são beneficiários do PBF, é o cerceamento em seu direito à cidade, pois sem escolas e CMEIS e ainda convivendo com a violência urbana, (fator intrínseco as periferias brasileiras) sua qualidade de vida e a cidadania estão comprometidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo abordando apenas parte de uma Região do Município de Ponta Grossa, no caso parte da Região Sul, o trabalho expõe dificuldades que não são exclusivas dos moradores desta área. Os problemas vividos por estas pessoas são comuns em grande parte das periferias urbanas brasileiras. Além disso, a presente análise tem um cunho inovador dentro da Geografia, visto que, pela contemporaneidade dos programas de transferência direta de renda no país, ainda existem poucos trabalhos relacionando direito à cidade, segregação urbana e territorialização e aplicação dos recentes programas sociais.

O objetivo principal deste trabalho foi fornecer uma contribuição à compreensão da íntima relação existente entre a segregação urbana e a aplicação dos programas de transferência direta de renda. Especificamente, como as condicionalidades do PBF necessitam de uma infraestrutura urbana equilibrada para que possam funcionar de maneira eficaz. Para isso, buscou-se articular principalmente os conceitos de segregação socioespacial, direito à cidade e políticas de assistência social descentralizadas no Brasil. O trabalho apresenta como a conexão entre estas três temáticas exerce um certo protagonismo na vida das pessoas pobres e em situação de extrema pobreza, residentes na área de abrangência do CRAS Cará-Cará.

As políticas de assistência social no Brasil, de maneira geral, sempre caminharam em caminhos opostos ao planejamento urbano. Pensar a organização das cidades até, praticamente, a criação do Estatuto das Cidades era pensar o espaço para quem pode pagar mais, ou seja, o valor de troca valendo mais que o valor de uso. Não que a partir do Estatuto das Cidades a especulação imobiliária e a segregação socioespacial acabaram. Contudo, com essa nova legislação a discussão sobre uma reestruturação mais humana e igualitária dos espaços urbanos veio átona.

Praticamente no mesmo período, as políticas assistenciais de transferência direta de renda são suprimidas a uma única demanda, com isso, é criado o Programa Bolsa Família. Antes disso, a grande maioria das questões sociais destinadas a população carente eram pensadas de maneira assistencialista, aconteciam distribuições de sextas básicas e outras medidas mais paliativas.

As diretrizes do PBF se baseiam em uma gestão descentralizada e inovadora, que tem como intuito, por uma infraestrutura social (equipamentos, espaços e

profissionais) no foco da pobreza urbana. Os CRAS vieram com essa ideia, as condicionalidades não foram elaboradas para serem cobradas mais sim acompanhadas pelos profissionais sociais. Contudo, na prática os problemas urbanos se apresentaram mais complexos. Além dos CRAS a periferia necessita de infraestrutura e cidadania, o que, para algumas famílias, acabou transformando as condicionalidades do PBF em mais uma dificuldade, pois sem os equipamentos urbanos de educação e saúde em seus bairros/vilas o cumprimento destas obrigações junto ao PBF se torna muito mais difícil.

A presente pesquisa constatou que as 82 famílias, por nós entrevistadas, sofrem com a situação apresentada no parágrafo anterior. A inexistência de escolas nos onze Bairros/Vilas de moradia destas pessoas, informação essa exposta no capítulo quatro, é um dos fatores determinantes que acabam transformando as condicionalidades do PBF em mais uma dificuldade na vida desses indivíduos. Outro problema de infraestrutura urbana presente nesses locais é a escassez de vagas nos CMEIS, o que também acaba tirando os adolescentes da escola, como também foi bastante debatido nos capítulos anteriores.

A organização descentralizada proposta pelo MDS para a gestão do PBF realmente apresenta um cunho inovador e muito relevante, porém na prática ainda existem grandes dificuldades no seu desenvolvimento. Pois como no Brasil o crescimento urbano veio antes das políticas de assistência social, visto que, a grande expansão urbana brasileira se deu nos anos setenta e a primeira proposta de política de assistência social realmente cidadã e humanizada foi a Constituição de 1988(VILLAÇA, 2006).

Temos aí, além dos dezoito anos de marasmo político voltado a discussão social, um crescimento urbano desordenado, onde se expandiram significativamente as populações das favelas e áreas sem infraestrutura. Com isso, o cenário se apresentava em 2003, quando as várias políticas foram suprimidas e foi criado o PBF, extremamente complexo, pois a proposta teórica descentralizada do MDS não considerou a desorganização urbana em que o Brasil se encontrava e que até hoje atormenta a população mais carente.

Assim, consideramos o caso destas famílias, residentes na área de abrangência do CRAS unidade Cará-Cará, bastante relevante, pois ilustra uma situação comum nos vários espaços urbanos segregados do país. Estas pessoas, e principalmente os adolescentes, que são os principais afetados pela evasão escolar

não vivem uma situação exclusiva, acreditamos que esse tipo de situação ocorre em grande parte dos centros urbanos brasileiros, onde existem áreas segregadas significativas, onde também, o cumprimento das condicionalidades acaba se transformando em uma dificuldade a mais.

Os dados da pesquisa, tanto a construção teórica, quanto os números das entrevistas, provam que as políticas voltadas a população devem ser pensadas de maneira unificada entre diferentes áreas, neste caso o planejamento urbano, as políticas de assistência social e de educação. O direito à cidade se dá quando todos os indivíduos têm acesso a uma vida digna e cidadã, e para isso acontecer, o mínimo que as políticas de planejamento urbano devem apresentar, é o acesso aos seus equipamentos infraestruturais.

O acesso a educação deve ser um dos pilares do planejamento urbano, a escola deve ter papel central quando se pensa a cidade, junto com o acesso à saúde e os demais componentes que o Estado deve proporcionar aos seus cidadãos(SANTOS, 2007).

As condicionalidades cobrando frequência escolar e pesagem infantil nos postos de saúde dependem de que estes espaços existam nas comunidades em que os beneficiários do PBF residem. Com isso, a conexão entre as políticas voltadas a população, citada nos parágrafos anteriores se faz fundamental ao desenvolvimento social dos cidadãos.

A presente pesquisa conclui então, que na cidade segregada, mesmo políticas públicas voltadas a melhoria de vida da população, como é a proposta do MDS no caso do PBF, apresentam dificuldades estruturais. Logo, sem o direito à cidade sendo pensado de maneira completa e humanizada não se conseguirá garantir a todos os atores que compõem o espaço urbano uma vida digna e cidadã.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007

BELIK, Walter e GROSSI, Mauro Del. "O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil". Texto preparado para o painel "**Políticas de Combate à Pobreza: Segurança Alimentar, Nutrição, Renda Mínima e Ganhos de Produtividade na Agricultura**", realizado no dia 30 de julho de 2003 no XLI Congresso da SOBER em Juiz de Fora.

BERRO, E. C. **Organização e gestão. Planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito**. In: IV Conferência Nacional de Assistência Social. 2003, Brasília. Caderno de textos. p. 65 -68.

BORGES, Yara Gonçalves Emerik. A violência nas escolas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 121, fev 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14264&revista_caderno=3>. Acesso em fev 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A escola popular na escola cidadã**. Petrópolis (RJ), 2002

BRASIL. **Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome no município de Ponta Grossa**. Brasília, 2013^a

_____. Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004. p. 36-40.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. **Plano Brasil sem miséria**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Boletim Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no município de Ponta Grossa**, Brasília, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação, **Do Direito à Educação e do Dever de Educar**, Lei Federal nº12796. Brasília, 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra dos Municípios**. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-2014-uma->

analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira.html Acesso em: Março de 2016

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: UNB, 2006

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR. **Relatórios da Divisão de desenvolvimento social** – 2003. Ponta Grossa, 2003.

_____. **Relatórios da Divisão de desenvolvimento social** – 2015. Ponta Grossa, 2015

CARCANHOLO, Reinaldo A; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Ensaios FEE, v. 20, nº 1, PP. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999. Disponível em: <http://carcanholo.sites.uol.com.br>; Acesso em: 03 de agosto de 20015

CARLOS, Ana Fani .**A cidade**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2001

CARVALHO, Célia P. **Ensino Noturno: realidade e ilusão**-7 ed. –São Paulo, Cortez, 1994

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática,1989

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M.B.E (orgs.) **Produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-52

DE PAULA, J.C.M. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL C.H.M.; LOWEN SAHR, C.L.L. (orgs.) **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: editora UEPG, 2001. p.53-63.

_____. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa – PR**. Rio Claro, 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERREIRA, Nildete V. T. **Programa Bolsa Família: O velho com novas roupagens**. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política no governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007

GONDO, A.R.G. **Dificuldades Enfrentadas por Professores e Alunos no Ensino Médio Noturno**. Cornélio Procópio, 2009, Artigo científico apresentado à Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Programa de Desenvolvimento Educacional- PDE- Cornélio Procópio- PR

GRISSOTTI, Márcia; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. **Katálisis**, v.13, n.2, p. 210-219, 2010

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980

_____. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

HAVRECHAKI, C. F. . **Segregação Urbana e o Bolsa Família**: Uma análise das famílias em Extrema Pobreza na Vila Cipa, Ponta Grossa-Paraná. In: VII Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia- SIMPGEO, 2014, Maringá-Pr. Anais do VII SIMPEGEO, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania**: os desafios recentes da proteção social. Texto para discussão nº 1372, Rio de Janeiro, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1372.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

_____. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWEN, C. L. **Favelas**: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR. Rio Claro, 1990, 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro

LOWEN SAHR, Cicilian Luiza. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LOWEN SAHR, Cicilian Luiza (orgs.) **Espaço e cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p. 13-36.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: uma alternativa para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Org). **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22.

MOISÉS, José Álvaro & MARTINEZ-ALLIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou Patrão, o trem atrasou. In: _____ et al. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, nº 1, 1977, p.13-63.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, EdUEPG, 2001. p. 37-51.

_____. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa. 1997. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). Raega - **O Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 65–97, 2011.

OLIVEIRA, Ana. C.R. **A perspectiva mercadófila do planejamento urbano**: um estudo sobre a promoção da especulação imobiliária pelo poder público municipal- O caso de Ponta Grossa-PR. 2012. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR

PASTORINI, Alejandra. Assistencialização da proteção social e os programas de combate da pobreza no Brasil. **Ser Social**, Brasília, n.1, v.1, 18, p. 253-283, jan./jun.2006.

PEET, Rihard. **Desigualdade e pobreza uma teoria geográfica marxista**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org). Perspectivas da Geografia. Rio Claro: Difel, 1982.p.255- 268.

PEREIRA, R. R. **A República Enviesada**. CartaCapital, no.426, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretária Municipal de Assistência Social(SMAS).**Dados gerais sobre a SMAS em Ponta Grossa-PR**. Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/smas/cras/>. Acesso em 10 de Setembro de 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008 440 p. (Coleção Milton Santos;4)

_____. **O Espaço do Cidadão**. 8. vol. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR - Ponta Grossa, PR**. Ponta Grossa, 2003, 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**. Boletim – Informativo da Central de Apoio ao Trabalhador. Disponível em: <<http://www.catrj.org.br/milenio/Publicações/boletim11>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social nãocontributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 13-56, 424 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sagi/estudos-e-pesquisas/publicacoes/livros/>. Acesso em: julho de 2009.

SOARES, Laura Tavares. O desastre social. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002

TAKAGI, Maya. A implantação do programa fome zero do governo Lula. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma história brasileira Volume I**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, 2010.

TANAGINO, Karina Dias. **Planejamento urbano e segregação sócio-espacial na cidade capitalista**. 2013. Dissertação de Mestrado(Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande-RS

TAPAJÓS, Luziele.; RODRIGUES, Monica e COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Desafios Sociais no Brasil em 2003: da exclusão à cidadania. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma história brasileira Volume I**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço intra-urbano**. São Paulo: DIFEZ, 2006

WLODARSKI, Regiane. **Os programas de transferência de renda do município de Ponta Grossa: Benefício de prestação continuada – BPC e Bolsa Família, como ações de enfrentamento da pobreza**. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR.

APENDICE I – Roteiro de entrevista semi- estruturado

Vila/Bairro:

Linha de Renda:

Questões gerais direcionadas a toda a família:

1- *A transferência de renda do Programa Bolsa Família ocupa que papel no orçamento familiar?*

() Única renda () Principal renda () Renda complementar () Renda extra

2- *Você como responsável familiar, acha importante a existência das condicionalidades dentro programa Bolsa Família?*

() SIM () NÃO

3- *Sobre a questão anterior, você faria o acompanhamento das condicionalidades mesmo se não fosse obrigatório pra se manter dentro do Programa Bolsa Família?*

() SIM () NÃO

4- *Hoje a evasão escolar é o principal problema no cumprimento das condicionalidades na região onde sua família reside. Para você, qual a principal dificuldade que seu(s) filho(a)(s) tem em cumprir os 85% de frequência escolar e consequentemente fazer a manutenção do benefício do Programa Bolsa Família?*

() Distância

() Período Noturno

() Ficar com os irmãos menores

() Desinteresse na escola

() Trabalho

() Violência na Escola

5- *Vocês consideram o Bairro/Vila em que sua família reside, em matéria de infraestrutura urbana:*

() Ótimo

() Bom

() Razoável

() Ruim

() Péssimo

6- *Em relação a questão anterior, quais os pontos positivos e negativos na região onde vocês residem, ainda pensando no acesso à infraestrutura urbana?*

6.1 Positivos:

() Acesso ao trabalho

() Acesso ao centro

() Acesso à educação(escolas e creches)

() Acesso à Saúde (Hospitais e postos de saúde)

() Saneamento Básico

() Lazer

() Acesso ao CRAS

6.2 Negativos:

() Acesso ao trabalho

() Acesso ao centro

() Acesso à educação(escolas e creches)

() Acesso à Saúde (Hospitais e postos de saúde)

() Saneamento Básico

() Lazer

() Acesso ao CRAS

Questões direcionadas especificamente aos adolescentes:

Idade:

Sexo:

Série Curricular:

7- Hoje a evasão escolar é o principal problema no cumprimento das condicionalidades na região onde sua família reside. Para você, qual a sua principal dificuldade em cumprir os 85% de frequência escolar e consequentemente fazer a manutenção do benefício do Programa Bolsa Família?

- ☐ Distância
- ☐ Período Noturno
- ☐ Ficar com os irmãos menores
- ☐ Desinteresse na escola
- ☐ Trabalho
- ☐ Violência na Escola
- ☐ Violência Doméstica